

UNIVERSIDADE SÃO FRANCISCO
MARIA CÉLIA DO NASCIMENTO

UM OLHAR PARA A ESCOLA NORMAL DE
OURO FINO – MINAS GERAIS (1909 – 1950)

ITATIBA- SÃO PAULO

2007

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

371.13
N196o

Nascimento, Maria Célia do.

Um olhar para a Escola Normal de Ouro Fino-MG –
1909-1950 / Maria Célia do Nascimento. -- Itatiba, 2007.
199 p.

Dissertação (mestrado) – Programa de Pós-Graduação
Stricto Sensu em Educação da Universidade São Francisco.
Orientação de: Maria Ângela Borges Salvadori.

1. Professores de ensino de primeiro grau - formação.
2. Ouro Fino (MG). 3. Educação – história – memória .
I. Salvadori, Maria Ângela Borges. II. Título.

Ficha catalográfica elaborada pelas Bibliotecárias do Setor de
Processamento Técnico da Universidade São Francisco.

UNIVERSIDADE SÃO FRANCISCO

MARIA CELIA DO NASCIMENTO

Dissertação final para obtenção do título de Mestre em Educação, na área de História, Historiografia e Idéias Educacionais, sob a orientação da Profa. Dra. Maria Ângela Borges Salvadori.

Profa. Maria Ângela Borges Salvadori
Orientadora

ITATIBA- SÃO PAULO

2007

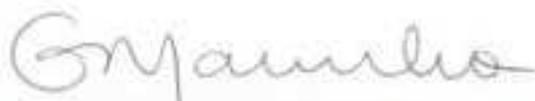
NASCIMENTO, Maria Célia do. "Um Olhar para a Escola Normal de Ouro Fino – MG (1909-1950)". Dissertação defendida e aprovada no programa de Pós Graduação *Stricto Sensu* em Educação da Universidade São Francisco em vinte e nove de março de 2007 pela Banca examinadora constituída pelos professores:



Profa. Dra. Maria Angela Borges Salvadori
Orientador e Presidente.



Profa. Dra. Diva Otero Pavan.
Examinadora.



Profa. Dra. Maria Gabriela Silva Martins da Cunha Marinho.
Examinadora.

AGRADECIMENTOS

À Professora Dr^a Maria Ângela, pela sabedoria teórico-metodológica, pela capacidade agregadora e produtora de diálogos abertos e pelo convívio nestes anos.

À Banca Examinadora, Profa. Dra. Maria Gabriela Martins da Cunha Marinho e Profa. Dra. Diva Otero Pavan, pelas sugestões e contribuições que enriqueceram este trabalho.

À memória de meus pais, Joviniano e Maria da Glória, pelo alicerce familiar e profissional.

A minha irmã Odízia, pelo incentivo nos momentos de desânimo e dificuldades e a todos familiares pelo apoio constante.

Aos colegas, Eliane, Silvana, Antônio, Pedro, Paulo e Sérgio pelas discussões e trocas, pela convivência construída e fortalecida pela amizade.

Aos funcionários da Universidade São Francisco, pela gentileza, disponibilidade e profissionalismo.

À Professora Leyde Moraes Guimarães, pela amizade e escuta constante, pela disponibilidade em ceder seu arquivo pessoal e residência para que pudesse completar minha pesquisa.

À Prof^a Laila Bueno Brandão, que me cedeu documentos necessários e informações valiosas sobre o político ouro-financeiro, Júlio Bueno Brandão.

À Administração da Escola Normal, através de sua diretora, Olímpia Ribeiro de Miranda, das secretárias Marilda Ribeiro de Miranda, Teresa Ribeiro de Miranda e Edmar Favilla Buralli, pela gentileza da acolhida nas muitas horas de contato com o arquivo oficial.

Às ex-normalistas que me concederam entrevistas, matéria prima deste trabalho, pela riqueza de seus depoimentos, gentileza em me receber em suas casas, disponibilizar fotos e lembranças, fazendo com que suas memórias fossem determinantes para o término desta pesquisa.

Às funcionárias da Biblioteca da UNIVÁS- Universidade do Vale do Sapucaí, Pouso Alegre, pela atenção constante nos momentos de meu estudo.

SUMÁRIO

Agradecimentos	04
Resumo	05
Sumário	06
Introdução	07
Capítulo I: Uma Cidade, uma Escola, uma Memória	
1.1. A Escola Normal de Ouro Fino: um pouco de sua história	22
1.2. A Liga de Instrução da Comarca de Ouro Fino	
1.3. Nasce a Escola Normal de Ouro Fino	30
1.4. Os primeiros passos da Escola Normal de Ouro Fino	33
1.5. A implantação e a importância de seu prédio próprio	40
1.6. O discurso republicano e a Escola Normal	46
1.7. O saber pedagógico	48
1.8. Os mestres	72
1.9. A fiscalização do ensino	81
1.10. O incentivo à leitura e à pesquisa	83
1.11. A Escola e suas dimensões: outras práticas educacionais	86
Capítulo II: A Escola Normal e seus materiais escolares	
2.1. Cadernos escolares e sua significação	111
2.2. A Revista de Ensino e suas propostas pedagógicas	124
2.3. Os jornais escolares	132
Capítulo III: Fragmentos de memórias: recordações das normalistas	
3.1. Os meandros da memória das normalistas da Escola Normal	140
3.2. Álbuns de Formatura	156
3.3. Normalistas de todos os tempos	172
Considerações finais	183
Fontes primárias	191
Anexos	199

INTRODUÇÃO

“Meu enleio vem de que um tapete é feito de tantos fios que não posso me resignar a seguir um fio só; meu enredamento vem de que uma história é feita de muitas histórias. E nem todas posso contar”.
(Clarice Lispector)

Todos temos um universo de lembranças. Muito de ler, muito de observar, muito de escutar. Como afirma BOSI (2003, p. 27), “a casa onde se desenvolve uma criança é povoada de coisas preciosas que não têm preço. As coisas que modelamos durante anos resistiram a nós com sua alteridade e tomaram algo de que fomos”.

Foi no espaço de visita às residências de vizinhos e colegas de minha mãe, cultivadas como formas de sociabilidade para o chá ou cafezinho, que ouvi, com riqueza de detalhes, as narrativas das professoras, ex-normalistas da Escola Normal de Ouro Fino, revelando na troca de experiências pessoais e profissionais, a tessitura de suas recordações. Estas formas de comunicação entre amigas despertaram-me o interesse por estes traços que indicam a sensibilidade de uma época, tal qual construída. A análise e a vontade de um pesquisador também são histórias. Michel de CERTEAU, ao se referir aos lugares de nossas memórias, diz:

Nossos habitats sucessivos jamais desaparecem totalmente, nós os deixamos sem deixá-los, pois eles habitam, por sua vez, invisíveis e presentes, nas nossas memórias e nos nossos sonhos. Eles viajam conosco. No centro desses sonhos, aparece muitas vezes a cozinha, aquele “compartimento quente” onde a família se reúne, teatro de operação das “artes de fazer” e da mais necessária entre elas, a “arte de nutrir”. (DE CERTEAU, 1996, p. 207)

Serviu-me também como auxiliar no processo de elaboração desta pesquisa refletir sobre minha experiência profissional neste estabelecimento de ensino como secretária, professora do curso de magistério, vice-diretora e também diretora substituta, ainda que em época posterior à narrada pelas ex-alunas.

A problemática da pesquisa demonstra o interesse pelo passado de uma das mais antigas escolas normais do interior de Minas Gerais, equiparada à Escola

Modelo da Capital, elevada à categoria de Escola Pública pelo governador de Minas, o ouro-finense Júlio Bueno Brandão¹. Procurei mostrar a importância de estudar as instituições escolares, preservando sua memória educacional, e ensejar uma nova visão à História da Educação.

O objetivo da pesquisa é focar e analisar o processo de criação do ensino normal de Ouro Fino, dando ênfase ao caminho percorrido pelas normalistas, resgatando seu passado educacional, centralizando-se o período de 1909, ano de sua fundação, até 1950, momento marcado pela descaracterização do normal como ensino vocacional para o magistério primário.

Ao investigar o processo de criação e instalação da Escola Normal de Ouro Fino, foram levantados os objetivos da instituição, seu currículo e métodos, o cotidiano escolar, o seu jeito de lidar com os afetos e a socialização, levando-se a problematizá-la, identificando as representações construídas, abrindo espaço para novas significações a serem tecidas nos âmbitos culturais locais e regionais, estabelecendo relação ora de aproximação, ora de distância do ensinamento entre o presente e o passado.

¹ Júlio Bueno Brandão, nasceu em Ouro Fino em 11 de julho de 1858, e faleceu em 21 de março de 1831, no Rio de Janeiro. Filho do comerciante e coronel da Guarda Nacional, Francisco de Paiva Bueno e de Francisca de Paiva Bueno. Exerceu cargos de Juiz de Direito em Camanducaia, Juiz Municipal e delegado em Ouro Fino. Na carreira política, foi deputado estadual em 1893, senador de 1897 a 1899, tendo sido reeleito de 1900 a 1908, acumulando os cargos de senador e de governador de Minas. É dele a célebre frase: “Prefiro cair com Minas do que cair em Minas”, ao negar apoio ao presidente pela votação do estado de sítio em Minas, por ocasião da Revolução da Aliança Liberal.

Procurei traçar o perfil das normalistas da Escola Normal de Ouro Fino, na pretensão de conhecer algumas especificidades que integram o conjunto histórico educacional e social que absorveu estas mulheres interessadas em ser professoras,

numa determinada época. Tornou-se importante buscar imagens/memórias das ex-alunas envolvidas neste contexto.

Para Werle (2004, p. 114), a memória não é o “guardar intocado”, mas retomar, atualizar, preservar e submeter vivências, emoções, lembranças a novas significações.

Os procedimentos metodológicos partem para a história oral na obtenção de dados, e ao mesmo tempo, envolvendo narrativas de vida, captando experiências de pessoas dispostas a contar suas histórias a fim de que se possa registrar, para a análise futura, sua visão de mundo e do grupo social a que pertencem.

Esta relação, construída ao longo do processo de pesquisa, baseada na confiança mútua, aliou-se a outro corpus fundamental como a fotografia, priorizando os álbuns de formatura, devido ao seu valor inestimável.

De acordo com Kossoy (1998, p. 41):

Todo conteúdo de uma foto guarda experiências de vida de um determinado momento/e ou situação significativos. Fotografias registram lembranças imutáveis de determinadas circunstâncias, de momentos vividos, que são irreversíveis, restauram o momento presente, trazem à tona sensações e emoções carregadas de significados.

Foi preciso ir ao encontro das normalistas que vivenciaram aquele período para registrar os acontecimentos que ficaram à margem da oficialidade dos documentos escritos, na reconstrução do objeto estudado, do fazer e do refazer da história que, de alguma maneira, foram desconhecidos ou superficialmente citados.

A escolha para trabalhar com narrativas e oralidade veio da possibilidade de estudar os processos de subjetivação, indagando como se processou a construção da subjetividade da professora da Escola Normal de Ouro Fino no seu âmbito social.

Estudar a oralidade foi fundamental para analisar e criticar situações que dizem respeito a um grupo, assim como elucidar alguns fatores que levam o indivíduo a agir de determinada maneira, motivado pela memória social.

Trabalhar com as histórias de vida é ouvir quem fala na contramão, é buscar registros nem sempre convencionais, é abrir caminhos para o debate, para a escuta.

Procedeu-se o trabalho de pesquisa como nos aponta Thompson (1992, p. 5):

A história oral pode certamente ser um meio de transformar tanto o conteúdo, como a finalidade da história. Pode ser utilizada para alterar o enfoque da própria história e revelar novos campos de investigação; (...) pode devolver às pessoas que fizeram e vivenciaram a história um lugar fundamental, mediante suas próprias palavras.

Para reconstruir a história da Escola Normal de Ouro Fino, foram feitas quinze entrevistas com professoras, ex-alunas de diversas faixas etárias, algumas com mais de 90 anos de idade, procurando-se conhecer o universo de cada uma delas.

Do resultado das entrevistas, foi possível traçar a trajetória social e profissional das ex-alunas, procurando compreender os sentimentos associados aos ideais de vida, suas expectativas na escolha da carreira do magistério. Das trajetórias escolares das entrevistadas, tomei para análise o curso de magistério e, ainda que tenham feito o curso superior, considerei o ensino normal como fundamental na formação e prática pedagógica como professoras. O quadro a seguir registra apenas os dados sociais e profissionais de doze ex-alunas que estudaram no espaço temporal pesquisado, permitindo visualizar o perfil destas

mulheres. Dentre estas, necessário se faz registrar o falecimento de duas delas: Delmira Mattos e Marta L. Jardim.

QUADRO I – Dados sociais e profissionais das ex-normalistas

Nome	Nascimento	Filiação	Escolaridade	Estado civil	Filhos
Delmira Mattos	18/11/1914 Santa Rita de Caldas -MG Falecida em 21/09/2006	Francisco Ferreira Matos (comerciante) Maria Beralda Matos (do lar)	Magistério 30 anos de profissão. Escola Normal de Ouro Fino: Professora de Português e Vice-diretora.	Solteira	
Edir do Espírito Santo	31/01/1925 Itajubá-MG	Claudino Teodoro do Espírito Santo (militar-tenente) Alzira Martins do Espírito Santo (do lar)	Magistério 50 anos de profissão Escolas em que atuou: São José de Toledo-MG G.Escolar Secretário. Olinto Orsini-Bueno Brandão-MG E.E.Cel. Paiva-Ouro Fino-MG Educação de Adultos. Particular: Externato São Geraldo.	Solteira	Auxiliou na criação e educação de todos os sobrinhos.
Itália Burza	24/05/1923 Ouro Fino-MG.	Luiz Burza (sapateiro) Ignez Carcani Burza (do lar)	Magistério: 29 anos de profissão. Bairro das Palmeiras- Município de Ouro Fino e E.E. Felipe dos Santos-Inconfidentes MG.	Solteira	

Julieta Burza	10/04/1927 Ouro Fino- Minas Gerais	Antônio Burza (alfaiate) Maria Luiza Zanetti Burza Professora	Magistério: 30 anos. E.E. Cel. Paiva E.E. Francisco Ribeiro da Fonseca (antiga Escola Normal de	solteira	
---------------	--	---	--	----------	--

			<p>Ouro Fino) Advogada Pianista pelo Conservatório Carlos Gomes de Campinas. Bolsista do Conservatório Santa Cecília de Roma (Itália). Membro da Academia Ouro-finense de Letras e Artes.</p>		
<p>Leyde Moraes Guimarães</p>	<p>Ouro Fino- MG 31/08/1921</p>	<p>José Roberto de Moraes (contador) Olympia Guidi de Moraes (do lar)</p>	<p>Magistério Superior: Pedagogia Tempo na função: 40 anos. 9 anos no Ensino Fundamental; 29 anos no Curso de Magistério; 11 anos como diretora da E. Estadual Francisco Ribeiro da Fonseca (antiga Escola Normal). Membro da Associação Brasileira de Pesquisadores de História e Genealogia- (ASBRASP). Membro da Academia Ouro-finense de Letras e Artes. Membro do Circolo Ítalo- Brasiliano di Ouro Fino. Autora da Bandeira de Ouro Fino e da Flâmula comemorativa dos 100 anos de nascimento de Júlio Bueno Brandão.</p>	<p>Viúva de José Guimarães S. Professor e diretor da Escola Normal de Ouro Fino. (advogado e historiador)</p>	<p>Francisca Elisa Guimarães Maria Olímpia Guimarães Silva Theófilo Moraes Guimarães Márcia Regina Guimarães Montagnolli</p>

Lúcia Da Col Giacometti	Ouro Fino 21/11/1929	Vitorino Da Col (comerciante) Maria Tereza Rubim Da Col (do lar)	Magistério Superior: Pedagogia. 30 anos de profissão: 15 anos como professora E.E. "Ernesto Barbosa" – Crisólia e 15 anos como diretora E.E. "Bueno Brandão" de Ouro Fino.	Viúva de Mário Giacometti i (comerciante)	Lucimar Giacometti Silva Édson Giacometti Myrian Maria Giacometti José Acácio Giacometti
Maria José Barros do Amaral	Ouro Fino-MG. 20/11/1931	Joaquim de Barros Júnior (fazendeiro) Rosalina Camargo de Barros (bordadeira)	Magistério Tempo na função: 5 anos no Jardim da Infância Santa Terezinha - Ouro Fino-MG	Casada com Haroldo Marcos do Amaral	Márcia Beatriz do Amaral Fonseca e Sílvia Cristina do Amaral Dantas
Marta Lemos Jardim	Ouro Fino-MG. Em 05/01/191 6 Faleceu em 09/01/2007	Constant Ferreira Jardim (projetista) Eugênia Lemos Jardim (do lar)	Magistério Tempo na função: 29 anos. Idealizadora das Escolas Reunidas "Bueno Brandão" em Ouro Fino. Diretora por vários anos da E.E. "Bueno Brandão" em Ouro Fino.	Viúva de Afonso Nunes da Costa	Regina Célia da Costa Sala Vera Lúcia Costa dos Santos.
Osvalda Guilhermina Jardim	Ouro Fino- MG. 12/05/1914	Constant Ferreira Jardim (projetista) Eugênia Lemos Jardim (do lar)	Magistério Tempo na função: 30 anos. Aprovada no Concurso Federal (RJ) para lecionar Educação Física. Atuou na Escola Normal de Ouro Fino	Solteira	

			como professora de Educação Física.		
Rita Ferreira de Oliveira Ávila	Ouro Fino-MG. 15/04/1929	Manuel Ferreira de Oliveira (comerciante) Ana Mendonça Ferreira (do lar)	Magistério Superior: Pedagogia 30 anos como professora da E.E. "Bueno Brandão" -Ouro Fino.	Viúva de Caiubi Benedito de Oliveira Ávila, Prof. da Escola Normal de Ouro Fino.	Caiubi Renato de Oliveira Ávila Ana Rita de Oliveira Ávila Nossak

Maria Rosiris Tereza Rossi Vilela	Ouro Fino-MG 14/03/1926	Pompeu Rossi (professor e diretor da Escola Normal de Ouro Fino; advogado e historiador) Rosalvina Prado Rossi (professora)	Magistério. Superior:Direito 1ª Turma da PUC-Campinas, SP. Aprovada em 1º lugar, ganhou o Curso de Direito em Roma, não podendo cursar por estar grávida de Maria Andréa. Aposentada como funcionária do Fórum de Ouro Fino.	Viúva de Vicente Vilela de Araújo (fazendeiro)	Maria Teresa Rossi Vilela Maria Andréa Rossi Vilela Luiz Vicente Rossi Vilela José Raimundo Rossi Vilela
Zoraide Fleming Bolognani	Ouro Fino 02/10/1919	João Lino Fleming (agricultor) Francisca Barbosa Fleming (professora)	Magistério 29 anos na função. Escolinha da Fazenda Rio Branco-Ouro Fino. E.E. "Ernesto Barbosa" - Crisólia. E.E. "Bueno Brandão" -Ouro Fino.	Viúva de Lauro Bolognani (funcionário do Éden Clube de Ouro Fino)	José Roberto Bolognani José Airtom Bolognani Criou e educou Ledivina Honório Batista Vilela. (Filha do coração)

A própria escolha para o curso de magistério apontava como possibilidade de contar com uma profissão que permitisse uma entrada mais rápida no mercado de trabalho. Apesar de nenhuma das entrevistadas trabalhar fora do ambiente doméstico para ajudar no orçamento familiar, muitas citaram

como problema a aquisição do material escolar, principalmente livros utilizados durante o Curso Normal, por fazerem parte de família numerosa e com dificuldades financeiras.

A pesquisa permitiu-me também alguns questionamentos tais como: O que levou estas jovens ouro-finenses a optarem para o curso de magistério? Qual o prestígio da profissão docente perante a sociedade ouro-finense? Qual a visão de cada ex-normalista sobre a profissão?

Além da memória das normalistas, constituíram-se fontes da matéria prima deste trabalho desde leis, decretos, normas e regulamentos sobre o Ensino Normal, como Revistas de Ensino de Minas Gerais, arquivos escolares (livros de atas de matrículas, de resultados finais, registros de diplomas, termos de visitas), e as publicações da Gazeta de Ouro Fino. Nestas fontes, tentou-se encontrar pistas, vestígios e sinais, os quais constituíram minúcias, pormenores imperceptíveis da história desta instituição.

A Gazeta de Ouro Fino, periódico particular, distribuído semanalmente aos domingos, apresentava notícias locais (aniversários, casamentos, nascimentos, falecimentos), anúncios, editais e até receitas de culinária; seu conteúdo mostra, em geral, um perfil-leitor vinculado às camadas urbanas. Fundada em 31 de janeiro de 1892, pelo Senador Júlio Bueno Brandão, mantém o seu arquivo com todos os periódicos desde a primeira edição. Constituíam-se três categorias de sócios: fundadores, efetivos e beneméritos. Sua diretoria tinha como presidente, Feliciano Duarte de Miranda; 1º e 2º vice-presidentes, o Senador Júlio Bueno Brandão e Affonso da Silva Brandão; secretário, José Ruy Possolo; redação, dona Maria Odila Cabral Leite, Alfredo Pinto Vieira de Mello, Cyro Gonçalves, Feliciano Duarte de Miranda, Juvenal Sanches de Lemos Brandão, tenente coronel João de Barros Mello, Paulo Florence, Júlio Bueno Brandão e Francisco de Paula Santos Abreu;

diretor técnico, João Monteiro de Meirelles Leite e Urbano José de Mello; tesoureiro, Rufino Antônio de Oliveira.

Este periódico procurava modificar ou criar um imaginário social local, orientado para o progresso, como indicam estas palavras:

A necessidade indeclinável de fundar-se um órgão de publicidade que se dedicasse seriamente a promover o progresso desta terra, impulsionando a lavoura e o comércio, a indústria e as artes, difundindo a instrução pelo povo que quer e pode aprender, determinou que se construísse nesta cidade a Associação Jornalística e Literária de Ouro Fino. (GAZETA DE OURO FINO, 31 de janeiro de 1892, Nº 1)

A fundação da Gazeta representa o universo de idéias e o projeto social que eram próprios da elite mineira. A cidade de Ouro Fino, como toda a cidade do interior de Minas Gerais, usufruiu dessa realidade. Fazendo uso das palavras de Wirth (1999, p. 134), justifica-se:

A imprensa local foi outro marco do regionalismo mineiro. De maneira geral, um jornal de cidade pequena, continha notícias políticas e anúncios comerciais numa edição semanal de menos de 500 cópias. Geralmente pertencia ao chefe local, cujo domínio era disputado por chefe rival com sua própria imprensa. Ficou evidente que os jornais desempenharam uma função primordial na política local. Como foro para o combate verbal, a imprensa deu às celebridades locais um meio de sustentar a violência em nível menor de seus tiroteios e assassinatos.

Pode se inferir que a atuação do poder político local bem como os dos cidadãos ilustrados, conduzindo e ampliando oportunidades é visível em Ouro Fino, beneficiando-se ou sofrendo suas influências. O jornal, no momento da criação da Escola Normal, foi extremamente forte ao propagar os benefícios da instrução naquela época.

Um pouco da história da Escola Normal de Ouro Fino pode ser reconstruída através dos documentos oficiais e escolares e da Gazeta de Ouro Fino, mas estas fontes escritas, apresentam lacunas, bem como promovem muitas perguntas, obrigando-nos a buscar outras fontes, dentre elas, a memória das ex-normalistas daquela instituição de ensino.

Ao contar suas histórias, o narrador traz de volta as coisas perdidas no tempo. Cabe ao historiador estabelecer um diálogo para se compreender o ocorrido nos tempos da narrativa, mas sempre

conectado com o narrador como imaginário da época. Como nos lembra Ricouer (apud Nóvoa, p. 24, 1995): “um indivíduo reconhece-se na história que conta a si próprio sobre si próprio”.

Muitas dificuldades foram encontradas ao ouvir as histórias das ex-alunas da Escola Normal. Foi preciso dar significado às suas construções, estar atento para o que estava sendo narrado, captar os sentimentos e emoções. Observou-se muita tristeza nos olhos das entrevistadas quando se referiam à extinção do curso normal.

Em muitas entrevistas, os momentos de silêncio foram respeitados, conforme esclarece Orlandi (1997, p. 52): “compreender o silêncio não é lhe atribuir um sentido metafórico em sua relação ao dizer (“traduzir” o silêncio em palavras), mas conhecer os processos de significação que ele põe em jogo. Conhecer seus modos de significar”.

“Há uma polissemia de sentidos que o documento oral engendra: expressões faciais, gestos, timbre e tonalidade de voz, formas de recuperação, regularidade das pausas” (...) (FERREIRA e GROSSI, 2004, p. 46).

Estabeleceu-se entre entrevistado e entrevistadora uma relação mediada pelo respeito em suas singularidades, assumindo uma responsabilidade ética, pois a relação sujeito-outro necessita ser pautada por um processo que envolve individualidades, preservação da identidade das pessoas, como também a autorização para o uso público de seus relatos.

Os entrevistados puderam exercitar sua autonomia ao relatar suas memórias, tornando a narrativa uma presença viva de fatos que lhe ocorreram, dando sentido e significado ao tempo vivido.

O narrador quando reparte suas histórias com os outros, presenteia-os com o que tem de mais humano, integrando numa rede de relações entrevistador e entrevistado na mesma história.

Os pressupostos teóricos desta pesquisa vêm trabalhados através de um conjunto variado de autores Ecléa Bosi, Jacques Le Goff, José Carlos Sebe Bom Meihy, Michele Perrot, Ana Maria Mauad e outros que serviram de apoio tanto para o estudo da memória como para o desafio de encarar a documentação iconográfica.

De Ecléa Bosi, fica o valor dado à memória dos velhos paulistanos, de mais de 70 anos, que presenciaram o fluxo imigratório na cidade de São Paulo. Bosi considera a memória uma construção, pois sua função social é lembrar e contar para os mais jovens suas histórias, posto que estas não ocorrem por acaso, e sim, ocupam parte significativa das suas lembranças. Em “Tempo Vivo da Memória”, BOSI (2003) afirma que toda hora em que somos capazes de recuperar aspectos de nosso passado, é como se contássemos histórias a nós mesmos. A memória traz para nós raízes, ela é povoada de coisas preciosas, que não têm preço, ela recupera o tempo e o passado.

A obra de José Carlos Sebe Bom Meihy, “Manual de História Oral”, (2005, p. 19) dá subsídios para abordar as questões da história oral, assim como suas implicações com o passado, considerando-o como um processo inacabado, contido no presente. Também reconhecida como “história viva”, cujo objetivo é manter o compromisso permanente de registro para o futuro, assim como o questionamento da tradição historiográfica centrado em documentos oficiais. Meihy prefere reconhecer a história oral como parte integrante das tendências historiográficas contemporâneas ou da história do tempo presente, capaz de colocar novos elementos à disposição dos interessados na leitura da sociedade.

MEIHY (2005, p. 120) elucida sobre a história oral:

Quando a história oral se mostrou como recurso capaz de ser considerado “uma outra história”, ou uma “contra história”, ou ainda uma “história vista de baixo”, é que ela começou a ganhar espaços como elemento dotado de sentido no rol dos registros e estudos dos silenciados e dos excluídos dos mecanismos de registros da história.

Quanto a Mauad, seus artigos discutem o uso da fotografia, elaborada através do tempo tanto como “imagem/monumento” quanto “imagem/documento”. Também expõe sobre o uso da fotografia como fonte de conhecimento histórico e suporte da memória, testemunho direto ou indireto do passado. Procede também à exposição de uma metodologia histórico-semiótica para a análise da imagem fotográfica, seus problemas e soluções.

Para Le Goff (1994), à história se aplicam dois tipos de materiais: os documentos e os monumentos. Documentos, do latim “ensinar”, passam a significar “prova”. Já os monumentos são considerados por ele como materiais ligados à perpetuação da sociedade histórica, seja voluntária ou involuntariamente, são como legados da memória coletiva.

Como os documentos não falam por si, é preciso que o historiador saiba interrogá-los. Tanto Le Goff (1994) quanto Foucault (1987) orientam para olhar o documento não como um material inocente, mas sim como demonstração da relação de poder da sociedade do passado que se transporta na memória do futuro.

Então, por que não se pensar, tomando o conceito de Le Goff, que a Escola Normal é um documento-monumento? Entendendo-se como documento-monumento não somente os bustos dos heróis, os mitos que se erguem nas praças e avenidas da cidade, mas o que se ergue pelo extra-oficial, em uma busca da reconstrução do passado, para se ter uma história contada, que sobrevive, sobretudo, através daqueles que se dedicaram em registrá-la, é possível inserir a Escola Normal de Ouro Fino nesta conceituação.

Como discorre Le Goff (1994, p. 545):

A memória coletiva e sua forma científica, a história, aplicam-se a dois tipos de materiais: os documentos e os monumentos. (...) O monumento tem como característica o ligar-se ao poder da preservação, voluntária ou involuntária, das sociedades históricas (é um legado à memória coletiva) e o reenviar a testemunhos que só numa parcela mínima são os testemunhos escritos (...) O termo latino *documentum*, derivado de *docere*, 'ensinar', evoluiu para o significado de 'prova' e é amplamente usado no vocabulário legislativo.

Michele Perrot (1988) aponta o século XX como o início do reconhecimento das “histórias das mulheres”. Considera o “modus vivendi” dessas dentro e fora do espaço doméstico e como ultrapassaram o seu tempo e se adaptaram à modernidade. A partir desses pressupostos teóricos e diante do material documental selecionado, o trabalho foi dividido em três capítulos.

O primeiro capítulo, “Uma Cidade, uma Escola, uma Memória”, traz um pouco desta instituição de ensino, focalizam-se a sua criação e instalação, alguns aspectos de sua organização, sua cultura, através de diferentes fontes como os documentos oficiais, e também pela GAZETA DE OURO FINO.

O corpus do segundo capítulo, “A Escola Normal de Ouro Fino através de seus materiais escolares”, traz a análise de livros, cadernos, planos de aula, Jornais da Escola e Revista de Ensino, entre outros documentos.

Os materiais escolares foram escolhidos como lugar de memória, que proveram a escola pública naquele momento, oferecendo subsídios para análise da relação que os professores mantinham com esses em contextos de aprendizagem, no preparo das aulas, nos exercícios de fixação do conhecimento dentro dos conteúdos programáticos estabelecidos, assim como das práticas veiculadas não só nas ilustrações de suas capas, como nas suas mensagens.

Finalmente, o terceiro capítulo, “Fragmentos de Memória: Recordações das Normalistas”, enfoca estas histórias de vida, com suas buscas, valores, riquezas, conflitos individuais e integração com o grupo.

A evolução da consciência historiográfica amplia o conceito de documento, modifica a hierarquização do seu valor e, conseqüentemente, provoca a busca de novas fontes de pesquisa. Assim, ao tecer a história da Escola Normal de Ouro Fino, foi-me permitido perceber que, apesar de marcada por diversos movimentos, ora de recuos, ora de avanços, pôde revelar-se como formadora de professores primários para atuarem, não só neste Município de Ouro Fino, como no Estado de Minas Gerais e em outras regiões do país.

CAPÍTULO I

UMA CIDADE, UMA ESCOLA, UMA MEMÓRIA

“Fundar uma escola é constituir o futuro.
Só um edifício pode avultar ao lado dela: o templo”.
(Gazeta de Ouro Fino nos 50 anos da Escola Normal)

1.1. A Escola Normal de Ouro Fino: um pouco da sua história

No período de transição do Império para a República, denunciavam-se a miséria social, a ausência de trabalho, o alto índice de analfabetismo, e instituiu-se a crença de que a educação devia ser responsável por formar um novo cidadão republicano. Como saída para vitalizar a nação e transformar os habitantes em povo, capazes de levar o país ao desenvolvimento e ao progresso, elegeu-se a educação, e em especial a “educação escolar”, como via privilegiada para sanar todos os males sociais. Por esta razão, ressaltam-se as palavras de Caetano de Campos, diretor da Escola Normal de São Paulo, em discurso aos professores, em 1890:

(...) Quando um país quer dar a medida de seu progresso, do alcance de suas instituições, do valor de sua raça, aponta o número de suas casas de ensino e abre-lhes as portas como que dizendo: Vêde como se aprende! (CAMPOS apud CARVALHO, 2003: 25)

Ouro Fino também compartilhava dos ideais republicanos e desejava criar nesta cidade uma instituição de ensino destinada a preparar jovens para a carreira do magistério.

Nascida no século XVIII, quando os bandeirantes aportaram na região do vale do Sapucaí, em 1746, em busca de ouro, ocasião em que Francisco Martins Lustosa, português de origem, fundou o arraial de Ouro Fino e edificou a capela de São Francisco de Paula, em 1749.



Figura 1- Localização de Ouro Fino.

Pela Gazeta de Ouro Fino, datada de 31 de janeiro de 1892, Ouro Fino está localizada ao sul de Minas Gerais, situada entre colinas, solo coberto por frondosas matas, apto a qualquer tipo de cultura, clima muito salubre, mas ameno nas proximidades dos rios Mogy e Eleutério.

Foi elevada à condição de cidade pela Lei nº 2658, de 04 de novembro de 1880. Sua primeira Câmara Municipal foi instalada em 16 de março de 1881.

Sua denominação deve-se aos primeiros povoadores, mineiros “*faiscadores*”, que ali encontraram jazidas de ouro.

Segundo o censo de 31 de dezembro de 1900, Ouro Fino possuía 26.668 “almas”, sendo 8112 registradas na freguesia da cidade, contando no centro do município duzentas e “poucas” casas. Atualmente possui 40 mil habitantes.



Figura 2 - Vista parcial de Ouro Fino- 1949- Foto Pedro Perez.

A cultura de cereais e a criação de porcos absorveu por muito anos a atividade dos lavradores deste município, de cidades próximas ao Estado de São Paulo, como Bragança, Amparo, Socorro, Itapira, Espírito Santo do Pinhal. A criação de suínos medrava de modo quase espontâneo em Ouro Fino, concorrendo para isso os extensos brejos banhados dos rios Cervo, São Pedro, Eleutério e Mogy. Com a chegada da estrada de ferro, em 1896, outros produtos agrícolas como o alho, o feijão e o milho também se destacam. Sobre a criação de suínos, o texto da Gazeta de Ouro Fino assim se refere:

É para lastimar que tão importante industria, que é a principal fonte de riqueza da importantissima cidade de Chicago e seus arredores, na América do Norte e da cidade de Lamego em velho Portugal, não tenha entre nós o desenvolvimento inteligente, que era para desejar. É necessário convenceremos de que tudo tem valor, e de que não é só o café que forma peculios. A lavoura mixta deve ser o desideratum de todos. Nenhuma lavoura ou indústria offerece vantagens relativamente tão largas e tão promptamente compensadoras como a criação e ceva de porcos.

A humanidade não vive só do café. Há lavouras do mesmo modo ricas e importantes (...) (GAZETA DE OURO FINO, N.1, 31/01/1892, p.1)

No entanto, embora marcada pela entrada dos bandeirantes à procura do ouro, foi com a expansão da lavoura cafeeira, no início do século XX, que a cidade conheceu um período de intensas mudanças e prosperidade econômica.

Neste período também foram solidificadas as chefias políticas municipais integradas ao compromisso mútuo entre municípios e o poder regional. Participava daquele cenário, o político Júlio Bueno Brandão, nomeado intendente por Bias Fortes, Governo do Estado de Minas.

Segundo Cláudia Maria Ribeiro Viscardi (1999, p. 95), Minas conheceu momentos de disputas políticas inter-oligárquicas ao longo da Primeira República, tendo seu apogeu na conciliação em torno de um partido monolítico e isento de fissuras, o Partido Republicano Mineiro. Viscardi apresenta para os primeiros anos da República, a política interna mineira dividida em 3 fases: a primeira vai da Proclamação da República ao Governo de Silviano Brandão (1889-1898); a segunda, parte desta data, até o governo estadual de Arthur Bernardes (1898-1918); e a terceira fase, desse governo até a chamada Revolução de 30.

Foi na segunda fase que se deu a consolidação da hegemonia da região sul de Minas sobre as demais quando são eleitos para o governo do Estado quatro políticos sul-mineiros: Francisco Sales, Wenceslau Brás, Júlio Bueno Brandão e Delfim Moreira. Este grupo ocupava uma posição privilegiada, não só economicamente como pelas ligações pessoais que, de acordo com seus interesses, podia mudar o jogo político, influenciando nas distribuições das benfeitorias da sociedade.

O Partido Republicano² nasceu da união entre cafeicultores e a classe média urbana de Minas, aliados contrários à manutenção da escravidão, herança monárquica, e o poder, cujo ideal resumia-se em propagar a ordem e o progresso, defendendo o trabalho livre e a reorganização política.

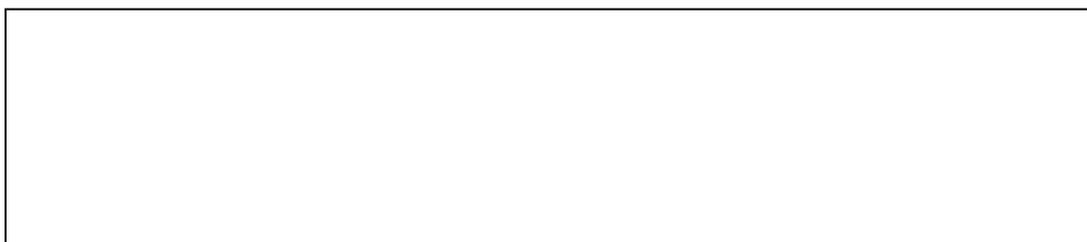




Figura 3 - Membros ouro-finenses do Partido Republicano Mineiro- Acervo da Profª Laila Andery Bueno Brandão- s/data.

² Membros ouro-finenses do Partido Republicano Mineiro (sentados da direita para a esquerda) Prof. José Jorge Nogueira, Dr. Gentil Nelaton Moura, Prof. Dr. Dias Neto, Cel. Manoel Jesuíno de Carvalho, Senador Júlio Bueno Brandão, Dr. Raul Apocalypse, Dr. Americano de Almeida, Dr. Vicente Batista da Silva; (em pé, da esquerda para direita Dr. Waldemar Tavares Paes, Dr. Pompeu Rossi, Dr. Júlio Bueno Brandão Filho, Prof. José Ximenes Cezar, Dorival Alves, (?...), Dr. Adolfo Curio, Dr. Nelson de Moraes Guerra e Prof. Tomaz Correia.

Em Ouro Fino, como em toda a cidade do interior de Minas, o “coronelismo” estava presente, tal como diz Arruda, (1990, pp. 231-232):

No âmbito local, os chefes são predominantemente fazendeiros, ligados nos planos estadual e federal a alguns representantes desses setores. No passado denominados “coronéis” são peças importantes nos momentos eleitorais.

Segundo Machado (2004, pp. 33-56), a figura do “coronel” era vista como intermediária entre o privado e o público, local e estado, num sistema vertical, cujo instrumento de pressão era o “voto de curral”. Assim, a política dos coronéis era marcada pela reciprocidade, pela troca de favores, de relações clientelistas, através

de acordo entre o chefe local e os candidatos indicados pelo Governo do Estado, aumentando o número de protegidos e apadrinhados.

Quando se analisam as relações entre público e privado na cidade de Ouro Fino, naquele período, observa-se a adequação do conceito de coronelismo para explicar o poder pessoal e político desses fazendeiros.

Para Viscardi (1995, pp. 39-56), durante o período republicano, a política interna de Minas passou por um período de instabilidade. Isso se deveu à oposição entre as elites da Zona da Mata, responsável pela maior parte da produção de café do Estado, e os da região central, na qual a mineração era predominante. Mediando esta política, os sul-mineiros revezavam-se no apoio à Zona da Mata ou à Zona Central, angariando com isso lucros e privilégios. A cafeicultura da Zona da Mata tinha como percentagem 70% contra a do Sul de Minas de 30%, conforme Pires (1993, p.130).

Fleischer (1982, pp. 11-62) revela esta participação da bancada mineira, salientando que os deputados federais provinham do Sul de Minas Gerais, totalizando 19,8% no período de 1890 e 1937, e que da aliança Centro-Sul nem sempre o privilégio era da cafeicultura, e sim da mineração ou outras culturas agrícolas.

Privilegiando a aliança Mata-Sul ³, pelos interesses na defesa do café, havia aliança preponderante com São Paulo; se havia privilégio da aliança Centro-Sul, embora não se desmerecesse a cafeicultura, alguns setores elitistas não a tinham como prioridade.

As oligarquias não-cafeicultoras, consideradas inferiores, acrescenta Cury (2003, p. 13) reclamavam por um melhor posicionamento nacional, questionando, portanto, os privilégios conferidos a Mata Sul durante os anos de 1890 a 1933, a qual foi a

região que elegeu maior número de presidentes de estado, 38,9%, e o segundo maior número de vice-presidentes, 20%.

Rezende (1982, p. 73) explicita que durante o Governo de Silviano Brandão, houve uma aceleração da dominação oligárquica. O poder em Minas concretizou-se através de três instrumentos: o primeiro teria sido o Partido Republicano Mineiro (PRM), do qual Silviano apossou virtualmente, a partir da convenção de 1898; o segundo seria a política da municipalidade, num emaranhado de relações entre a força policial, a organização judiciária, a eleitoral, e a municipal, propiciando o cerceamento das forças locais de oposição, garantindo pleno apoio aos correligionários dos governadores estaduais favorecendo o terceiro elemento, a formação das oligarquias.

³. Mourão (1962, p. 74) explicita que, no ano de 1900, Minas passa a ser dividida em 5 circunscrições, com grande número de comarcas em cada uma. A chamada Zona Metalúrgica (Belo Horizonte e suas comarcas), penetrava a parte montanhosa da Mantiqueira; a 2ª Circunscrição (Juiz de Fora e comarcas) constituía a Zona da Mata; a terceira estava localizada no Sul de Minas (Campanha e suas comarcas), invadindo a zona do Oeste; a 4ª ocupava o Triângulo Mineiro (Uberaba e suas comarcas) e a 5ª o Norte e Nordeste do Estado (Tremedal e suas comarcas).

1.2. A Liga de Instrução da Comarca de Ouro Fino

Neste contexto político é que se instituiu em Ouro Fino uma associação denominada “Liga de Instrução da Comarca”, que afirmava ter como objetivo auxiliar o Governo do Estado na promoção e difusão do ensino primário através da criação de um Grupo Escolar na cidade, compartilhando do mesmo discurso de que a instrução era o mais sólido alicerce para a edificação da nação.

A instrução pública era pregada como sinônimo de progresso, uma espécie de regeneração nacional pela educação, priorizando o ensino primário e o ensino

normal a fim de formarem professoras para o sistema educacional da primeira República.

A “Liga de Instrução” era bastante atuante no município, contando com inúmeros sócios, que aderiram ao movimento em prol da instrução, procedendo à eleição de sua diretoria no dia 20 de janeiro de 1907, cujo resultado foi publicado na Gazeta de Ouro Fino, número 675, do dia 31 de janeiro do mesmo ano.

Do empenho da “Liga de Instrução” resultou a criação do Colégio Brasil, estabelecimento particular, em 07 de março de 1908, e em 16 de abril de 1907, a criação do Grupo Escolar Coronel Paiva, tendo iniciado suas atividades em 09 de março de 1909. O discurso de Bueno de Paiva, representante do Partido Republicano no Congresso Nacional, ratifica a necessidade da difusão do ensino primário no Estado de Minas, e especificamente no município de Ouro Fino. Enaltecia os valores da instrução como forma de progresso material e unidade nacional. As palavras de Francisco Bueno de Paiva, presidente por duas vezes da Câmara Municipal durante o Império, atendiam os ditames políticos da República que faziam da valorização da educação um instrumento político de controle social. Os laços de parentesco e a sucessão de políticos das mesmas famílias reforçam a visão de uma cidade que, por décadas, foi controlada por uma elite agrária, que, pelo controle do Estado, garantia a continuidade de sua hegemonia.

Empenhou-se para que o sonho de instalar uma escola normal municipal em Ouro Fino fosse realidade, o cunhado do Governador do Estado de Minas Gerais, Júlio Bueno Brandão, o fazendeiro Francisco Ribeiro da Fonseca², o qual fazia parte da “Liga”; porém, após ser criada, esta passa a funcionar como educandário particular.





Figura 4- Francisco Ribeiro da Fonseca, um dos idealizadores da Escola Normal de Ouro Fino. Acervo M. Célia do Nascimento.

1.3. Nasce a Escola Normal de Ouro Fino

A criação da Escola Normal de Ouro Fino se efetivou no dia 13 de julho de 1909.

4. Francisco Ribeiro da Fonseca nasceu em Pinheiros, São Paulo, aos 28 de outubro de 1853. Filho de Francisco Pereira e Ignez da Fonseca. Mudou-se para Ouro Fino, ainda jovem. Casou-se com Júlia Ribeiro de Miranda. Fazendeiro, político, criou a primeira cooperativa de café de Ouro Fino, participou da fundação do primeiro jornal da cidade: A Gazeta de Ouro Fino. Trabalhou em prol da criação do Grupo Escolar Cel. Paiva e da Escola Normal.

No mesmo ano, foi lavrada, no dia 29 de julho, a ata de sua instalação, tendo início suas atividades em 04 de agosto, sendo seu primeiro diretor, Bernardino Querido, e secretário, Agenor Miranda.

Na memória oficial da cidade, em grande parte construída pelo tom épico das notícias publicadas na Gazeta de Ouro Fino, o momento da inauguração da Escola Normal foi festivo e esperado por todos, contando com a presença de autoridades civis, militares e eclesiásticas:

Uma dessas festas deslumbrantes, mixto de prazer e alegria, foi a instalação da Escola Normal desta cidade. Com a maior concorrência de pessoas, cujas phisionomias denunciavam pleno contentamento, e a presença de altos personagens e autoridades teve lugar em o dia 09 do passado mez de Julho a inauguração do estabelecimento acima denominado. Conforme previamente combinado entre a Directoria, corpo docente e o Sr. Francisco Ribeiro da Fonseca, expediram officios e cartas, às pessoas de alta representação e boletins a fim de que às 6 horas da tarde

tivesse início a solenidade. De facto a esta hora a magnífica banda musical “Lira Ouro-finense” encorporada sob a direção do competentíssimo maestro sr. Gottardo Gottardi, deu começo a seu programma e poucos minutos foram suficientes para que se achassem cheios todos os departamentos do prédio destinados às festividades (...) (Extraído da GAZETA DE OURO FINO, agosto de 1909, p. 2)

Apesar das festividades na sua inauguração, a escola ainda não tinha prédio próprio e começou a funcionar em uma casa cedida por Dona Adelaide Brandão, a qual também compartilhava dos ideais republicanos de instrução pública por ser irmã de Júlio Bueno Brandão, além da Escola ser benéfica para a educação das mulheres ouro-finenses.

A residência era ampla e adequada ao objetivo do momento, situada na esquina da Igreja Matriz de São Francisco de Paula com a rua Silviano Brandão, até adquirir seu prédio próprio.



Figura 5- Inauguração da Escola Normal de Ouro Fino – 1909. Acervo Leyde Moraes Guimarães.

A foto da inauguração pode retratar o quanto representava para a comunidade a Escola Normal recém-criada, pela expressão coletiva de organização em momento solene e festivo, essencialmente preparado para a posteridade. As vestimentas também exemplificam a tradição do trajar masculino, terno, gravata, colete e o feminino, nos vestidos, sapatos e penteados demonstrando a importância do cerimonial.

Apesar das inúmeras críticas quanto ao funcionamento das primeiras escolas normais em casarões antigos pelo imediatismo de sua implantação, importante naquele momento, era formar o

povo e construir a nação. Inserido neste discurso, estava o professor, visto como disseminador da cultura.



Figura 6- Casa de Adelaide Brandão, onde funcionou a Escola Normal em 1909.
Acervo Leyde Moraes Guimarães

1.4. Os primeiros passos da Escola Normal de Ouro Fino

Seus primeiros passos foram descritos não só pelo misto de prazer e de alegria, mas como cultuasse a mercadoria do saber numa festa popular, deixando também transparecer nesta celebração, popularizando o discurso da civilização, do progresso e da razão, e acima de tudo, do bem estar, com o intuito de produzir regras de conduta social, e impô-las à sociedade, via instrução.

Ao mesmo tempo, convidava os ouro-finenses para participarem dos destinos desta escola, contribuindo para que fosse um instrumento modernizador e transformador, o que tornaria possível a existência de uma sociedade brilhante, num discurso civilizatório, modelo de tradição republicana.

Iniciaram-se, logo após a inauguração, os exames de admissão para o ingresso na Escola Normal, com provas escritas de português (ditado e composição com tema dado no momento), aritmética, geografia, exigindo-se a caligrafia, computada como ponto para a classificação, havendo ainda prova

oral de leitura expressiva. Embora o curso fosse aberto para ambos os sexos, a escola iniciou suas atividades no dia 04 de agosto de 1909 com 48 alunas, aprovadas no referido exame.

Escola Normal de Ouro Fino						
HORARIO PARA O CURSO NORMAL						
HORAS	SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA	SABBADO
7 1/2 às 8 1/2	Francês	Francês	Francês	Francês	Francês	Francês
8 às 10	Português	Português	Português	Português	Português	Português
11 1/2 às 12 1/2	Aritmética	Aritmética	Aritmética	Aritmética	Aritmética	Aritmética
1 às 2	Geographia	Geographia	Geographia	Geographia	Geographia	Geographia
2 1/4 às 3 1/4		História Patria		História Patria		História Patria
3 3/4 às 4 3/4	Dictado e Calligraphia		Dictado e Calligraphia		Composição e Calligraphia	
4 e 20 às 4		Desenho		Desenho		Desenho

QUADRO II- Horário de 1909- Arquivo Escola Normal.

Os programas dos anos iniciais obedeciam a decretos que regulamentavam as matérias e cadeiras de ensino, cujo modelo era a Escola Normal da Capital. A Escola Normal Modelo foi criada pela Lei Estadual nº 439, de 28 de janeiro de 1906, pelo Governador de Minas João Pinheiro, no sentido de buscar uma uniformidade para o ensino normal mineiro, exigindo-se para tanto a obediência às normas administrativas, programas, horários, processos de ensino, escrituração e seu regimento interno.

Em 19 de novembro de 1911, ainda não oficializada pelo Estado e de acordo com a legislação em vigor, procederam-se as primeiras promoções das alunas dos cursos em funcionamento (Aplicação e Preparatório), habilitando para o 3º ano do curso preparatório as seguintes alunas: Anunciata Luchesi, Adolphina da Silva, Anna

Paulina da Silva, Carmem de Mello, Dolores Megale, Lupércia de Miranda Fonseca, Maria de Oliveira, Maria Antonieta Pinto, Maria Amália Lemos, Maria Tereza Megale, Maria Bueno, Maria Ribeiro de Miranda, Mercedes de Miranda Fonseca, Noemia de Mello e Rita de Cássia Dutra.

Para o 2º Ano: Anna Elisa da Silva, Adriana Ribeiro de Miranda, Laura de Miranda Fonseca, Alzira de Araújo, Maria de Abreu e Maria Isabel de Paiva Mendonça.

Foram citadas para habilitarem para o 1º ano somente estas alunas: Mariana Nogueira, Lucilia Clotilde Vieira e Maria Clotilde Vieira.

Gradativamente conformaram-se os projetos políticos das oligarquias locais cada vez mais imbuídos da necessidade de uma escola primária para as classes populares. O discurso que concebia a mulher como uma educadora por natureza também se difundia naquela época, considerando a tarefa de ensinar como uma grande missão, dando a algumas mulheres da cidade oportunidade de ingressar no mundo do trabalho, antes privilégio dos homens. Algumas expectativas femininas de acesso ao saber poderiam estar desvirtuadas devido considerar-se a mulher como responsável pela família, caracterizando-se pelos valores que determinavam seu comportamento de meiga, educada e satisfeita em servir o outro. Essa feminização da profissão docente aparece, por exemplo, nas palavras de Ordália Cabral, na GAZETA DE OURO FINO, na qual conclamou as mulheres ouro-finenses a formarem colunas em defesa da instrução, reivindicando um espaço no jornal de Ouro Fino, no qual as mulheres pudessem aparecer como autoras. Citando Condorcet, Mirabeau, Robespierre, instiga-as:

(...) Querem nos transformar numa aberração social. Companheira do homem na conquista do seu ideal commum-perfectibilidade indefinida_é necessário estimulal-a por uma nobre emulação, é preciso instruil-a e desenvolver-lhe o sentimento, essa urna sacrosanta que tantas pedras preciosas encerra. Só assim ocupará o logar que lhe compete; não superior, inferior ou igual ao homem, mas sim ao seu lado completando-o. (...) Avante! pois seja o vosso grito de guerra: A instrução da mulher! (GAZETA DE OURO FINO, 31 de janeiro de 1892, p. 2– A INSTRUÇÃO DA MULHER).

De fato, naquele momento, fala-se que as mulheres deveriam ser mais educadas do que instruídas. Naquela distinção, parecia que a instrução era algo perigoso para

as mulheres, pois as colocava na mesma posição dos homens. Louro (1986, pp. 28-29) esclarece:

(...) que as diferenças na educação ou no tratamento social entre os homens e mulheres ocorreu nas primeiras décadas do século XX, considerando características mais psicológicas (caráter, tipo de raciocínio, temperamento) que genéticas ou biológicas, que o sexo masculino não era superior ao feminino. Afirma que as mulheres apenas sejam mais dóceis, submissas, sensíveis, intuitivas, pacientes e minuciosas e os homens mais fortes, agressivos, independentes, lógicos, organizados, criativos.

Louro (1986, p. 30) ainda acrescenta que a carreira do magistério era vista como um prolongamento das atividades domésticas e maternas, uma profissão plenamente aceita pela sociedade. Na formação das normalistas, priorizavam-se a submissão, o recato, as prendas domésticas, havendo interseção professora-mãe, pois era senso comum o pensamento de que a vocação feminina era essencialmente o magistério primário, porque haveria transferência da função maternal em relação aos filhos para os alunos.

Embora já existisse em Minas Gerais um aumento significativo de Escolas Normais (Ouro Preto, Campanha, São João D'el Rei, Uberaba, Paracatu, Sabará, Juiz de Fora e Diamantina), Ouro Fino sentiu-se agraciado por criar no município uma escola para formação de professores com o objetivo de assumir a tarefa da educação, exercendo essa um papel fundamental para a região. Esta escola também passou a ser vista como possibilidade das mulheres deixarem seus afazeres domésticos, ingressarem e ascenderem no mundo do trabalho. A tarefa de educar circunscrita aos homens no período anterior à República foi se transformando aos poucos numa tarefa essencialmente feminina. A palavra “feminização para o magistério” ampliou-se também a partir do século XIX. A maioria dos estudiosos refere-se à expansão da mão de obra feminina para o exercício do magistério. Para muitos, o magistério era a única profissão feminina respeitada e a única que, de forma institucionalizada, beneficiava com emprego as mulheres da classe média.

Vianna (2002, p. 56), numa abordagem mais ampla, explicita que o sentido feminino da profissão do magistério ultrapassa o fato de a maioria dos docentes ser mulher, pelo entendimento da feminização nos espaços e práticas mesmo quando ocupados por homens. Para a autora, o magistério é uma profissão feminina em decorrência de uma atribuição social, independente do sexo de quem a exerce.

Em Ouro Fino, a feminização do magistério apareceu no mesmo ato de sua criação quando o próprio discurso de sentido feminizador anunciou o magistério como uma carreira “natural” para as mulheres que desejavam ingressar na vida pública. Louro (1997, p. 63) alerta que é preciso desconfiar do que pode ser considerado como natural. São, pois, as práticas rotineiras e comuns, os gestos e as palavras banalizadas que precisam se tornar alvo de questionamento e, em geral, de desconfiança.

É comum no discurso do pensamento positivista do século XIX, período da proliferação do ensino normal no Brasil, salientar a função maternal da mulher, assim como destacar na finalidade de sua educação a responsabilidade pelos homens de amanhã. Justificava-se a entrega a este ideal e o envolvimento com a profissão, deixando mesmo de formar o seu próprio lar, pois “esqueceram-se de casar”.

Pavan (2003, p. 140) explicita sobre a professora solteira:

(...) A representação da professora ‘solteira’ (...) foi muito adequada para justificar a completa entrega à atividade docente, servindo para reforçar o caráter de doação e esconder o sacrifício e a renúncia (...) para ser professora primária.

Apple (1987, p. 6) justifica a presença feminina no Magistério no Brasil, tal como ocorreu nos Estados Unidos:

O magistério tornou-se feminino, em parte porque os homens o abandonaram. Para muitos homens, o custo de oportunidades era muito alto para permanecerem no magistério. Muitos professores ensinavam em tempo parcial (por exemplo, entre as colheitas) ou como ponto de partida para outros empregos mais lucrativos ou

prestigiosos. Mas com o crescimento da classe média nos Estados Unidos, com a formalização do ensino e dos currículos na segunda metade do século passado, e com os maiores requisitos de credenciais e certificados que passaram a ser exigidos para o magistério nessa época, os homens começaram a – e quase sempre conseguiram – procurar trabalho em outro lugar.

O magistério proporcionou campo fértil para outras lutas em diversos setores da profissionalização, expandido-se com o passar dos anos para as carreiras de advocacia, militar e farmácia, destacando-se o exemplo da ex-aluna do curso de magistério, professora Zaíra Marinho, formada em farmácia no ano de 1929. Nota-se, pelo certificado da farmacêutica que a burocracia não estava preparada para aceitar o gênero feminino nos seus registros, prevalecendo as palavras masculinas como “farmacêutico”, “filho”, “nascido”, marcando a filiação somente com o nome do pai, sem as devidas alterações de gênero para as mulheres.

Apple continua analisando o impacto na educação da desqualificação e da intensificação numa instituição com a maioria de docentes do sexo feminino que freqüentemente trabalhavam em dois locais - na escola e na casa - considerando a modificação das relações patriarcais no trabalho e no ensino.

Para Arroyo, a feminização da ocupação de professora primária aconteceu no processo de institucionalização do Ensino Primário. O número de homens professores primários foi maior quando esta atividade ainda não era de responsabilidade do Estado, e o professor primário era um professor autônomo, era o mestre do ofício de ensinar (ARROYO, apud Léa Pinheiro Paixão, pp. 13-14, Educação em Revista, n. 14, dez/91).

Em Ouro Fino, na criação do primeiro grupo escolar, Cel.Paiva, registrou-se a presença de somente dois professores, Edmundo Vieira e José Penacchi, e seis mulheres, ratificando a presença da mulher na escola primária. No período pesquisado, os documentos não registram nenhuma figura masculina no magistério primário como professor das classes anexas à Escola Normal.

Pôde-se constatar, pelo livro de matrícula, em cada ano letivo, a presença de um

ou dois alunos do sexo masculino no curso de magistério.

A maioria das mulheres que ingressaram no magistério da Escola Normal de Ouro Fino era de classe média; havia também um número expressivo de filhas de fazendeiros, não só de Ouro Fino como da região. Apesar de algumas mencionarem serem de famílias pobres, nenhuma delas trabalhava fora do ambiente doméstico, pois o curso normal ocupava-lhes todo o dia: de manhã, era propedêutico, e à tarde, destinado à parte profissional.

1.5. A Implantação e a Importância de seu Prédio Próprio

A partir do período republicano, o Estado passou a preocupar-se não somente com o ensino, mas também em edificar prédios suntuosos, que se destacavam na paisagem das cidades, buscando uma harmonia entre a grandeza de aprender e ensinar.

Em Carvalho (2003, p. 23), encontra-se a justificativa de Cesário Mota na inauguração da Escola Normal “Caetano de Campos”, em 1894, para a importância das cerimônias inaugurais dos edifícios escolares:

(...) Não porque tenha este palácio as grandes cintilações artísticas que orgulham os arquitetos, os pintores de todos os tempos, mas porque no edifício celebrado, a grandeza, a majestade do simples simbolizava a força de uma idéia elevada: a instrução de um povo. Ponto culminante de nossa arquitetura, o edifício revelava a altura em que a República colocou o início do problema da instrução. A nobreza das suas linhas demonstrava a crença de que não haveria mais nobre profissão que aquela que se incumbia de preparar cidadãos para a sustentação, defesa e engrandecimento de uma pátria livre.

A partir de 1912, a Escola Normal de Ouro Fino, numa mesma tendência, passou a funcionar num prédio próprio, edificado na praça da Matriz de São Francisco de Paula, com a rua Júlio Bueno Brandão, sendo seu construtor João Ribeiro de Miranda, fazendo-se presente na vida da cidade pela imponência de sua construção.





Figura 7 - Inauguração do prédio próprio –1912- Acervo Leyde Moraes Guimarães.

Assim como se revela em Carvalho (2003, p.70), a construção do prédio da Escola Normal de Ouro Fino não só demonstrava a imponência da ordem social que a república pretendia fundar, centrada na educação, como retratava a importância do espaço escolar, pois nele estaria a condição ideal para o desencadeamento de uma proposta inovadora: regenerar o povo através da instrução. A ênfase na instrução e na educação popular viabilizava-se na construção de escolas públicas que foram seu símbolo.

O edifício da Escola Normal possuía uma fachada imponente, com altas portas e janelas envidraçadas, uma escadaria de madeira ligando o primeiro pavilhão ao segundo, com salas arejadas, o qual, na fala das normalistas, levava a todos a se orgulharem da sua beleza arquitetônica.





Figura 8 - 1º prédio próprio da Escola Normal de Ouro Fino-1912-Acervo Leyde M. Guimarães.

Tal como a Escola Normal Caetano de Campos de São Paulo, a de Ouro Fino localizava-se num lugar central como se pudesse representar a projeção espacial de um projeto social. Em Ouro Fino, ao lado disso, estava a questão religiosa. Colocada lado a lado, escola e igreja, representavam os valores consagrados por uma elite agrária que deveriam ser adquiridos pelo conjunto de sociedade. Neste sentido é que se pode compreender a epígrafe deste capítulo, reiterando na comemoração dos seus 50 anos, aqueles valores.

As noções de ordenação e higienização estavam presentes na escola, fazendo com que seus prédios se adequassem dando forma à cidade onde estavam instalados, segundo os ideais republicanos.

A sala do diretor, segundo as depoentes, primava pela simplicidade, embora não escondesse seu aspecto austero, pois ninguém entrava na diretoria sem que lhe fosse permitido. Nela havia uma escrivaninha, algumas cadeiras ao redor, na parede, o sinal do ambiente cristão, com o quadro do Sagrado Coração de Jesus.





Figura 9 - Sala do diretor- Acervo da Escola Normal de Ouro Fino.

A secretaria se destacava, logo na entrada, como marca do oficial, do burocrático, com entrada permitida somente a funcionários que ali trabalhavam. No balcão que fechava o ambiente, havia o livro de ponto, onde os professores registravam sua presença. Todas as folhas deste livro eram numeradas e rubricadas pelo diretor em exercício.

A sala da congregação era um ambiente modesto, com uma grande mesa no centro, cadeiras ao redor, um quadro de horário e avisos, indicando a missão daqueles que dela se ocupavam.

As salas de aula, com carteiras duplas, mantidas rigorosamente alinhadas no espaço, com pés de ferro, o que impedia mudanças de lugar, ainda permaneceram por muitos anos, enquanto se destacava com rigor a disciplina. Esta forma, porém, propiciava maior companheirismo e

solidariedade com a companheira de carteira, conforme as entrevistadas narraram sobre suas amizades e coleguismo.

Estas carteiras deixaram de ser usadas por ocasião da mudança para o atual prédio da Escola Normal em 1968, passando a serem carteiras individuais.



Figura 10-Sala de aula do Curso de Magistério, 1963, com carteiras duplas, ao fundo, a profa. Maria Tereza Guarini.

Marcado pelo espaço e disposição dos objetos, tais como o quadro-negro com o crucifixo acima, as carteiras duplas, a foto da sala com a disposição das colegas em seus lugares, mesa do professor, a colação de grau e outros detalhes que são como elos que vinculam a memória a diversos grupos aos quais se pertence, justifica o pensamento de Nora (1984, p.19): “A memória se enraiza no concreto, no espaço, gesto, imagem e objeto. A história se liga às continuidades temporais, às evoluções e às relações entre as coisas.

Pode-se perceber que as instituições não só expressam sua função social, tendo o saber como um discurso fundador, mas também produzem o disciplinamento, a obediência, a submissão e a interiorização da lei, conforme o REGULAMENTO DO ENSINO NORMAL, TÍTULO IV, Da disciplina e policia interna:

Art.128. Será introduzido nas escolas normaes um systema disciplinar de accordo com a nova orientação pedagogica, dentro de cujas linhas tenham occasião de exercitar-se o sentido da responsabilidade, o *self government*, a preparação para a cidadania, o apego à escola, o respeito mutuo, a tolerancia, a

iniciativa, a cooperação, entranhado sentimento da lei e da ordem, hábitos sociais apurados.

Parapho único. Para este fim, organizar-se-ão as varias actividades extra-curriculum, devendo estudar-se com cuidado os principios fundamentaes de sua organização, para que não redundem em associações formaes e inefficientes.

Art.129. Entre as providencias de policia interna, que deverão ser tomadas pelo director, incluir-se-ão as seguintes:

a) não ceder o prédio sem nenhuma de suas dependencias para fins alheios ao ensino;

b) exigir justificação de paes ou responsaveis pelas entradas tarde;

c) não permittir aos alumnos retirarem-se da Escola antes de findos os trabalhos, ainda que as ultimas aulas não funcionem por falta de professores;

d) instituir boletins mensaes, dirigidos aos paes ou responsaveis, com as notas de applicação, notas de prova, de conduta e faltas de comparecimento;

e) prohibir a entrada no estabelecimento a pessoas estranhas ao serviço, a não ser nos casos em que vão tratar de assumptos relativos ao estabelecimento e com o proprio director ou secretario;

f) compellir os alumnos a pagar os damnos voluntarios no predio, mobiliario e material didactico.

Os artigos 247 a 251 fazem menção às penalidades para as faltas dos alunos, inicialmente com admoestação para o não cumprimento dos deveres, suspensão e cancelamento de matrícula para o aluno reincidente; a agressão ao professor era considerada falta grave e ocasionava a suspensão da frequência; a não participação aos eventos estabelecidos pela escola ou indisciplina coletiva, levariam a não admissão aos exames.

Danificar o prédio, mobiliário, material escolar, ou cometer ato imoral ou criminoso dentro do edifício escolar acarretava o cancelamento da matrícula.

Werle (2004, p. 112) assim se refere à importância do prédio nas instituições educativas:

Um dos espaços de demarcação das instituições frente às demais é o prédio. O prédio escolar é um elemento importante na busca da identidade da instituição educacional, funcionando como agente físico ativo na subjetividade e na materialidade da cidade. Expressa uma visão da funcionalidade institucional presente no momento em que foi erigido, trazendo um fardo de histórias pelas relações e vivências construídas em seu interior e arredores.

Em 1951, houve uma nova mudança em consequência do aumento do número de alunos, devido à criação do Curso Ginásial. Passa então para o prédio do antigo Colégio Brasil, posteriormente Sede do 11º BC, (Batalhão de Comando), com mais dois pavilhões cedidos pelo Ministério da Guerra, na Avenida Ciro Gonçalves, permanecendo ali de 1952 a 1967, até a criação de seu prédio atual.

Hoje, tombado como patrimônio histórico, o primeiro prédio da antiga Escola Normal ainda continua na praça da Matriz, como Escola Estadual Bueno Brandão, de ensino fundamental, preservando sua estrutura imponente, tal qual no período republicano, embora sem a característica original de sua porta de entrada.

1.6. O discurso republicano e a Escola Normal

O interesse pela instrução popular originou-se de um projeto político cujo objetivo centralizava-se no discurso da classe dirigente, identificado em Mattos (apud NUNES, 1992, p. 8):

Esses dirigentes pretendiam difundir sua visão de mundo, e para isso era necessário fazer com que cada indivíduo identificasse os objetivos da classe dirigente com os seus. Assim era necessário colocar ordem no mundo da desordem. Civilizar para melhor conhecer e controlar o povo.

A pretensão do momento era construir uma nação e um Estado prósperos, cabendo então à escola intervir para civilizar a população, impor novos hábitos, moldá-la como povo saudável e produtivo.

É possível perceber em Ouro Fino o predomínio do ensino privado, tais como o Colégio Sant'Ana, Colégio Brasil, Instituto Municipal, Faculdade de Farmácia e Odontologia, Ginásio Guararapes, demonstrando o interesse pela formação da elite, somente ocorrendo a expansão do ensino público em 06 de dezembro de 1913, quando o ouro-finense Júlio Bueno Brandão, na época Governador do Estado de Minas

Gerais, transformou a escola particular em oficial, através do Decreto nº 4056, denominando-a ESCOLA NORMAL REGIONAL DE OURO FINO.

A Escola Normal Regional de Ouro Fino entregou os diplomas às sete primeiras normalistas do ano de 1916, evento registrado na primeira página da Gazeta de Ouro Fino: "A Colação de Grão Às Primeiras Normalistas", como também, as palavras do Director Antônio Sanches Pitaguary (GAZETA DE OURO FINO, 21 de abril de 1917, nº 1203):

(...) A Escola Normal entrega os diplomas às suas filhas primogênicas_ formoso grupo de moças que vão receber, entre risos e flores, o cobiçado e justo prêmio ao esforço e assíduo

trabalho inteligente durante quatro annos de estudos. (...) Não está nos moldes destas linhas frisar o alcance social, a grande conquista que foi para o nosso padrão de gloria para a nossa cidade, para o magistério mineiro e para o Governo do Estado, que a mantem e prestigia. (...) Recebem hoje seus diplomas de normalistas pela Escola Normal de Ouro Fino, sete moças, as sete primeiras que alli se formam. Ellas partem em seguida, deixam a colmeia onde se fizeram obreiras e donde sahem mestras nesse “religioso labor” que produz o mel que é doçura e a cera que é brandura”, na phrase deliciosa de Olavo Bilac.

As palavras proferidas representam, à época, que a educação fosse reconhecida como função pública e, portanto, de responsabilidade do Estado, frisando o progresso e a civilização a serem conquistados pela Escola, assim como associa as características das normalistas como obreiras dedicadas e responsáveis, que partiam para uma missão de alcance social para o engrandecimento da pátria. Destaca também a idéia de família como primeiro núcleo social, formador da personalidade, de valores, de padrões culturais da sociedade, uma espécie de matriz organicista ao redor da qual convivem membros de uma forma cooperativa e solidária, como as abelhas numa colméia.

As primeiras normalistas da Escola Normal Regional de Ouro Fino, anno de 1916, foram Adolphina Silva, Amasília de Macedo, Carmem de Mello, Maria Ignácia de Queiróz Miranda, Maria Eugênia Bueno, Maria Isabel de Paiva Mendonça e Rita de Cássia Almeida Dutra. (Extraído do livro de ata de conclusão de curso com a relação das formandas de 1916)

1.7. O Saber Pedagógico

A Escola Normal de Ouro Fino preocupava-se com a formação pedagógico- prática de suas normalistas, e uma série de providências eram tomadas nas aulas de Metodologia, Higiene e Prática Escolar, Psicologia, evidenciando o ensino da técnica da observação do comportamento infantil e as fases deste desenvolvimento.

O primeiro exame da prática profissional deu-se no dia 24 do mês de novembro de 1916, no Grupo Escolar Coronel Paiva, desta cidade, na presença das comissões examinadoras e do inspetor regional, Juvenal Sanches Lemos. A data era marcada com antecedência, e o ponto sorteado na presença do diretor, conforme o registro do Livro de Ata, pág. 23.

Lourenço Filho, (1945 p. 35) ao se referir à prática docente assim se manifestava:

Porque o ensino é exatamente uma prática, uma técnica, uma arte. Porque, no ensino, há que saber fazer não simplesmente que saber dizer como já se fez, ou seja, se poderá ou deverá fazer. Aprende-se a fazer fazendo. Se quisermos, pois, formar professores teremos que pô-los em situações reais, vivendo experiências reais.

Na busca da concretização destes ideais, criou-se em maio de 1919, o Curso Anexo à Escola Normal, com quatro salas de primeira à quarta séries, destinadas à formação prática das normalistas, pois até aquela data elas cumpriam seus estágios em salas do Grupo Escolar Cel. Paiva.

O curso anexo assemelhava-se a uma escola de aplicação, onde as alunas-mestras realizavam suas observações e prática nos seus estágios. A sua implantação possibilitava que as alunas se ambientassem com a prática docente desde o primeiro ano do curso normal, dentro da própria instituição de ensino. No entanto, a obrigatoriedade e o caráter prático desta disciplina constavam do Capítulo III do Regulamento do Curso Normal, nos seus artigos 64 e 65, determinando que a prática profissional fosse ministrada nos dois anos do curso de aplicação das escolas do segundo grau e no último ano do curso normal das escolas do primeiro grau.

Nessa prática, as alunas assistiam aulas-modelo, preparavam suas lições, apresentavam relatórios sobre as aulas observadas e proferiam palestras com temas escolhidos e orientados pelo Professor de Metodologia de Ensino e Prática Profissional.

Nas aulas de Metodologia eram abordados os métodos e processos de ensino, enfatizando a diferença entre os métodos da nova escola e da escola tradicional, fazendo com que as alunas-mestras pudessem absorver as propostas da nova política educacional que a escola pretendia criar e solidificar.

Já no art. 67 do mesmo regulamento, constava que as aulas-modelo deveriam ser semanais e de meia-hora, ministradas pelo professor de Metodologia ou por outro professor do curso normal, cujo assunto era escolhido pelo próprio professor.

Os artigos seguintes que versavam sobre a parte profissional estabeleciam que os professores das classes anexas dariam igualmente essas aulas-modelo e a preparação destas deveria ser submetida à apreciação do professor de metodologia.

Delmira Mattos, ex-aluna, assim se expressa sobre a prática profissional:

As aulas eram preparadas com muito zelo, porque o professor de Metodologia e Prática Profissional, José de Almeida, era competéssimo, exigia muito nas aulas práticas, pois estas eram pré-requisitos para a formação do professor.

Ao término da aula-modelo, o aluno-mestre deveria apresentar o resumo da aula e da sua discussão. Cada aluno-mestre daria pelo menos três meias-horas de lição por semana, cujos assuntos ficavam a cargo do professor indicado e dos professores do curso anexo, devendo versar sobre todos os ramos do programa e ser indicado com antecedência mínima de dois dias.

As classes anexas à Escola Normal funcionavam diariamente no período da tarde, das 12h30m às 16h30m, de 1º de março até o término dos exames da prática profissional.

Para avaliação do desempenho, havia uma prova de Prática Profissional de Regência em uma das classes do Curso Anexo à Escola Normal ou no Grupo Escolar da cidade. O assunto era sorteado com oito dias de antecedência, e após o trabalho, o professor fazia uma análise crítica da aula para orientação e correção. (Art. 70, CAP III, do Regulamento do Ensino Normal).

Um dos deveres das praticantes era colaborar na aplicação dos testes para seleção de alunos para o curso anexo, também chamados de testes de “escala métrica da inteligência”, elaborados através de perguntas ou feitura de desenhos. Estes testes perduraram na escola até os anos 80, provocando grandes polêmicas em torno de sua eficiência e a validade de seus resultados. Os testes eram aplicados no curso anexo, por serem as vagas limitadas a uma sala de cada série, somente para o estágio profissional das normalistas. Devido às inúmeras reclamações, estes foram eliminados da escola, utilizando-se da legislação específica para o preenchimento de vagas no curso anexo (zoneamento, filhos de funcionários públicos, militares).

Apesar das ex-alunas mencionarem as dificuldades nas aulas práticas, às vezes causadas pela indisciplina ou desatenção dos alunos nas salas, afirmaram que havia um convívio sereno no cotidiano escolar do Curso Anexo, comprometido com a

prática profissional, justificado pelo relacionamento e respeito mútuo entre alunos e professores.

As professoras do curso anexo tinham a responsabilidade de estabelecer suas aulas de acordo com os horários das estagiárias, ministrar aulas-modelo, aceitando o ingresso constante das alunas para observação e análise.

Para este encargo, as professoras eram submetidas a provas de habilitação e percebiam sobre os vencimentos mensais uma percentagem de 40% a mais que as dos grupos escolares (Regulamento do Ensino Normal, Art. 77, p. 43).

A existência do Curso Anexo à Escola Normal de Ouro Fino demonstrava, além da possibilidade dos alunos ambientarem-se com a prática docente, a demonstração de que a Escola Normal estava em sintonia com os preceitos educacionais modernos, considerando a familiaridade do espaço vivido um elemento facilitador da formação profissional. Através das Escolas Anexas e dos Grupos Escolares é que se consolidou a formação prática das normalistas, pois esses funcionavam como laboratórios para demonstração, experimentação e prática de ensino. A partir da experiência da sala de aula é que se concebeu a imagem da professora primária.

Ao término do curso, concedia-se à normalista, através do diploma, todos os direitos e prerrogativas inerentes ao mesmo. O exercício profissional era um sinal indiscutível de promoção pessoal, familiar e social porque certificava sua competência. No final do curso de magistério, muitas dessas mulheres assumiam a docência como funcionárias públicas.



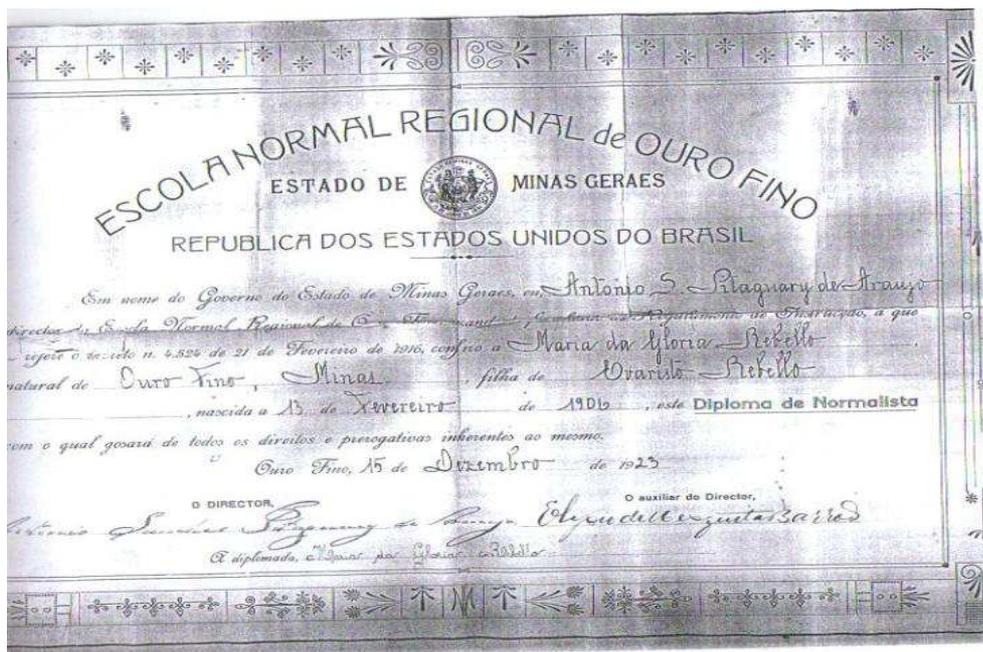


Figura 11- Diploma de Maria da Glória Rebelo - Acervo M.Célia do Nascimento.

O diploma da normalista, Maria da Glória Rebelo, datado de 15 de dezembro de 1923, assinado pelo diretor em exercício, Antônio Sanches Pitaguary de Araújo, juntamente com seu auxiliar, Elysio de Mesquita Barros, exemplifica a outorga de normalista, no verso, relacionam-se as disciplinas: Portuguez, simplesmente, gráo 7; Arthmetica e Escripuração Mercantil, plenamente, gráo 9; Geometria e Desenho Linear, simplesmente, gráo 6; Geographia Geral e Chorographia do Brasil, simplesmente, gráo 7; Historia Natural, simplesmente, gráo 6; Physica e Chimica, plenamente, gráo 9; Historia Geral e do Brasil e Educação Moral e Cívica, simplesmente, gráo 6; Francez, simplesmente, gráo 6; Pedagogia e Hygiene, simplesmente, gráo 7; Desenho e Calligraphia, plenamente, gráo 90; Música, plenamente, gráo 9; Trabalhos Manuaes, plenamente, gráo 9; Costura e Trabalhos de agulha, distinção, gráo 10; Gynnastica, plenamente, gráo 9; Pratica Profissional, simplesmente, gráo 7.

No histórico do diploma, percebe-se que não se faziam constar matérias que poderiam ser indispensáveis a futuros professores primários, como no caso de Psicologia Educacional, Metodologia de Ensino, no entanto havia, matéria possivelmente dispensável como Escrituração Mercantil, que visava a preparação de contabilistas e não de normalistas.

O artigo 76 do Regulamento do Ensino Normal previa 10 lugares de distinção para os alunos que obtivessem as melhores médias de promoção e aprovação nos exames finais. Mérito esse dado àqueles que repetiam com perfeição aquilo que lhes fora estabelecido como norma na sala de aula.

A foto 12 apresenta o valor dado ao marco iconográfico da formatura dos alunos do Curso Anexo, tendo à frente a diretora e a professora da 4^a. série, elegantemente trajadas, as expressões sérias, cuja afetividade parecia esconder-se, criando a imagem de um profissional da educação, cujo modelo para o magistério representava o poder disciplinar.

Interessante observar que já havia uma identidade entre meninos e meninas, pois estas se postavam à frente, e talvez copiassem a postura da diretora e da professora, como se fossem um estereótipo da futura carreira: o magistério.

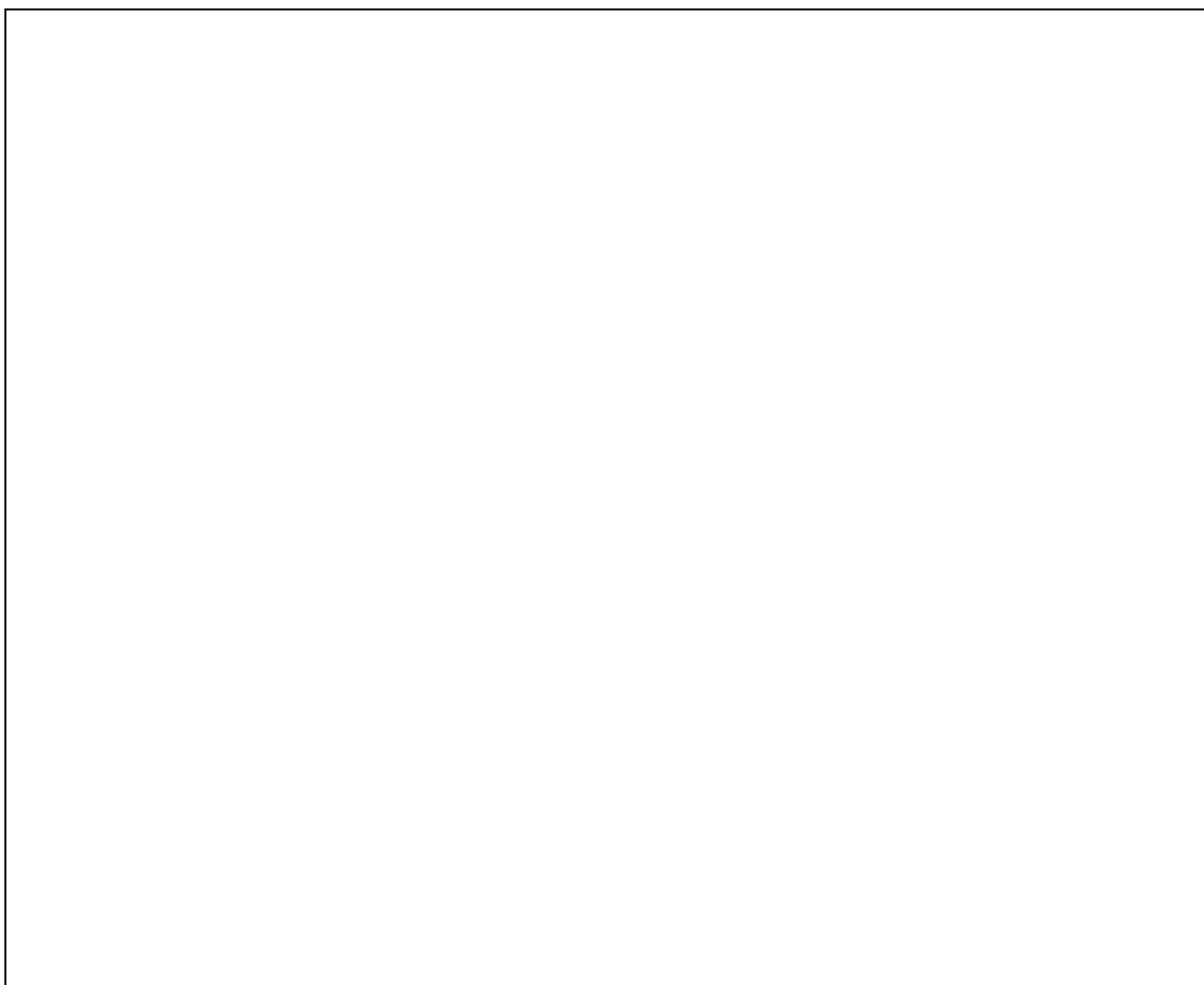




Figura 12 – Diretora Maria do Céu, professora Maria Isabel Prado e alunos da turma de 1934- do Curso Anexo- Acervo Leyde Moraes Guimarães.

Pavan (2000, p. 109) refere-se à importância do espaço escolar, assim como do poder simbólico de que a escola é capaz para criar sistemas de disposições como se fossem naturais.

Também analisa o sucesso escolar, o qual só pode ser compreendido entre o mundo da escola e o mundo sócio-cultural da família, pois associa este sucesso escolar às expectativas e identidades para a afirmação social, tendo a escola um espaço próprio, institucionalmente constituído de normas e regras que buscam unificar e delimitar a ação de seus sujeitos.

Portanto, como reafirma Pavan, sucesso e fracasso escolar não podem ser medidos pelas estatísticas que comprovam evasão, repetência ou aprovação, pois estas medidas são tidas como conseqüências de um objetivo de vida e não de índices.

Percebe-se na seqüência iconográfica, foto 13, que há uma mudança visível do espaço igualmente privilegiado de meninos e meninas, como também dos professores e dos estagiários da escola, parecendo mostrar o lugar social das pessoas retratadas.



Figura 13 - Alunos do Magistério na prática profissional-Curso Anexo - 1936. Profª Delorme Avelar Muniz, (centro) estagiários: Geraldo Rodrigues Silva, Paulo Almeida, Maria Estefania Gomes de Almeida e Yvone Ferreira dos Santos.



Figura 14- Formatura do Curso Anexo s/data –Profª Climene Helena Brandão, Professor Caiubi de Oliveira Ávila e Profª Benedita Mesquita. Acervo Leide M. Guimarães.

A foto nº 14 pode representar a importância dada ao momento da formatura: o vestido branco das meninas, o terno e a gravata dos meninos, as maneiras recatadas, a presença do paraninfo, da

diretora e da professora da sala, e o mesmo gesto homogeneizando a turma: o de apresentar o certificado conquistado.

A Escola Normal de Ouro Fino passou por muitas reformas. Uma dessas foi no Governo de Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, tendo como secretário dos Negócios do Interior, Francisco Luiz da Silva Campos, no ano de 1927, caracterizado como de grande realizações, pois o Governo de Minas assumiu o compromisso de reconstrução do ensino público em Minas Gerais. Para isso alertava o Secretário do Interior de Minas Gerais sobre o valor do ensino primário, assim como a importância das técnicas pedagógicas para eficiência do mesmo:

Não se poderá esperar nenhum progresso na instrução primaria se não abordar de frente o complexo problema do ensino normal (...) A diffusão da instrucção primaria estará sempre em funcção da sua qualidade. Pela frequencia apurará o seu valor. É hoje fóra de dúvida que a frequencia é um dos melhores por onde aferir a eficiencia do ensino (...) O melhor seria que as Escolas Normaes se destinassem exclusivamente á sciência e á pratica das technicas pedagógicas (...) De que vale refundir e reorganizar os programmas apenas para serem executados? Como resolvê-los sem conhecimento de uma técnica? Quaes os fundamentos da technica e onde encontrar seus motivos determinantes e a sua razão de ser, senão na natureza da creança? Se o destino da escola é a creança, o conhecimento da creança, quanto mais completo mais facilitará á escola o exercício da sua missão. (Alguns trechos do discurso de Francisco Campos ao submeter à aprovação o Regulamento do Ensino Normal. Secretaria do Interior em Bello Horizonte, 20 de janeiro de 1928._Francisco Campos, secretário do Interior.)

Surgiram nesta época novos programas de ensino, reformularam-se os que já existiam, criaram-se a “Revista de Ensino, as bibliotecas escolares, a Escola de Aperfeiçoamento da Capital, integrada posteriormente ao Instituto de Educação de Minas Gerais“, sendo de grande importância para a pesquisa e experimentação de novos métodos de ensino, pois pregava-se o abandono das práticas profissionais, defendia-se a idéia de uma “escola ativa” enfocando o aluno, sujeito de sua própria aprendizagem.

Todas as medidas adotadas mostravam a articulação com o movimento renovador, divulgado no mundo todo através dos ideais da Escola Nova.

Pelo mesmo Decreto, n. 8.162, de 20 de janeiro de 1928, a escola passa a denominar-se: “ESCOLA NORMAL DE 2º GRAU”.

O objetivo era formar professores, assim como pessoal técnico para atuar no ensino primário do Estado, sendo ministrado em duas categorias: o primeiro grau, ficando a cargo da iniciativa particular, assistida e focalizada pelo Estado, o segundo grau, sob a responsabilidade do governo. O art. 2º, título I, do Regulamento do Ensino Primário, publicado no jornal "Minas Gerais", órgão oficial do Estado, assim determinava:

As Escolas Normais do segundo grau serão oficiais em Bello Horizonte, Juiz de Fora, Ouro Fino, e em outras localidades a juízo do governo, procurando atender às necessidades da região. (...) (Minas Gerais, 21, de janeiro de 1928. Órgão da Imprensa Oficial de Minas Gerais, s/n)

O Presidente do Estado ainda reforçou a sua criação:

O Presidente do Estado de Minas Gerais, usando da atribuição que lhe confere o art. 57, da Constituição, e de conformidade com o artigo 2º, de 20 de janeiro do corrente ano, resolve criar escolas normais do primeiro grau, em Dolores de Indaya, Paracatu, Santa Rita do Sapucahy, Itabira, Montes Claros e Leopoldina, e de segundo grau em Uberaba, mantidas nesta categoria as de Bello Horizonte, Juiz de Fóra e Ouro Fino, vigorando quanto aos vencimentos do pessoal a tabela constante do artigo 1º, parágrafo 1º, nº 17 da Lei nº 1003, de 21 de setembro de 1927, relativa à Escola Normal da Capital, correndo as despesas por conta da verba nº 15, do artigo, parágrafo e leis citados. Pallácio da Presidência do Estado de Minas Geraes, em Bello Horizonte, 18 de fevereiro de 1928. Antônio Carlos Ribeiro de Andrada. (Minas Gerais, (Órgão da Imprensa Oficial) 19 de fevereiro de 1928.

De acordo com o Regulamento do Ensino Normal do Estado de Minas Gerais no seu CAP. I, e artigos de 04 a 21, páginas 24, 25, 26 e 27, estabeleceu-se que as Escolas de 2º Grau constariam de três cursos: Adaptação, Preparatório e Aplicação.

Exigia-se ainda para o ingresso no referido curso, o certificado de aprovação no 4º ano primário, atestado de vacinação contra varíola e de que não apresentava nenhuma doença contagiosa, assim como exibir atestado de conduta irrepreensível. A exigência do atestado de boa conduta permaneceu em outros momentos da Escola Normal, como por exemplo, na necessidade de constar como documento

obrigatório para o ingresso no quadro docente desta instituição. Este deveria ser assinado pelo juiz de Direito da Comarca ou pelo Delegado de Polícia local.

O Curso de Adaptação era complementar ao curso primário, com duração de dois anos, devendo os candidatos possuir o curso primário completo. O currículo constava das seguintes matérias: Português, Geografia, Noções de História do Brasil e Educação Cívica, Noções de Ciências Naturais, Desenho, Educação Física e Canto.

O Curso Preparatório constava de três anos de duração e a idade mínima era de 13 anos; este curso preparava para a formação do magistério primário. Ministrava-se neste, cultura geral, constando das seguintes matérias: Português, Francês, Aritmética, Geografia, Corografia do Brasil, Geometria e Desenho Linear, Desenho Figurado, História Geral e do Brasil e Educação Cívica e Moral, Física, Química e História Natural, Trabalhos e Modelagem, Música e Canto Coral, Higiene e Economia Doméstica e Educação Física. O Regulamento instruía ainda sobre a divisão das referidas matérias nos três anos do curso. (Arts. 14 e 15).

Já o Curso de Aplicação destinava-se à formação profissional do magistério. Nele ingressavam somente as alunas que tivessem concluído o Curso Preparatório ou que se submetessem aos exames das matérias deste Curso.

Para o ingresso no referido curso, exigia-se o certificado de aprovação no 4º ano primário, atestado de vacinação contra varíola. O Curso tinha a duração de dois anos e a idade mínima era dezesseis anos.

Constavam do Curso de Aplicação as seguintes disciplinas: Psicologia Educacional, Biologia e Higiene, Metodologia, História da Educação e Prática Profissional.

A Reforma de Francisco Campos manteve os mesmos cursos - Preparatório, Aplicação e Adaptação - ampliando as disciplinas e ocasionando o retorno de muitas normalistas às séries anteriores para complementação de currículo, conseqüentemente impedindo que houvesse conclusão de curso no ano de 1929.

O artigo 81, do Capítulo I, Título III, determinava que as aulas nas escolas normais deveriam começar no dia 1º de março e encerrarem em 30 de novembro. Quanto aos feriados, o artigo 84 do mesmo capítulo e título referia-se aos domingos, aos dias de luto e festa nacional ou estadual, à segunda e à terça-feira de carnaval e à quarta-feira de cinzas.

Também seriam feriados os três últimos dias da Semana Santa, a segunda quinzena de julho e o período entre o último dia do exame e o início das aulas. De acordo com o parágrafo único, os diretores não tinham autoridade para suspender as aulas fora dos dias estabelecidos pela Secretaria do Estado, somente mediante aviso especial. (Regulamento do Ensino Normal do Estado de Minas, pp. 43-45).

A Gazeta de Ouro Fino, datada de 12 fevereiro de 1929, registrou a reforma de ensino mantendo os cursos: Preparatório, Aplicação e Adaptação, assinada pelo então Secretário do Interior, Francisco Campos. Embora esta reforma mantivesse os mesmos cursos, ampliava as disciplinas, ocasionando o retorno de muitas normalistas a séries anteriores para complementação de currículo, conseqüentemente impedindo que houvesse conclusão de curso no ano de 1929.

As disciplinas escolares não só incorporaram o momento histórico como também foram mediadoras deste, produzindo comportamentos e conhecimentos que assumiram uma expressão peculiar na escola.

O currículo retratava também a ordem, a disciplina e os valores, tal como estabeleciam os dirigentes da época. Predominavam as disciplinas de formação geral em detrimento das de formação do técnico profissional, mesmo se tratando de um curso voltado para a formação do professor primário e numa época em que poucas alunas podiam atingir o nível superior de ensino.

Gazeta de Ouro Fino

ORGÃO DO PARTIDO REPUBLICANO MINEIRO

Director-político — DEPUTADO BUENO BRASÃO FILHO
REDACTOR-CHEFE—GUERINO DASASANTA

FOLHA DE MAIOR CIRCULAÇÃO NO SUL DO ESTADO

Propriedade de Antônio Brazão de Oliveira

Reg. ex. nº 10. Doc. N. 4.743 de 21 de Out. de 1925

Novas escolas

Publicamos, abaixo, os decretos que creem uma escola nocturna nesta cidade, e tres escolas rurais no Districto de Campo Myricis.

A criação de uma escola é sempre um motivo de grande alegria e a manifestação mais sincera e mais real da aspiração da população. Toda a progressão decorre das boas estabelecimentos de ensino, os quais ensinam não apenas os conhecimentos academicos, mas os deveres e do trabalho intelligente. Os cursos rudimentares têm a sua vida economica circumscripta a uma agricultura incipiente, a um commercio limitado ou nullo, a uma industria primitiva. Só a instrução opera as grandes obras de progresso e abre novas fontes de pensamento ao destino das povoa.

Foi por isso que o sr. Presidente do Estado, em sua veneravel plataforma, lançou os fundamentos de uma instrução que, sustentando a cultura popular e a constituição de uma mentalidade nacional capaz de realizar o empenhamento moral e economico do individuo.

Essa tarefa, programma da actual governo está sendo fulcramente cumprida pela multiplicação das escolas e pela modificação das leis em que dependem functionalmente.

Esse os decretos:

DECRETO N. 8.181

Creia duas escolas no municipio de Ouro Fino, sendo uma rural, mista, no Districto dos Moraes, districto de Campo Myricis, e uma nocturna, masculina, na cidade.

O Presidente do Estado de Minas Gerais resolve crear duas escolas no municipio de Ouro Fino, sendo uma rural, mista, no Districto dos Moraes, districto de Campo Myricis, e uma nocturna, masculina, na cidade.

Palacio da Presidencia do Estado de Minas Gerais, em Belo Horizonte, 28 de Janeiro de 1929.

Antônio Carlos Ribeiro de Andrada.

Francisco Luiz de Silva Campos.

DECRETO N. 8.190

Creia duas escolas rurais, mistas, no municipio de Ouro Fino, sendo uma em Cachoeira e outra em São Vista, districto de Campo Myricis.

O Presidente do Estado de Minas Gerais resolve crear duas escolas rurais, mistas, no municipio de Ouro Fino, sendo uma em Cachoeira e outra em São Vista, districto de Campo Myricis.

Palacio da Presidencia do Estado de Minas Gerais, em Belo Horizonte, 28 de Janeiro de 1929.

Antônio Carlos Ribeiro de Andrada.

Francisco Luiz de Silva Campos.

Eseola Normal

Com a recente reforma do Ensino Normal, a nossa Escola passou a ser de 2.º grau.

Desta maneira passa em estabelecimento a ser um curso de ensino mais vasto, pela organização e promulgação que lhe assegura a mais regularidade.

Chamamos a attenção para alguns ENCLARECIMENTOS SOBRE O ENSINO NORMAL:

A nova reforma do Ensino Normal teve diversas modificações, para as quais visamos a attenção dos interessados.

CURSO DE ADAPTAÇÃO

Este curso é o antigo Fundamental. Para a matricula são necessarios as condições de artigo 8.º, item 1.º:

1) idade de onze annos completos, provada por certidão de registro civil ou documento que a supla;

2) certidão de approvação no 4.º anno primario;

3) certidão de aprovação contra a variação de idade que se apresentar, acompanhada de exames de leitura, arithmetica e de dictado, e que se refere ao art. 11.º do Regulamento do Ensino Primario. Oude licença médica escolar, e esse requisito não se exige, depois do necessario exame.

Para a matricula em cursos de 1.º e 2.º graus, a idade mínima é de 11 annos.

CURSO DE PREPARATORIO

Para a matricula neste curso é necessario ter concluido o curso de applicação. Entretanto, de conformidade com o art. 12, os candidatos poderão prestar exames das matricias que compõem esse curso, observadas as condições de art. 8, item b, a, 1, 2, e 3, item 1.º.

CURSO DE APPLICAÇÃO

Para a matricula no curso de applicação, devem os candidatos ter concluido o curso de preparatorio.

De conformidade com o art. 11, sendo admitidos, tambem, a matricula os candidatos que leuarem prestado exames em estabelecimento de ensino secundario reconhecido pelo União. Além disso poderão matricular-se os candidatos que, em duas provas successivas, hajam prestado exames das matricias que compõem o curso de preparatorio.

Como se vê, os interessados tendo diversas soluções para a sua matricula na Escola Normal, não sendo necessario, observadas as disposições do Regulamento, passar do Curso de Adaptação ao de Preparatorio e deste para o de Applicação.

O sr. dr. Raul Apocalypse, Director da Escola Normal desta cidade, recebeu a seguinte telegrama:

«Comunicamos a vossa excellencia a respeito da matricula na escola normal, e informamos que, em virtude do 4.º anno primario ser Grupo Escolar, os alumnos utraque o candidato a matricula em curso de adaptação a escola normal, devem de os exames ser provenientes do accordo com os arts. 11.º e 12.º do Regulamento do Ensino Primario.

Brasão.

Francisco Luiz de Silva Campos.

QUADRO III- Notícia dos Cursos- Gazeta de Ouro Fino —nº 1900-12/02/1929.

O poder público via na educação a força civilizadora fundamental para construção do consenso necessário à conformação do Estado e busca no professor um tentáculo do poder político, identificando-o com seus interesses.

Ao analisar o currículo estudado pelas normalistas, foi possível perceber não só a metodologia como o sistema de avaliação utilizados. A avaliação aparecia como um processo rigoroso, viabilizado através de provas e exames (escritos e orais). As provas escritas eram feitas de portas fechadas, versando sobre um ponto sorteado, de uma lista de 20 pontos organizada pelo professor, com duração de duas horas. Nas provas orais, com duração de 30 minutos, a comissão deveria formular 10 pontos que seriam sorteados no momento.

Pelos depoimentos das ex-alunas entrevistadas, pôde se comprovar as dificuldades para a assimilação de alguns conteúdos, exigindo maior empenho nos estudos e o temor pela reprovação.

A normalista Delmira Mattos confirma o rigor do sistema:

No meu tempo, chamava-se Escola Normal. Hoje não é mais. A Escola Normal tinha três Cursos: Adaptação, Aplicação e o Normal. No curso de Aplicação é que se estudavam os métodos de ensino, e no Normal as matérias comuns: Português, Francês. As aulas de Português dadas por Dr. Raul Apocalypse eram difíceis, todas tendo como referência Camões: Os Lusíadas. Estudávamos muito porque tínhamos muitas dificuldades para entender os textos. As análises gramaticais também eram tiradas dos textos. Dr. Raul foi professor do Colégio Pedro II e muito exigente.

Quanto à elaboração dos trabalhos e provas, o REGULAMENTO estabelecia:

Para fins do § 4º, deste artigo, os alumnos farão duas vezes por mez provas escriptas de línguas e sciencias, e um trabalho pratico de desenho, música, educação physica, costura, trabalhos manuaes e modelagem, além de freqüentes arguições e exercícios recomendados nos programmas. (REGULAMENTO DO ENSINO NORMAL, art. 83, p. 44, 1930)

As notas eram graduadas de zero a dez, julgado o mérito dos exercícios e das provas escritas que aconteciam duas vezes por mês. Nos graus de aprovação, ao lado de cada disciplina destacavam-se os níveis: simplesmente – até a nota 6 (seis); plenamente – até a nota 9 (nove) e distinção para nota 10 (dez). No verso dos

diplomas das normalistas, também se fazia o registro das notas e graus de aprovação em cada disciplina.

Como nesse momento se discutia o poder transformador da escola, fundamental para que a nação se denominasse civilizada e próspera, os conteúdos e métodos de ensino deveriam estar vinculados ao projeto de modernização, buscando na ciência um caminho para a liberdade.

O debate entre o modelo profissional e científico reapareceu com maior ênfase no cenário nacional. Nos primeiros trinta anos da República, sob a influência dos filósofos cientificistas, atribuía-se às ciências papel importante, tanto metodológico quanto disciplinar, levando-a a fazer parte dos currículos. Embora na Escola Normal a formação pedagógica continuasse destacada, ampliou-se o currículo com ênfase nas matérias científicas.

A partir de tais reflexões, pode-se afirmar que, ante a indolência do progresso escolar, era notória a inferioridade do ensino nacional em relação à disseminação da ciência. Rui Barbosa (1882, p. 16) salienta a necessidade da escola priorizar este conhecimento:

(...) lembremo-nos de que uma coisa há que mais pode em favor da lavoura do que a própria fecundidade do solo e em sustentação da integridade nacional do que os exércitos numerosos: é a ciência, que faz a guerra, e distribui a vitória; que ensina a não empobrecer o torrão fértil, e a converter a esterilidade mais ingrata na mais opulenta uberdade.

De acordo com os *Pareceres* de Rui Barbosa, era preciso privilegiar novos conteúdos, como ginástica, música, canto e, principalmente o ensino de ciências. Para estes novos conteúdos, associados aos tradicionais, deveria ser usado o método intuitivo, baseado na observação e experimentação, cultivando os sentidos e o entendimento. A professora Leyde Moraes Guimarães confirma o uso desse método ativo no Curso Anexo à Escola Normal, no qual se trabalhava com alunos na horta, no jardim e também em excursões.

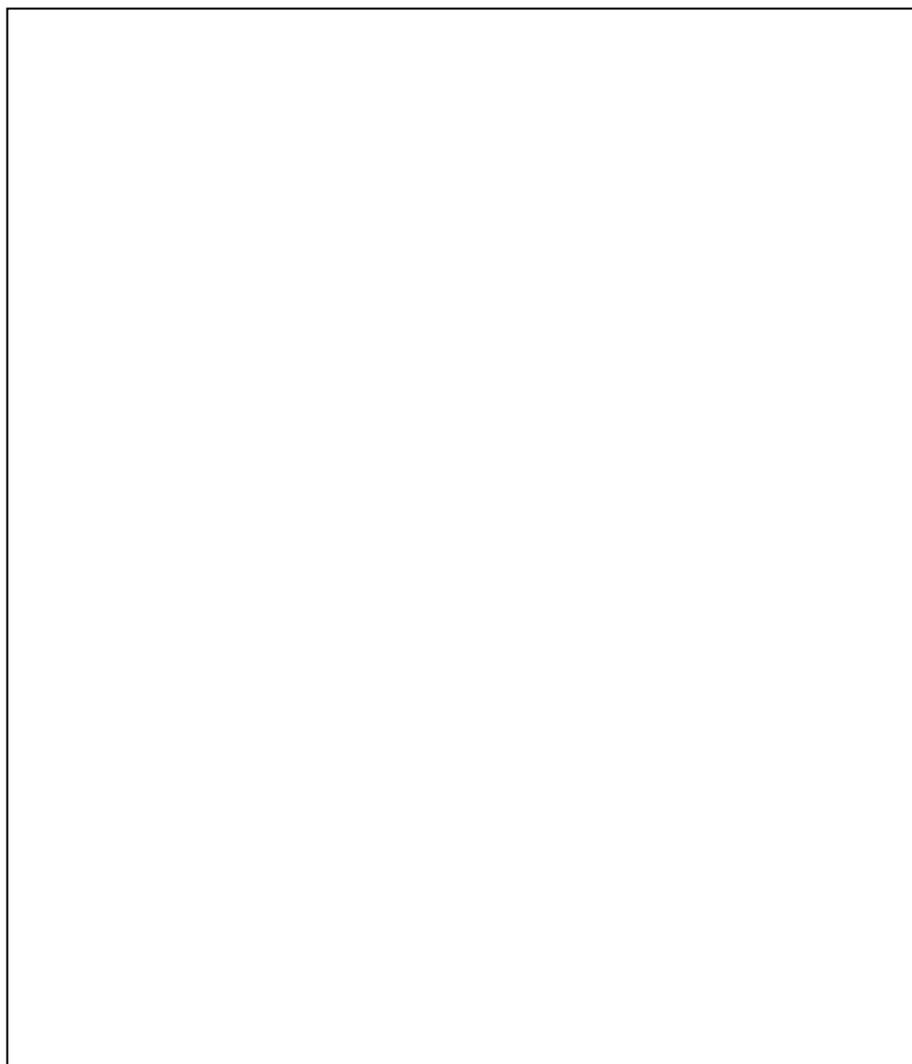
Vidal e Faria Filho (2002, p. 33) expressam sobre os reformadores mineiros, afirmando que, ora pela idéia de uma *escola moderna*, ora pela *escola ativa*, propunham superar o passado e construir um futuro grandioso, no entanto, não o faziam rompendo com o passado educacional, mas sim, inovando dentro da tradição.

Pelo que se pode perceber, a pedagogia tradicional, associada aos métodos e práticas ativas propostas pela Escola Nova, acompanhou todo o processo de formação das ex-normalistas da Escola Normal no período estudado.

No entanto, inúmeras reformas atingiram o currículo do curso normal como consequência das mudanças de governo, pois em Minas Gerais, aquele que assumia o poder fazia reforma diferenciada do seu antecessor, mostrando com isso que os agentes educacionais não faziam do currículo um instrumento de sistematização do saber, mas sim uma intervenção das elites intelectuais ou do poder político institucional.

No ano de 1937, há uma modificação na expedição dos diplomas das normalistas de 2º grau, pois o histórico escolar vinha à parte, seguindo a mesma formalidade, porém com o acréscimo das disciplinas específicas para a formação docente, tais como Psicologia Educacional, Metodologia, Psicologia Infantil e Higiene e História da Educação.

O registro das notas da ex-aluna professora Delmira Mattos exemplifica o sistema de notas e conceitos adotados:



ESCOLA NORMAL OFICIAL DO 2º GRAU DE OURO FINO

11

REGISTRO DE DIPLOMA Nº 11

AOS dez DIAS DO MÊS DE Dezembro
DO ANO DE 1937 FOI REGISTRADO O DIPLOMA DE Segundo GRAU
DE Delmira Mattos

DIPLOMADO POR ESTA ESCOLA NORMAL NO ANO DE 1937, DO QUAL CONSTAM OS SE-
GUINTEZ DIZERES:

NOME DO DIPLOMADO: Delmira Mattos
FILIAÇÃO: Francisco Ferreira Mattos
NATALIDADE: Santa Rita de Caldas (Minas Gerais)
DATA DO NASCIMENTO: 19 de Novembro de 1914
DATA DA EXPEDIÇÃO DO DIPLOMA: 15 de Dezembro de 1937

NOTAS E GRAUS DE APROVAÇÃO DO ALUNO:

PORTUGUÊS.....	(7)	sete	(plenamente)
FRANCÊS.....	(8)	oito	(plenamente)
MATEMÁTICA....	(7)	sete	(plenamente)
3.ª e HISTÓRIA..	(7)	sete	(plenamente)
CIÊNCIAS.....	(8)	oito	(plenamente)
PSIC. INF. HIG..	()		
PSIC. EDUCAC... (8)	oito	(plenamente)	
METODOLOGIA... (8)	oito	(plenamente)	
PRÁTICA PROF.. (7)	sete	(plenamente)	
BIOLOGIA..... (8)	oito	(plenamente)	
HIGIENE.....	()		
MÚSICA.....	(8)	oito	(plenamente)
CANTO CORAL... (10)	dez	(distinction)	
E. FÍSICA..... (8)	oito	(plenamente)	
DESENHO.....	(6)	seis	(simplesmente)
TRAB. e MODEL. (9)	nove	(plenamente)	
H. de EDUCAÇÃO (9)	nove	(plenamente)	

Delmira Mattos Secretária
Delmira Mattos Diretora
Fiscal

O diplomado

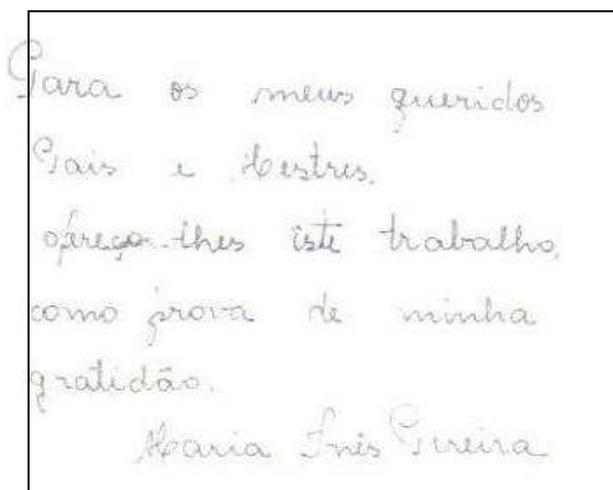
Figura 15- Histórico Escolar da aluna Delmira Mattos, formada em 1937-Arquivo da Escola Normal de Ouro Fino.

As alunas do 2º ano do Curso de Aplicação apresentavam no último mês letivo uma monografia sobre um assunto concernente à disciplina de Metodologia, sendo o tema escolhido pela aluna submetido à aprovação do professor da cadeira.

O trabalho apresentado como modelo pertence à ex-normalista do ano de 1954, Maria Inês Pereira Monteiro, pois a maioria não os conservou. Este trabalho possui uma capa artesanal (de madeira) e, quase sempre, se escolhia a figura de Nossa Senhora para a apresentação do trabalho. Em seguida, havia uma dedicatória aos pais, o índice do desenvolvimento do trabalho a ser apresentado. Muitas autoridades eram convidadas para participarem da apresentação (religiosas, militares, professores dos grupos escolares), sendo os trabalhos acompanhados de muitos elogios, como foi narrado pela autora, com todos os detalhes.

A apresentação das monografias para a conclusão de curso dava-se em recinto aberto à comunidade, a qual, apropriando-se do espaço escolar, participava do evento, junto às famílias, numa cumplicidade com a escola e envaidecidas pelo "sucesso" dos filhos.

A dedicatória abaixo representa o empenho da aluna em demonstrar aos pais e mestres que gostaria de dividir com eles um dos momentos de êxito do curso



Para os meus queridos
Pais e mestres,
ofereço-lhes este trabalho
como prova de minha
gratidão.
Maria Inês Pereira

QUADRO IV – dedicatória da Monografia da aluna Maria Inês-1954.

A monografia era compreendida como expressão do valor do trabalho da aluna-mestra, por isso ela e suas colegas de magistério, Ione Silva e Maria Aparecida Vilas Boas, foram premiadas pelos trabalhos apresentados.

Maria Inês foi agraciada com o anel de formatura ofertado pela professora Maria Tereza Guarini, na memória de seu pai, Carmini Guarini.

Essa prática inseria-se na campanha cívico-educacional, ideário pedagógico da Primeira República, cuja missão era pontuar o desempenho, de forma classificatória, não só medindo e avaliando os trabalhos, como destacando-os através de quadros de honra, medalhas de honra ao mérito e premiações, como instrumentos de mediação que favoreciam tanto a comparação como a exclusão.

O trabalho de Maria Inês teve como título: "HIGIENE MENTAL DA CRIANÇA". A higiene mental estava associada a uma concepção cientificista como forma de controle social. Os títulos da monografia de conclusão do ensino normal tinham a intenção de munir a normalista de novos conhecimentos sobre a Higiene Mental, um movimento recente da medicina, cuja finalidade era

propagar o discurso higienista, revelador do projeto republicano que era vitalizar o povo pela educação e pela higiene, torná-lo saudável e organizado.

Justificava-se o empenho na crença das propostas higienistas, as exposições internacionais, consideradas como pilares do progresso da humanidade, tendo em Kuhlmann (2001, p. 240), fonte esclarecedora, afirmando que estas deixavam transparecer uma missão civilizadora, referindo-se não só às exposições (1862- 1922) significativas, mas também aos congressos internacionais, embasados em propostas que incluíam matérias didático- pedagógicas e diferentes instituições que abrangiam da creche ao ensino superior.

Através da Exposição de Londres (1884) fez-se o acompanhamento e desenvolvimento das outras nações do mundo, concebendo a maneira de comandar as instituições, de conceber o futuro das organizações sociais, com os adjetivos “novo e científico”, constantes no discurso da sociedade moderna, adequado aos padrões da crença no progresso.

Neste período, marcou-se a entrada da influência médico-higienista nas questões educacionais, procurando conformar a escola aos tempos modernos, munidos da ciência, demonstrando preocupação com a higiene e a educação física, assim como a educação moral, cívica e religiosa.

A monografia escolhida pela aluna Maria Inês Pereira refletia o contexto nacional no primeiro período republicano, como também internacional, pelos quais se divulgavam os princípios da puericultura, o combate às endemias e epidemias e assistência aos anormais e delinquentes através de exposições e congressos, tendo como objetivo a melhoria da raça através do cuidado e valorização da infância, da creche à escola primária.

O trabalho da aluna colocava em discussão o abuso da autoridade dos pais como também o excesso de mimo, a exigência demasiada, levando muitas vezes à probabilidade de fracassos, complexos de inferioridade, podendo acarretar frustrações e doenças mentais.

Ressaltava com isso a importância da disciplina “Higiene Escolar” abordar também a “Higiene Mental”, levando as normalistas a reconhecerem que na fase da adolescência podem-se acentuar as diferenças de temperamento, caráter, conflitos.

O gosto pelos trabalhos desta disciplina era manifestado pelas alunas devido aos conteúdos lhes serem úteis tanto para a docência como para a maternidade.

Embasada nos ensinamentos da Psicologia, Higiene, Higiene Escolar, Puericultura, a aluna expunha o pensamento da época.

O trabalho estudado responsabilizava a família, principalmente a mãe pela saúde e higiene da criança, como também apontava muitas falhas que as famílias cometem na educação dos filhos.



Figura 16- Capa interna da monografia da aluna Inês.

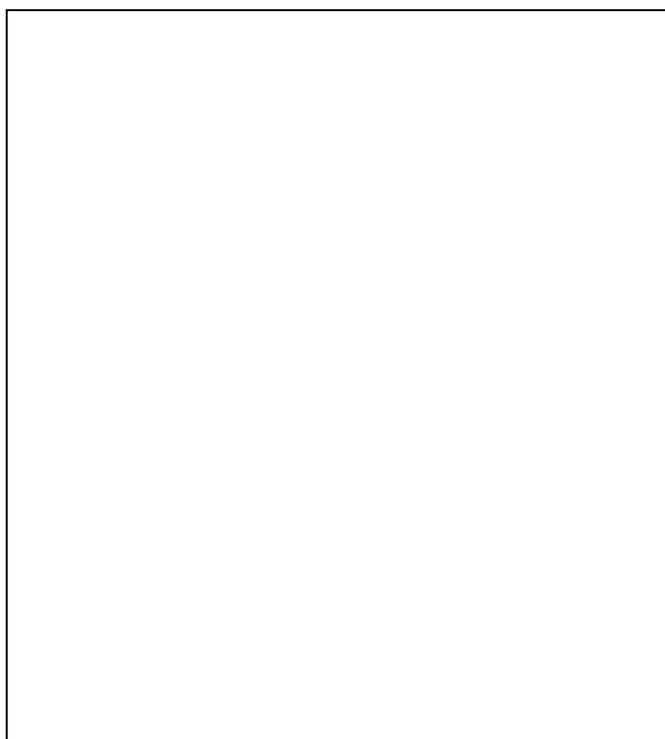




Figura 17- Capa externa artesanal de madeira da monografia da aluna Mª.Inês.

O cuidado com a criança nos primeiros anos de vida era fundamental para que ela se tornasse sadia.

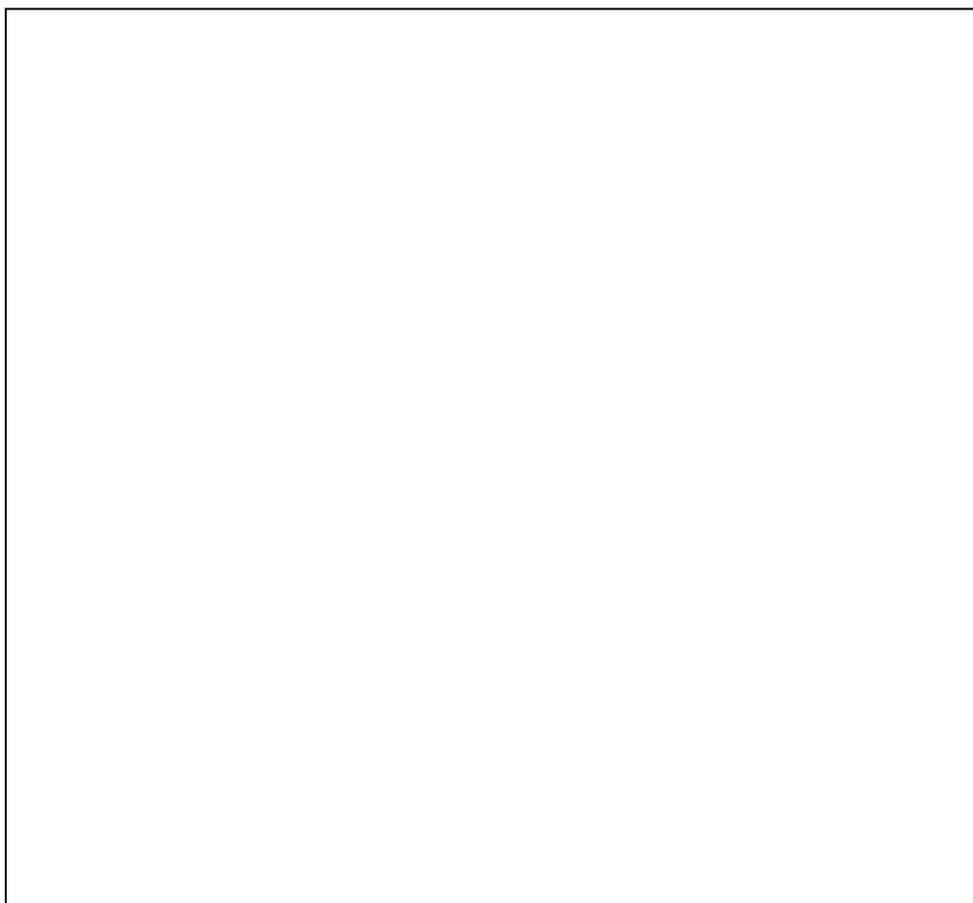
A monografia descrevia a importância do pediatra tornar-se conhecedor da vida do bebê, do meio em que este vivia, indagando sobre a ação deseducativa das avós, tias, amas, padrinhos como também de seus brinquedos. Colocava em discussão o abuso da autoridade, o excesso de mimo, os maus tratos, a exigência demasiada, levando muitas vezes à probabilidade de fracassos, complexos de inferioridade como causas de graves doenças mentais.

O trabalho também ressaltava a importância da Higiene Mental ser muito bem observada em todas as fases da vida, tanto infantil quanto da adolescência, em que se acentuam as diferenças de temperamento, caráter, sexo e meio social, assinalando que não se pode prever a conduta de um púbere. Exemplificava-se na pesquisa da normalista que um menino obediente e bom se não fosse bem conduzido podia se transformar em áspero e agressivo, trazendo conflitos e angustiando-o.

Observou-se na monografia da aluna referências à situação do filho único, preso afetivamente aos pais, da criança isolada de outras crianças, do caçula quando recai sobre ele toda a atenção e preferências, como causas prejudiciais à formação da criança sem que os pais percebessem esta gravidade. Para os estudiosos não havia crianças problemas, mais sim pais problemas, sendo muitas vítimas do ambiente que as cercam. Estes subsídios poderiam servir para analisar os anseios da época e desenvolver nas alunas habilidades para serem mães e professoras.

A proposta higienizadora tinha nas disciplinas Higiene e Puericultura a base da difusão escolar dos princípios de vida sadia. Higienizar estava associado a moralizar e educar o povo: mente sã em corpo sã. A maioria das doenças estavam na promiscuidade, na sujeira e no modo de vida desregrado.

As instituições tinham como metas da modernidade combater a miséria, os vícios como alcoolismo, premiar o asseio das habitações, promover a repressão da vadiagem, pregando o amparo à criança desde o recém-nascido, combatendo as doenças, promovendo melhorias no estado intelectual e moral, e outras iniciativas de educação sanitária, dando ênfase à eugenia e à puericultura. Segue-se, como exemplo dos temas discorridos na monografia, o índice do trabalho:



<i>Índice</i>	
I	A Alma Infantil
II	O que visa a Higiene Mental
III	Higiene Mental do Bebê
IV	Higiene Mental do pré-escolar
V	Higiene Mental do escolar
VI	Higiene Mental do adolescente
VII	Educação psicológica da infância
VIII	Paus hábitos
IX	Preparo espiritual dos pais
X	Exemplo dos pais
XI	O egoísmo
XII	A criança mimada
XIII	Olhos vagabundos. Atitude prejudicial
XIV	A criança escoracada
XV	Complexo de inferioridade. Refúgio da doença
XVI	Olhos prejudiciais
XVII	A educação começa com a vida
XVIII	A Mentira
XIX	Erros de educação
XX	Exigência demasiada
XXI	O prometido é devido
XXII	Os problemas das crianças
XXIII	O filho único
XXIV	O casula
XXV	Repreensões e mimos
XXVI	O sentimento de comunidade
XXVII	Educando para o lar
XXVIII	A importância do ato da alimentação
XXIX	O desmame
XXX	Hábitos de asseio
XXXI	Curiosidade infantil
XXXII	Dicho Sapão
XXXIII	Criança bedrosa
XXXIV	Saiba tratar com crianças
XXXV	Prega aos pais

QUADRO V- Índice da Monografia da aluna Maria Inês Pereira-1954.

1.8. Os Mestres

Na década de 20, a Congregação da Escola Normal de Ouro Fino era constituída de 16 professores catedráticos e 8 professores adjuntos, denominados lentes. O professor adjunto era auxiliar do professor catedrático ou titular da cadeira nas atividades docentes. Constava como exigência para a obtenção do cargo de professor adjunto a freqüência de mais de 45 alunos. De acordo com o Livro de Ata da Escola Normal Oficial de Ouro Fino, datada de 18 de março de 1920, havia neste registro um total de 163 alunas matriculadas.

Da Congregação da Escola Normal também faziam parte professores advindos de outros estabelecimentos de ensino, de diversas profissões tais como médicos, advogados, escritores, farmacêuticos, políticos e intelectuais.

Para ingressar na carreira do magistério deveria o candidato ter idade entre 25 a 40 anos e diploma de normalista do 2º grau. Considerava-se como exigência que fosse professor do sexo feminino para as cadeiras de Educação Física, Trabalhos Manuais e Modelagem.

A maioria dos professores da Escola Normal procurava se atualizar através do Curso de Aperfeiçoamento na Capital de Minas, Belo Horizonte, criado através do Decreto 22 de fevereiro de 1929, uma escola de nível pós-normal não só para aprimorar a formação do professor nos aspectos técnicos e científicos como para serem administradores das escolas primárias.

O ingresso dos professores para atuarem na Escola Normal Oficial de Ouro Fino processava-se através de concurso, perante uma comissão examinadora, sendo realizado na própria escola, presidido pelo diretor e formado por dois professores da mesma, escolhidos pela congregação, em escrutínio secreto, por maioria de votos, e dois estranhos à escola, de livre escolha do Secretário da Educação, nomeando também um fiscal. (O concurso processava-se de acordo com o Regulamento do Ensino Normal, reeditado em 1934, artigos 159 a 174, pp. 64 –67)

As exigências do concurso eram apontadas como garantia de preservar a autonomia da Escola e impedir interferências políticas, mas ao mesmo tempo era dada uma abertura ao diretor para indicar, havendo vaga, um professor, pela sua competência e dedicação ao magistério, para assumir as aulas na vacância de cargo, até o provimento do titular.

Contudo, não se pode desconsiderar a força da interferência política dentro da Escola Normal na indicação de professores, costume este generalizado nas cidades interioranas do sul de Minas, marcadas pelo sistema de privilégio no cenário político nacional.

Os mestres não poderiam restringir sua atividade somente ao tempo das aulas, mas sim, para melhoria da instituição, deviam dar aulas-modelo, pronunciar conferências, dar orientação de leitura na biblioteca, participar das reuniões, excursões, assim como apresentar o caderno de preparo das lições, submetendo-o ao visto mensal do diretor. (Art. 158, Título III, Cap. I, Do Corpo Docente- Regulamento do Ensino Normal de Minas Gerais)

Todas as entrevistadas, ao citarem seus mestres, o fizeram com carinho, identificando-os de professor ou doutor, como nos tempos de alunas.

Os professores deveriam assumir os valores professados pela instituição, terem competência técnica, serem cumpridores de seus deveres, elaborarem com segurança os programas escolares,

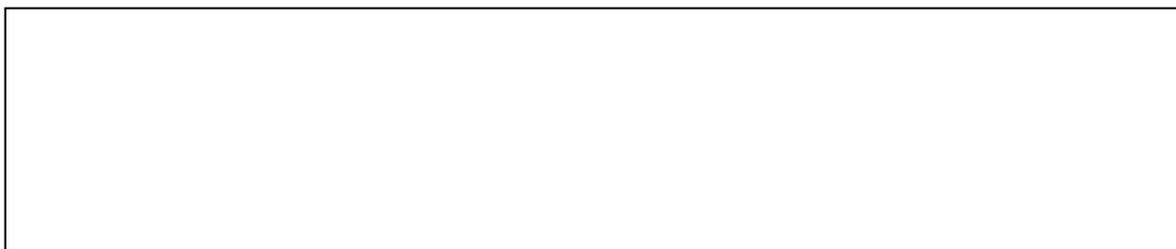
darem testemunho de vida tanto dentro da escola como fora dela. Eram considerados intelectuais, disseminadores do saber, devotados ao trabalho, reconhecidos como força expressiva da memória/história daquela casa de ensino.

A REVISTA DE ENSINO, (1935, n. 115, p. 11) alertava os professores para que nas lições estes não perdessem que o ensino normal não era apenas uma iniciação propedêutica intelectual, mas que visava à aquisição de uma técnica para a qual deviam estar atentos e preparados.

Na mesma página, na fala de Júlio Oliveira, solicitava-se que os professores empregassem métodos modernos e esclarecia a estreita relação entre a Escola Normal e a escola primária, esta última orientada pelo princípio da atividade criadora, atendendo os interesses reais e concretos da criança. Era para tal que a Escola Normal se preparava. Para que se atingisse este fim, os professores conduziam as normalistas para estes princípios orientadores de forma exigente e responsável. As ex -alunas Edir e Lúcia assim se expressaram sobre os mestres:

Havia uma relação de cordialidade e respeito mútuo entre alunas e professores, porém estes mantinham sempre a hierarquia, resguardando sua posição de mestres. (Edir do Espírito Santo, formanda de 1950).

Estudei na Escola Normal Oficial de Ouro Fino e tive bons professores e boas colegas. Lembro-me bem de D. Ináh, que era sempre impecável (de banho tomado, muito perfumada de botas e com sua bengala). Professora de desenho, capacitada e muito exigente. Sofri muito porque não tinha muito dom para desenho. Recordo-me também de D. Climene, D. Teresa Guarini, Dr. Chavasco, com ele as alunas faziam muita arte. Dr. Waldomiro era um pai, morava perto da Escola, sua filha Waldomira, foi da nossa turma. Hoje ela está em Belo Horizonte. Dr. Francisco Bueno Brandão era professor de Biologia. Suas aulas eram muito profundas, era médico e com muita seriedade nos enfocava a diferença biológica do homem e da mulher, da fecundação, da procriação. Na época ficávamos meio envergonhadas, mas tudo era dado com muita clareza e respeito. Quero registrar de coração o nome de D. Maria José de Souza, professora de Português e Literatura, capacitada, dinâmica, preparou-nos de maneira eficiente, e o que a gente pode escrever hoje, devemos a ela. Ela está viva no meio de nós ainda hoje em Ouro Fino. (Lúcia Da Col Giacometti, formanda de 1950, ex-diretora da Escola Estadual Bueno Brandão).



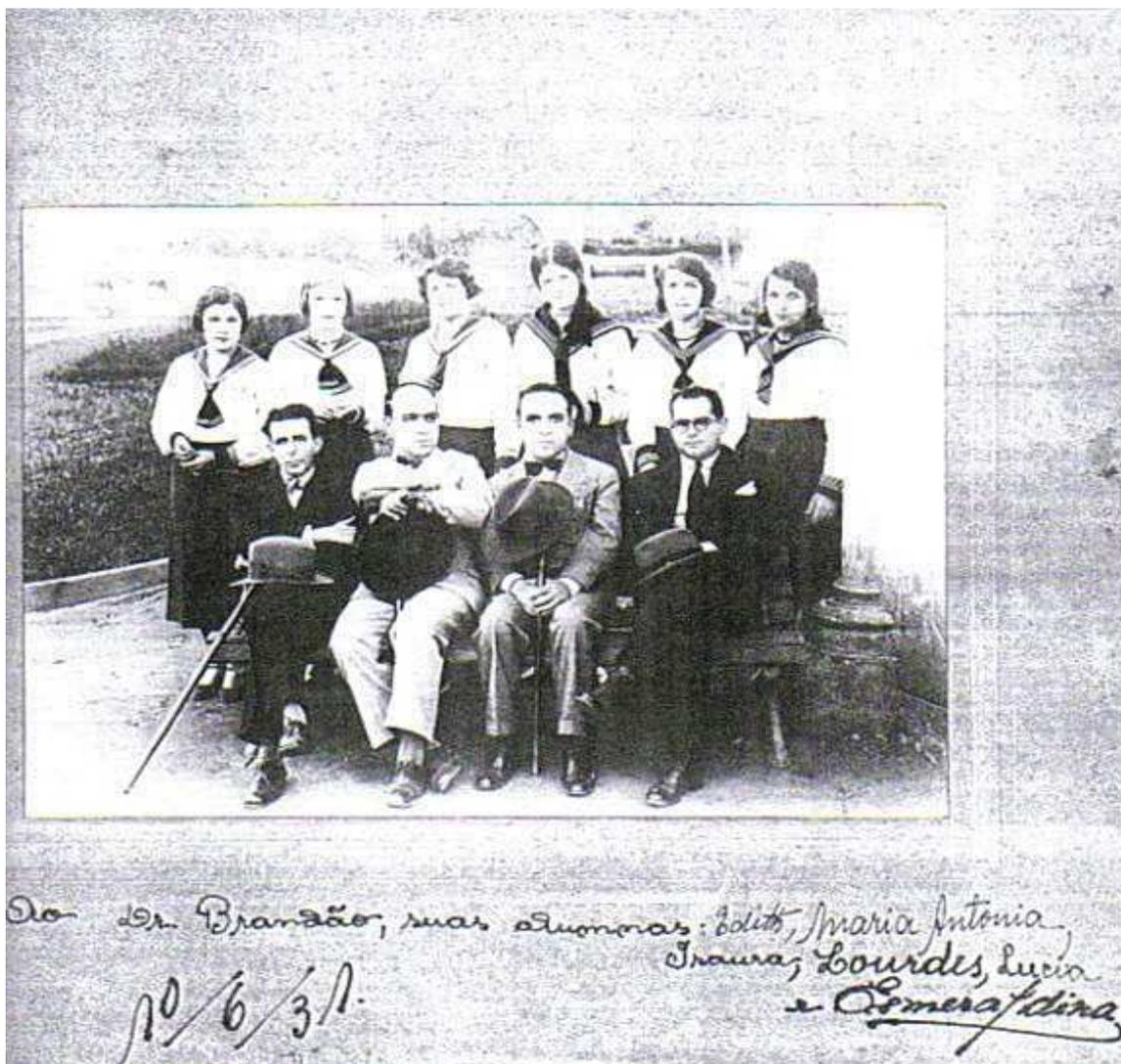


Figura 18- Acervo de Leyde Moraes Guimarães - Professores: José de Almeida, Pompeu Rossi, Guerino Casasanta e Francisco Bueno Brandão.

A foto nº 18 define a distribuição hierárquica dos professores, a pose digna da profissão, expressando uma identidade coletiva, assim como a postura adequada das alunas, característica da carreira do magistério.

As aulas de Biologia mencionadas pelas alunas foram introduzidas na Escola Normal por serem consideradas necessárias na formação do professor primário da época, para que este entendesse as forças que atuavam no crescimento físico, intelectual e mental das crianças. Intimamente ligado ao estudo do organismo humano, o ensino da biologia, assim como o da higiene e puericultura, não poderiam



Figura 19- Diretor e Professor José de Almeida da Escola Normal de Ouro Fino e a turma de 1937. Acervo Leyde Moraes Guimarães.

Nos depoimentos prestados, as futuras professoras auto-constróem sua identidade de modo positivo, na medida em que enaltecem seus mestres.

As aulas de Biologia mencionadas pelas alunas foram introduzidas na Escola Normal por serem consideradas necessárias na formação do professor primário da época, para que este entendesse as forças que atuavam no crescimento físico, intelectual e mental das crianças. Intimamente ligado ao estudo do organismo humano, o ensino da biologia, assim como o da higiene e puericultura, não poderiam deixar de constituir-se do currículo.

Francisco Campos assim conceitua o ensino normal:

O ensino normal é antes de tudo um ensino profissional. O ensino normal não é uma propedeutica intellectual, um simples instrumento de iniciação e de cultura geral; elle visa, sobretudo, antes de tudo a aquisição de uma technica, de uma technica psychologica, de uma technica intellectual, de uma technica moral, recommendando aos professores maior atenção ao lado educativo, bem como á methodologia das disciplinas que professam, de maneira que as suas aulas constituam verdadeiros modelo, já de ponto de vista centífico ou literário (...) Toda a parte relativa á prática profissional constitue um verdadeiro “syllabus” de advertências, conselhos, recomendações tendentes ao aperfeiçoamento do aprendizado magisterial (...) (Secretário do Interior, em Bello Horizonte, 20 de janeiro de 1928._Francisco Campos)

Muitos professores assumiram a direção da antiga Escola Normal, cuja hegemonia masculina, desde 1909, foi quebrada pela professora Maria do Céu Corrêa, a qual assumiu o cargo de 1933 a 1934.

Por serem mal remunerados, com atrasos constantes de pagamento, os homens preferiram postos mais rentáveis, transferindo o poder que lhes era atribuído para outro contexto profissional na educação (diretores, inspetores e fiscais). Os professores dos setores urbanos ganhavam naquela época um salário de 10\$800 (dez mil e oitocentos contos de réis).

5.Segundo informações do Sr. José Amaral, formado em Ciências Contábeis em Ouro Fino, em 1946, não há tradução eficiente para se chegar ao valor atualizado do salário dos professores acima referido, somente estudo criterioso na Casa da Moeda , através de uma tabela das mudanças ocorridas no sistema monetário brasileiro.

Cogita ainda o autor também sobre o termo “patriarcado”, pois pode significar uma submissão fatalista das mulheres, o que não é verdade, sendo que há lutas cotidianas que permitiram ampliações dos espaços femininos.

Apple (1987, p. 6) argumenta que as escolas, tendo como liderança masculina e o trabalho de sala de aula feminino, revelam um fato social, sem que, no entanto, se considere esta autoridade educacional como no escritório ou na casa.

Somente a partir dos anos 50 a mulher vai ocupando o espaço administrativo na Escola Normal de Ouro Fino, tornando-se presença hegemônica durante todo o período subsequente, procurando efetivar esta conquista através de um trabalho que transcendia o ensinar e aprender na intenção de estender seu poder social e sua autonomia, mostrando a presença no espaço público.

A ex-aluna Maria Rosiris Rossi Vilela recorda-se da época em que D. Maria do Céu assumiu a direção e conta com detalhes:

Dona Maria do Céu resolveu instituir na Escola, quando assumiu a direção, um exame de seleção para as alunas que saíssem do quarto ano primário, podendo estas entrar no Curso de Adaptação. Eu era muito criança e fiz o exame e fui a única aprovada. Todos então diziam que eu havia passado porque meu pai era professor da escola. (Dr. Pompeu Rossi). Chorei muito porque não queria ficar sozinha e deixar a minha turma. Resolveram fazer um novo exame e as meninas todas entraram. Eu formei no magistério com 15 anos. Quase todas da minha turma já morreram: a Isolina Paulo, Ligia Bailoni...Organizaram um encontro da turma há pouco tempo, pela Neyde Ferrari e Zoraide Fleming Bolognani. Lembro-me muito bem das aulas dos professores, principalmente de desenho, corte e costura. Nesta última, aprendíamos a desenhar moldes para roupas, só que estes eram do século passado, do período do Império, pois ainda tinham anquinhas. (Rosiris, formada em 1941, não exerceu a função de professora, mas outra função pública no Fórum de Ouro Fino, por 30 anos.)

Os diretores que compõem a história da Escola Normal fazem parte de um quadro único de 1909-2000.

Quadro de Diretores 1909 a 1999

ESCOLA NORMAL - OURO FINO



QUADRO VI- Diretores da Escola Normal de Ouro Fino –Acervo: arquivo da Escola Normal de Ouro Fino – 1909-2000.

QUADRO VII- Relação nominal dos diretores com seus respectivos períodos:

Nome do Diretor	Período
Bernardino Querido	1909-1912
Dr. Gabriel Cândido Figueiredo Corrêa	1913-1916
Prof. Antônio Sanches	1916-1927
Dr. Pompeu Rossi	1927
Dr. Raul Apocalipse	1927-1930
Dr. Guerino Casasanta	1930-1931
Dr. Levindo Furquim Lambert	1931-1932
Dr. Francisco Bueno Brandão	1932-1933
Prof. Eliseo Mesquita Barros	1933
Profª Maria do Céu Corrêa	1933-1934
D. José de Almeida	1935-1936
Dr. Waldemar Prado	1936-1941
Dr. Waldomiro Apocalipse	1941-1953
Dr. José Guimarães	1953-1961
Profª Climene Helena Brandão	1961-1966
Profª Maria Sebastiana Miranda Beligni	1966-1968
Prof. Ronaldo Miranda Silva	1968-1969
Profª Maria José de Sousa Gissoni	1969-1970
Profª Maria Eugênia Beghini Rezende	1971-1972
Profª Leyde Moraes Guimarães	1972-1983
Profª Benedita Claret da Silva	1983-1987
Profª Zinita Maria Costa Carneiro	1987
Profª Terezinha Parreira Marcílio	1988
Prof. Célio Galvão Monteiro	1989
Prof. Dr. Orley Zerbinatti	1990-1991
Profª Nelma Cândido Baratella	1991
Profª Maria Teresa Clementoni Nogueira	1992-2000

Exerceu a função de diretora, não constando ainda do referido quadro, a Prof.ª Maria Donizete Silva e, atualmente em exercício na direção, a Profª Olímpia Ribeiro de Miranda Moraes.

1.9. A Fiscalização do Ensino

A forma de fiscalização nas escolas influenciava no funcionamento e no trabalho pedagógico, demonstrando a pretensão de um controle rígido por parte do Estado exercido sobre o corpo docente no cumprimento das normas e diretrizes oficiais do processo de ensino.

A figura do inspetor escolar era considerada insubstituível no âmbito do sistema educacional; sua história começa na província do Império de Minas Gerais em 28 de março de 1835, ao ser decretada a primeira Lei Orgânica do Ensino Primário pelo Governo Imperial. O art. 29 desta Lei conferia às Províncias o direito de designar, pelo menos, um Delegado para cada comarca. O art. 30 da mesma Lei especificava a sua função: nomear visitantes, suspender professores, nomear substitutos, autorizar funcionamento das aulas. As atividades dos Delegados eram prejudicadas pela dificuldade dos transportes e extensão das circunscrições; com isso, a inspeção escolar tornava-se assistemática e descontínua.

Segundo Mourão (1962, pp. 40-46), ao ser dividida a Província em Minas em 15 Círculos Literários (1835), sendo cada Círculo chefiado por um Delegado, instituiu-se o serviço de inspeção escolar, considerado cargo de confiança. No período do primeiro governo republicano em Minas Gerais, de Afonso Pena, essa fiscalização passa a ser feita por um órgão local: o Conselho Municipal (1869). Esse Conselho era mais vantajoso, pois colocava a fiscalização da escola no âmbito do município. Foram previstos também órgãos centralizadores, os quais eram os Conselhos Distritais que, embora previstos na Lei, não chegaram a funcionar.

A função dos inspetores, de acordo com a Lei Orgânica do Ensino Primário, era, além de visitar as escolas públicas, verificar se os professores cumpriam seus programas, se tratavam os alunos com urbanidade, se os alunos pobres estavam providos de compêndios, como também averiguar a adequação do mobiliário escolar e frequência dos alunos. Já nas escolas particulares, a ação do inspetor era verificar as condições de seu funcionamento e propor subvenção àquelas que merecessem.

Havia também, na Capital do Estado de Minas Gerais, o Conselho Superior de Educação que fazia a inspeção técnica e divulgava instruções pedagógicas através dos inspetores ambulantes.

No Governo de Júlio Bueno Brandão (1910), extinguiram-se a Inspetoria Municipal e a Inspeção Técnica, voltando o inspetor a ser cargo de confiança, nomeado pelo governador.

Com a reforma “Francisco Campos” (1910-1927), houve a separação da Inspeção Administrativa da Inspeção Geral da Instrução Pública, sendo esta última dividida em comissões: Educação Física, Assistência Médica e Odontológica e Técnica de Ensino.

O Conselho Superior de Instrução transformou-se em órgão normativo controlador, tendo os inspetores a função de “promotores de justiça”, que faziam a fiscalização administrativa das escolas, e o Diretor Escolar incumbia-se da inspeção técnica. Pondo fim às tentativas descentralizadoras, criou-se em 1931, o sistema nacional de educação, transferindo-se para a União a competência de inspecionar as escolas de nível médio e superior, ignorando as peculiaridades regionais e as contradições da sociedade brasileira. Para sanar este impasse, foram criadas as Inspetorias Seccionais nos Estados, agindo com mais realismo nas decisões educacionais.

1.10. O Incentivo à Leitura e à Pesquisa

Em 1930, dando continuidade ao empenho à educação nova, como incentivo à leitura e à pesquisa, foi criada pelo diretor professor Raul Apocalipse, a biblioteca da Escola, contando, de início, com 800 volumes, os quais se constituíam de obras pedagógicas e de consulta de todas as matérias do Curso Normal. Considerava-se que o hábito da leitura inteligente e bem orientada possibilitaria o desenvolvimento do pensamento racional científico, exigência dos tempos modernos, como também para um fim prático indispensável na formação dos futuros professores.

Os professores deveriam recomendar livros que servissem de instrumentos para construção da experiências individuais das alunas, como por exemplo, familiarizar com a pesquisa e completar suas lições de aula. A GAZETA DE OURO FINO, nº 1965, de 05 de outubro de 1930, registrou sobre a biblioteca da Escola Normal:

A Inspeção Geral de Instrução adquiriu magníficas bibliothecas, de mais de mil volumes de obras pedagógicas e as distribuiu pela varias escolas do Estado. Uma de minhas primeiras preocupações foi a localização de nossa Bibliotheca. Resolvido este problema a organização foi confiada aos professores dr. Francisco Bueno Brandão, dr. Waldemar Tavares Paes e Elysio Mesquita Barros. Graças aos esforços desses distintos professores, a Escola Normal de Ouro Fino, tem a sua Bibliotheca muito bem organizada e está sendo muito freqüentada pelos alumnos. Devendo permanecer aberta das 6 ½ da manhã às 16 horas; a sua direcção foi confiada aos professores Edison Pinheiro e D. Lourdes Braga.

Toda a movimentação da biblioteca era divulgada pela “Gazeta de Ouro Fino”, assim como as doações dos livros feitas pelo Secretário do Interior, Francisco Campos, do Inspetor Geral da Instrução, por Mário Casasanta, também as contribuições das alunas do curso de magistério.

A consulta à biblioteca era observada e fiscalizada; e para esse fim eram organizadas leituras mensais e trimestrais de uma mesma obra ou extratos, com notas e apontamentos e, por fim, um relatório geral para ser discutido na presença dos professores em reuniões especiais para a leitura. O livro de registro das atividades da Escola Normal, à página 80, não mencionado o ano, relaciona o movimento da biblioteca de 11 a 30 de agosto:

Livros Consultados	Total = 107
Methodologia	25
Psychologia	14
Línguas	15
Litteratura	23
Artithimética	4
Geographia	5
H. Brasil	12
Higiyene	3
Desenho	2
Sciências Physicas	4

QUADRO VIII – Relação dos livros consultados –1930.

Esse registro pode-se considerar uma demonstração da importância que se dava, à época e na Escola Normal de Ouro Fino, ao uso da biblioteca, como sinal de tradição e cultura, relacionando o movimento mensal de leitores e dos livros pesquisados.

As alunas deveriam também adquirir a técnica de organização das bibliotecas, constituindo esta tarefa pontos para o exame de metodologia, da qual estas deveriam participar com trabalhos relativos à classificação dos livros da Escola, tendo em vista os rigorosos princípios científicos.

A foto 20 revela que o livro era um instrumento de trabalho das futuras normalistas, não só como fonte de informação e de cultura, como de estímulo e prazer, influenciando algumas a optarem pela vida acadêmica e se destacarem no mundo das letras.



Figura 20- Alunas do curso de magistério na biblioteca da Escola Normal de Ouro Fino- 1937- Acervo arquivo da Escola Normal.

O incentivo à leitura foi registrado nas páginas da Gazeta datada de 07 de abril de 1929 com os dizeres: *Mais livros para a biblioteca*. Muitos livros foram doados pelo professores Antônio Sanches Pitaguary e José de Almeida, e pelas alunas do curso do magistério.

“A leitura individual e coletiva era exercício complementar para os alunos do último ano normal nas Escolas do primeiro grau e para os cursos de aplicação nas escolas de segundo grau”.(REGULAMENTO DO ENSINO NORMAL, art.62, p.39).

Não só nas aulas, onde se dedicavam à leitura de Camões, como afirmou a ex-aluna Delmira Mattos, o nível de compreensão e estudo na biblioteca era muito elevado, exigindo silêncio e concentração. Às vezes, algumas eram flagradas lendo romances e poesias fora da bibliografia indicada pelos professores. Após a atividade na biblioteca, as alunas deveriam apresentar a ficha de leitura para a avaliação do professor José de Almeida.⁵ Exigia-se das alunas leitoras, postura correta, as costas apoiada no espaldar da cadeira, cabeça ligeiramente inclinada, livros apoiados na mão

esquerda, deixando a direita livre para passar as páginas, a fim de que estas pudessem transmitir estes ensinamentos aos alunos nas aulas práticas de leitura.

1.11. A Escola Normal de Ouro Fino e suas Dimensões: Outras Práticas Educacionais

As práticas escolares e culturais pretendiam imprimir na aprendizagem de acordo com os objetivos da educação pública, proporcionando um caráter dinâmico, uma nova atitude diante da aquisição de conhecimentos, envolvendo o aluno ativamente com os métodos, disciplinas e práticas e empenhando na elaboração de projetos.

6. José de Almeida, ouro-finense, farmacêutico, professor de Psicologia Infantil Pedagogia e Higiene Escolar, Metodologia e Prática Profissional na Escola Normal de Ouro Fino. Seus livros publicados foram de grande valia para as alunas da Escola Normal. Entre estes destacam-se: **Língua Pátria na Escola Primária**, Tipografia da Escola Profissional de Pouso Alegre, Minas Gerais, 1929; **Metodologia das Ciências Físicas e Naturais**, Curitiba, PR. : Ed. Guairá Ltda, 1941; **Noções de Psicologia Experimental**, Rio de Janeiro: Editora Simões, 1958. **Noções de Psicologia Aplicada à Educação**, São Paulo: Editora Nacional, 1947. **Apontamentos de Química Orgânica**, São Paulo: Casa Vanorden, 1925. Contribuiu com a Revista de Ensino de Minas Gerais, Revista Brasileira de Pedagogia, Rio de Janeiro, Revista de Ensino de São Paulo, Revista de Educacion da República Dominicana e com diversos jornais como: “Minas Gerais” Órgão Oficial do Estado, O Paíz, Jornal Diário da Capital Federal, Suplemento Literário da Gazeta de Limeira, a Gazeta de Ouro Fino, o Município de São João da Boa Vista, “O Município”, Mococa, São Paulo, 1917. Com a **Cartilha de Alfabetização de Adultos** na década de 40, classificada em 2º lugar, com menção honrosa pelo Governo Federal. Foi agraciado com a Insígnia da Inconfidência em 1976.

A prática da socialização na Escola Normal de Ouro Fino era integrada às aulas de Metodologia de Ensino, disciplina ministrada pelo professor José de Almeida.

As atividades formalmente consideradas como sendo de socialização eram realizadas através da Academia Estudantil de Letras, do Conselho de Estudantes, do Grêmio das Alunas, dos Jornais Estudantis, de jogos esportivos, monografias, hinos e projetos, tais como “A Semana da Responsabilidade na Escola Normal”, e outras atividades que propiciavam a formação e a memória da auto-imagem sócio-profissional da normalista.

Inspirado nos ideais da Escola Nova, e embasado na leitura de um artigo do “Estado de São Paulo”, sobre repúblicas escolares, e nas propostas pedagógicas de Dewey sobre a aproximação da escola com a vida, o professor de Metodologia, José de Almeida, despertou nas alunas a proposta de organizarem uma diretoria que devia substituir a verdadeira por uma semana. A idéia de pronto foi aprovada pelo diretor, professor Guerino Casasanta, sendo logo promovida a eleição para os cargos

que compunham o corpo administrativo de uma Escola Normal. Esta eleição se efetivou no dia 29 de agosto de 1930.

Além desse projeto ter sido muito elogiado pelos professores, ensejou a criação da “ SEMANA DA RESPONSABILIDADE NA ESCOLA NORMAL”.

As alunas empossadas, escolheram a primeira semana de setembro para exercerem os cargos, sob as vistas, apoio e conselho dos mestres. Nesse evento, as alunas prestaram homenagens aos mestres, lendo vários trechos de seus trabalhos. Ao término das homenagens, o professor Francisco Bueno Brandão sugeriu que as alunas do Curso de Aplicação dessem aulas em suas salas, durante a referida semana, substituindo os professores. Foi sugerido que se a experiência desse bons resultados ficaria sempre dedicada às alunas como tradição. Assim, este projeto marcou toda a trajetória do ensino normal em Ouro Fino, como a “Semana da Normalista”.

Embora sem este aspecto administrativo, mas sim como um evento valioso de divulgação pedagógica e social, passou a fazer parte da segunda semana de outubro, na qual se incluía o “Dia do Professor”.

A “Semana da Normalista”, projeto desenvolvido na Escola Normal de Ouro Fino, somente foi oficializada em todo o Estado de Minas, trinta anos depois, pelo Decreto 8.528 de 20 de julho de 1965, no Governo de José Magalhães Pinto.

O Grêmio Littero-Pedagógico, criado na administração do professor José de Almeida, em 1935, levou o seu nome e tinha como objetivo, além do aprimoramento intelectual dos normalistas, contribuir para o conhecimento de bases científicas das atividades de ensino, inovando o conhecimento e a prática educacionais. Os temas apresentados pelas alunas coadunavam-se com o pensamento pedagógico da época, alicerçando os processos didáticos modernos, como se destaca na figura 26:

“O verdadeiro significado da Escola Ativa”, apresentado pela normalista Eugenia Santos; “ O Civismo na Escola- Como implantar” , aluna Donice Rodrigues de Souza; “A função social da Arithmetica”, aluno Geraldo Palma; “Como devemos compreender a socialização”, aluna Chafia Thereza Muraback, “Como devemos interpretar os programas”, aluna Áurea Mattos, “Educar e Instruir”, aluna Deolídia Carvalho, “A liberdade e a disciplina”, Carmella M. do Carmo Santos, “A função social da Arithmetica”, Geraldo Palma, “A missão social da Escola”, Geraldo Silva e outros temas pedagógicos

importantes para a formação das normalistas. Entre os rituais das normalistas, ressalta-se o “Hymno Normal”:

Hymno Normal

Coro

Alegria maior não existe,
Que o sublime prazer de estudar:
Quem estuda não deve ser triste
Quem aprende não póde chorar!

I

Pela escola nós damos a vida,
Para orgulho de nossos bons paes
Por amor desta terra querida,
Para gloria de Minas Geraes!

II

Com prazer é que vamos á Escola,
E estudamos as nossas lições;
O saber muitas almas consola,
E consola os demais corações.

III

Com ardor estudamos a Historia
Desta terra divina_o Brasil;
Cada página é um himno de gloria,
Harmonioso, vibrante, febril!

IV

Portuguez estudamos a fundo,]
Pr'a saber o que Ruy aprendeu;
É o idioma mais bello do mundo
E o falado, por certo no Céu!

V

Percorremos, no mappa as divisas
Do Brasil, com especial affeição;
E elle estampa, com linhas precisas,
A silhueta de um coração.

VI

Vemos lá que o Brasil é um gigante,
Que no peito de duros metaes,
Coração de ouro tem, palpitante,
Que é o Estado de Minas Geraes..

VII

Nossa Pátria é um Sublime Santuário
Agazalha virtudes geniaes;
O heroísmo lhe habita o sacrário
Que é o Estado de Minas Geraes!...

VIII

O mister de ensinar é divino,
_Ensinou-nos também o Senhor!
Nós faremos, um dia do ensino,
A canção brasileira do amor!

Ouro Fino, 09 de Agosto de 1930
Edson Pinheiro

O hino foi apresentado dia 09 de agosto de 1930, a letra era de Edson Pinheiro, a música do maestro Benedicto Santos, conforme registro no livro das Atividades da Escola Normal, publicação da Gazeta em 17 de agosto de 1930, p. 78.

Nenhuma das alunas entrevistadas soube cantar a música do Hino, porque, como esclareceram as professoras Leyde Moraes Guimarães e Delmira Mattos, somente a letra era conhecida, talvez tenha sido pouco divulgada a melodia. Outras melodias cantadas no curso, foram lembradas, fato que poderia demonstrar que o Hino Normal ficou apenas registrado em documentos.

A letra do hino reiterava não só o entusiasmo proposto pelo nacionalismo, como elemento de valorização do Estado Republicano, como também fornecia alicerce ideológico para o fortalecimento das identidades políticas. Por outro lado, comparava o ensino a um “mister divino”, como um sacerdócio, uma doação, cujo trabalho imbuía-se de amor e carinho, estereótipo da natureza feminina, predominante na prática docente.

Esta era uma prática inscrita dentro das recomendações da Escola Nova, pois nela também os alunos se entusiasmavam com as idéias dessa, defendiam seus princípios e mecanismos, ou seja: a iniciativa, a liderança, a associação.

O Conselho dos Estudantes passou a integrar-se ao Grêmio Littero-Pedagógico da Escola Normal, tendo sido registrada a posse de seus membros no dia 09 de abril de 1945. Faziam parte da diretoria do Conselho dos Estudantes, sob a presidência do diretor Waldomiro Apocalypse, as seguintes normalistas: Terezinha Parreira de Souza (vice-presidente), do 2º ano de Aplicação, Ivone Casasanta Dantas (secretária), do 3º ano Normal e Maria Piedade Moraes (tesoureira) do 1º ano de Aplicação.

Teresa Coldibelli esclarece que o Conselho era constituído de alunas, normalistas escolhidas por votação direta, em escrutínio secreto, podendo ser eleitos somente alunos de irrepreensível conduta e aplicação exemplar.

Informou também a ex-aluna e professora da Escola Normal, Julieta Burza, o Conselho de Estudantes orientava todas as atividades sociais da Escola, contando com o apoio do diretor. Constavam das informações da Gazeta de Ouro Fino a posse do Conselho de Estudantes, e comissões como: Ordem, Social, Higiene, Biblioteca, Perdidos e Achados e Esportes.

O Conselho era intermediário entre alunos e direção, para que estes cumprissem os deveres estabelecidos pelo regulamento, art. 175, Capítulo II, zelando pela ordem e disciplina, pontualidade, freqüência e obrigatoriedade do uniforme, como também reivindicando seus direitos.

Os deveres dos alunos estavam assim determinados:

1º) comparecimento diário á hora marcada para começarem os trabalhos escolares;

2º) observancia dos preceitos de hygiene individual;

3º) obediência ás determinações dos professores, directores e dos auxiliares;

4º) correção de conducta, dentro e fora do estabelecimento;

5º) não se ausentarem das aulas, dos exercícios e dos demais trabalhos escolares, sem licença;

6º) tratar com urbanidade e respeito aos professores, directores e seus auxiliares, e com amizade e carinho aos condiscípulos;

7º) zelar o mobiliário, os livros e mais objectos pertencentes á Escola.

Apesar de constituir um mecanismo de controle e formalizar uma hierarquia entre alunos, exigindo plena submissão das regras, obediência às autoridades escolares, a atuação do Conselho de Estudantes para a ex-aluna Julieta Burza foi de grande valia como futura professora, pois sempre gostou de organizar a parte social da escola, promovendo auditórios, fazendo com que a Escola Normal se destacasse nas apresentações comemorativas. Esta atividade continuou fazendo parte da vida da ex-aluna porque assumiu as aulas de Educação Artística até se aposentar.

Um aspecto para a compreensão do “habitus” introjetado a esses alunos deriva não só da estrutura curricular imposta à época, como de seu regime escolar, baseado nos preceitos ditados pelo Conselho, tais como ordem, disciplina, higiene, estudo.

Esse Conselho pode ter gerado iniciativa, liderança, como relembra a ex-aluna Julieta Burza demonstra:

Eu fui agraciada por Deus com muitos dons e por Nossa Senhora de Lourdes, por ser devota desde menina. Eu tive a honra também de se aluna de professores abnegados em 1945. Fui a única aluna do Curso de Aplicação, um curso muito válido tanto na parte científica, como pedagógica. Para tanto me elegeram presidente do Conselho dos Estudantes. Através do Conselho e com ajuda de outras colegas, eu organizava os auditórios, as atividades cívicas e pedagógicas, de acordo com o diretor e os professores, é claro. Eu tinha o dom da música, dado a todos de minha casa por minha mãe, pianista, formada em São Paulo. Então na Semana da Normalista era uma maravilha, tanto na parte literária como pedagógica. Fizemos coisas maravilhosas! A arte educa, tanto a música como a pintura. (A aluna Julieta formou-se em 1945, estudou música no Conservatório Carlos Gomes de Campinas e foi Bolsista do Conservatório Santa Cecília de Roma-Itália.)

O espírito nacionalista que aflorou após a Primeira Guerra Mundial contribuiu para que a escola impusesse um projeto político ideológico de construção da nacionalidade brasileira, uma inovação educacional, pretendendo proporcionar às futuras professoras uma cultura geral sólida, necessária ao exercício de suas funções, envolvendo saberes a ensinar e inculcando condutas.

Os pressupostos do Grêmio inseriam-se no pensamento de Mendes (2004, p. 434), revelando nestes a marca do positivismo que defendia uma reforma social em que a formação moral e do caráter, fundamentada no altruísmo, na paixão e no sentimento cívico, devia ser ensinada desde os primeiros anos na família e na escola, a fim de que pudesse livrar o homem da miséria e das imperfeições.

Na consolidação desta prática, no 2º Ano de Aplicação e no 3º ano Normal, o professor de Metodologia, José de Almeida, dava aulas de socialização, orientando as alunas sobre as Associações Escolares e Auditórios.

Os auditórios gerais eram organizados e dirigidos mensalmente pelas próprias alunas, com a assistência do diretor e ajuda dos professores na preparação dos programas, dentro do horário de suas aulas, cujos ensaios eram presididos pelo professor em horário pré-determinado.

Com objetivo de desenvolver os assuntos ligados à cultura literária ou artística e o aperfeiçoamento social das alunas, os auditórios eram preparados com rigor, tanto nas datas cívicas como “Semana da Pátria”, “Dia da Bandeira” como também na “Semana da Normalista”, “Aniversário da Escola”, “Dia do Professor”.

Marcando estas atividades socializadoras, havia também apresentação do Orfeão da Escola, a Eleição da Rainha dos Estudantes, o Big Show, nos meados do século XX, numa integração escola e família.

O concurso da “Rainha dos Estudantes” assume um momento significativo na Escola, dando aos estudantes a oportunidade de escolher sua representante, procurando enaltecer o estudante ideal, os dotes físicos, seus valores, sua inteligência, servindo como um modelo representativo aos estudantes.

A festa de coroação acontecia no dia 11 de agosto, dia dedicado ao estudante, promovida anualmente pelo Conselho de Estudantes.

A ex-aluna, professora Julieta Burza, rainha dos estudantes em 1945, recorda com emoção o dia 11 de agosto em que se deu a sua coroação:

Todos os Colégios de Ouro Fino apresentavam suas candidatas para a eleição da Rainha dos Estudantes. (Escola de Comércio, Ginásio Guararapes e a Escola Normal). Eu fui eleita pela Escola Normal. Naquele tempo as “Filhas de Maria” não podiam participar. Eu sei que não vou ganhar, dizia. Eu tinha que ir ao Clube, de vestido comprido, sendo “Filha de Maria”. Então a Presidente da Irmandade das “Filhas de Maria” me disse: Você deve ir, sim. Foi uma festa maravilhosa! Meus pais me fizeram um vestido de renda branco, capa de organza. Era 11 de agosto, no jardim da minha casa tinha um pé de orquídea, eu falei: Vou pôr uma flor do lado. E coloquei uma orquídea lilás no meu vestido, ficou uma beleza!



Figura 21- Acervo-Jornal da Escola Normal- Rainha dos Estudantes - Julieta Burza

1945.

Após a Segunda Guerra, muda-se o cerne da cultura europeia para a americana, intensificando a presença dos Estados Unidos como um “espelho” (Warde, 1984, p. 40) no qual as nações deveriam se mirar. A chance do progresso não estava mais no “velho mundo”, mas sim na busca do homem novo necessário à humanidade.

As missões científicas demarcaram o final do século XIX e as exposições Internacionais foram produzidas como sinal de modernidade. Kuhlmann (2001, pp. 20-21) considera-as como “Festas Didáticas”, pois ensinavam a ciência de se mostrar, através de exposições festivas, uma pedagogia e uma didática de se enxergar grandiosas. Foi neste contexto educacional que se intensificaram o orfeão da Escola Normal e logo em seguida o Big Show, como espetáculo artístico que exibia a marca do progresso e da civilização.

Dentre as práticas educacionais da escola da República, foi o canto orfeônico, que a partir de 1934, por sua possibilidade da prática em conjunto sem individualizar o ensino, privilegiou os cantos escolares e cívicos e a elevação do espírito e dos sentimentos patrióticos. O orfeão tinha como objetivo divulgar a cultura popular e nacional e as canções infantis. A presença da língua francesa e da música demonstra que a escola tentava imitar a educação dada aos jovens da elite.

De acordo com o art. 93 do Regulamento do Ensino Normal, os exames de música deveriam se constituir de duas provas, sendo uma prática com aplicação da teoria musical e solfejo, e outra de canto coral.

O Big Show, aflorou nos anos 50, simulando os grandes musicais norte-americanos, ocasionando a presença constante do Orfeão, ocupando o lugar privilegiado da música.

A década de 1940 a 1950 foram os anos dourados da invasão cultural americana. Um dos veículos desta influência na década de 50, foi o cinema, nascido sob a égide do capitalismo, com objetivo de atingir um grande número de pessoas, tornou-se admirado e preferido por todas as normalistas e professoras que o freqüentavam

assiduamente. Muitas delas burlavam a vigilância para assistirem a sessão da tarde no cinema, o famoso "matinée".

Lígia Pitaguary Apocalypse de Melo, também ex-aluna do curso normal, relembra que a professora "Sula", sua tia, em companhia de sua mãe, Consuelo, todos os fins de tarde dedicava-se à sessão de cinema, hábito corriqueiro das mulheres da época.

Consideradas as mulheres mais lindas do mundo, as americanas eram imitadas pelas brasileiras. Por isso, a imagem hollywoodiana de Marlene Dietrich, Audrey Hepburn, Elisabeth Taylor, Marilyn Monroe, e outras ganharam espaço nesta década, representando a aceitação dos norte-americanos no contexto social brasileiro. O cinema passou a fazer parte do cotidiano e a editar novos padrões de comportamento. Em meio à 2ª Guerra, mesmo com todas as dificuldades impostas pelo confronto mundial, o cinema continuou levando pelas telas um universo glamuroso. Os casacos de pele, os luxuosos vestidos de gala com seus decotes insinuantes, os saltos altos, reforçam o clima de mistério e o poder de sedução feminino da moda retratada nos filmes. Além do cinema, a presença norte-americana também foi marcante no imaginário brasileiro das histórias em quadrinhos pela concepção de política de sociedade e de cultura dos Estados Unidos influenciando crianças e jovens.

O discurso dos anos 50, sob o ideário característico da política desenvolvimentista de JK, pautado no desenvolvimento econômico, sobretudo na industrialização, levou para a escola a eficiência do planejamento, das atividades escolares e da definição dos objetivos, reflexo do processo de urbanização e modernização do país. Tanto o "Orfeão" como o "Big Show" ficaram marcados na memória das normalistas. O Orfeão era considerado o "cartão de visita da Escola Normal", sob a regência da maestrina, Professora Ursulina Pitaguary, mais conhecida como "D. Sula", cujas apresentações encantavam visitantes ilustres pela postura, disciplina, afinação e repertório. Rita Ferreira recorda com saudade:

Terminei os estudos na Escola Normal em 1946, tenho muitas recordações e saudades. Lá meu marido Caiuby foi professor e encerrou sua carreira, como lá também estudaram meus filhos. Da minha turma eu me lembro que eram 26 alunas. Quatro eram de Jacutinga. Eu me recordo de todos os professores, Prof. José de Almeida, Dona Climene, Dona Teresa Guarini e da nossa querida Sula. Acredito que ela compôs a "Pensativa" neste tempo, pois todo término da aula, nós tínhamos que cantar. Até hoje gosto de cantarolar. (Rita Ferreira de Oliveira, formada em 1946).

Encontra-se, portanto, na lembrança da ex-aluna, a letra e música da Pensativa, de autoria da Professora Ursulina Pitaguary. A figura 29 traz o CD póstumo em homenagem, feita pelas suas sobrinhas, à professora Ursulina Pitaguary com a letra e música de “Pensativa”.



Figura 22- CD – Homenagem à Profª Ursulina Pitaguary – Acervo Família Pitaguary Apocalipse

A Pensativa

Letra e música de Ursulina Pitaguary

Às vezes eu me quedo
Tão pensativa
Olhando a serra ao longe
Abstraída
Não sei o que dizer
Aos que me indagam
Se isso é saudade
Saudade é que me mata.
É que eu te quero
Com todo o meu amor
Vem, vem depressa
Vem, vem, amor...

Da seleção dos melhores números artísticos e literários realizados durante o ano letivo, compunha-se o Big Show, cujas apresentações eram apreciadas por todos, tendo como orientadoras as professoras, de Língua Portuguesa e Literatura, Maria José de Souza e de música, Ursulina

Pitaguary, de música, contando com a colaboração de todos os professores do Curso Normal. Neste evento, os alunos e alunas deste curso demonstravam seus dotes artístico-literários.

A abertura do Big Show e a sua música eram tradicionais, permanecendo na memória dos alunos. Nesta abertura, o aluno (na foto, 26), Álvaro Lemos Quaglia, com um salto mortal no meio do palco anunciava o BIG SHOW, com a música composta especialmente para a ocasião. Não encontramos informações sobre quem criou a letra do Big Show. As ex - alunas do Curso Normal, Francisca Elisa Guimarães e Regina Célia Costa Sala recordaram-se desta música, a qual foi confirmada pela ex – aluna do magistério, Nêusa Maria Pereira, que também fez a abertura do Big Show, com o salto mortal:

O BIG SHOW, chegou
A tristeza acabou,
E todo mundo vem
Correndo para ver!
O Show chegou,
Vamos divertir...
Prá tristeza sumir.

A atividade artística do Big Show contrastava com a exigência da postura e disciplina do orfeão, pois proporcionava uma liberdade de expressão e nas apresentações. O teatro também marcava as práticas pedagógicas das alunas, do curso de magistério, este era sempre apresentado às crianças do curso anexo.

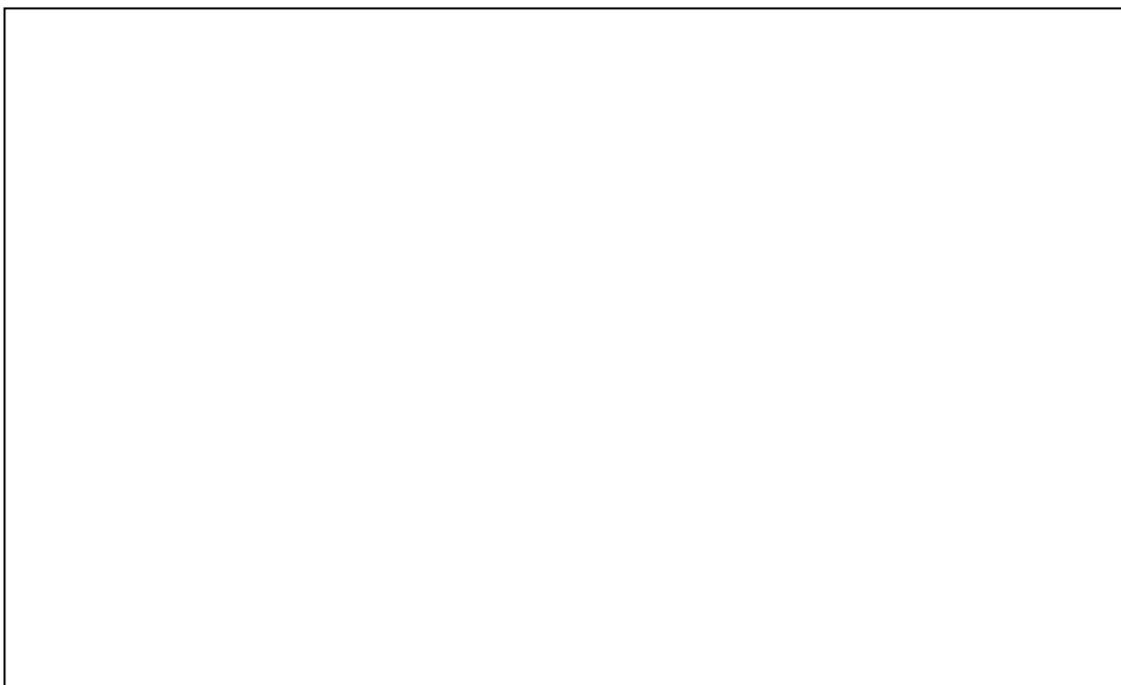




Figura 23 - Abertura do Big- Show- s/d Acervo Escola Normal.



Figura 24-Teatro- " O Bolo da Rainha" s/d- Acervo Leyde Moraes Guimarães.



Figura 25- Um dos números musicais do Big Show- s/d.

Por ocasião dos 75 anos da Escola Normal, fez-se uma retrospectiva de todos os anos do Big Show.

Rememorando esta atividade artística muito se recordou:

“O BIG SHOW ... CHEGAVA”

Chegou...Chegava...A semântica dos tempos se confunde em minha mente. Mas não há tempo para pensar, pois a cortina abre e “salto para o mundo da fantasia”. Fantasias... De rua em rua, de casa em casa, procuravam-se coisas mais desencontradas: Você tem...? Um chapéu como o de Frank Sinatra? Uma bota... com esporas? Uma farda? E o show chegava! No palco, a mágica da metamorfose artística transformá- nos em duplas sertanejas, em um recruta atrapalhado com as ordens do sargento... num feitor desalmado e seus escravos e um enamorado casal ao som de “Mademoiselle”... E quem fazia a dublagem dos ídolos Frank Sinatra, Cely Campelo ou Elvis Presley? (Isto se a velha “eletrola” não nos preparasse uma peça... no ato!) O palhaço, o caipira, o cantor, a bailarina se transformavam em filósofos compenetrados e declamava ... textos clássicos! Mas quando o “lá” soava e se ouvia o “psiu”, impecáveis, cantávamos e encantávamos com D. Sula. Hoje recolho os retalhos e recomponho a roupagem, ficou o artista? E por que não? O Big Show me ensinou a viver o maravilhoso “show da vida “! Obrigada Escola! (Texto publicado

no Jornal da Escola “EM TEMPO”, ago/set/ de 1984-Ano 2, nº 7, por ocasião dos 75 anos da Escola Normal de Ouro Fino. Odízia do R. do Nascimento, professora de Língua Portuguesa e Literatura, Membro da Academia Ouro-finense de Letras. Integrante, na época, do Big Show e do Orfeão da Escola Normal).

Muitas entrevistadas citaram essas disciplinas como essenciais, pois o professor primário deveria saber desenhar e cantar, porque eram considerados pré-requisitos para o exercício do magistério.

O artigo 97 do Regulamento do Ensino Normal estabelecia que os exames de desenho deveriam conter uma prova prática sobre um ponto sorteado entre dez selecionados.

Pretendendo valorizar as habilidades manuais femininas, os trabalhos eram expostos para apreciação não só da comunidade escolar como de toda cidade, mostrando ao público o poder da civilização e do progresso, dentro das instituições educacionais.



Figura 26- Acervo da Profa. Leyde M. Guimarães - Exposição de trabalhos manuais-s/d.

Louro (1987, p. 41) considera que o trabalho de agulha, de corte e costura e as regras de etiqueta não deixaram de atender às expectativas dos estudantes, pois ao lado da formação profissional, e talvez mesmo acima dela, estava o projeto de casamento.

Por outro lado, o curso normal também significava uma formação convincente para que elas se tornassem boas mães e esposas satisfatoriamente cultas.

A ex-aluna, Delmira Mattos, recorda-se das aulas de Educação Física, especialmente das aulas práticas:

Dona Carmem era professora de Educação Física. Para trabalhar com as crianças ela nos ensinava ginástica historiada, para incentivá-las à dramatização. Então uma aluna lia a história na frente do grupo e todas faziam os gestos de acordo com a história lida. Era muito interessante.



Figura 27- Acervo- Leyde Moraes Guimarães- Gazeta de Ouro Fino –1928.

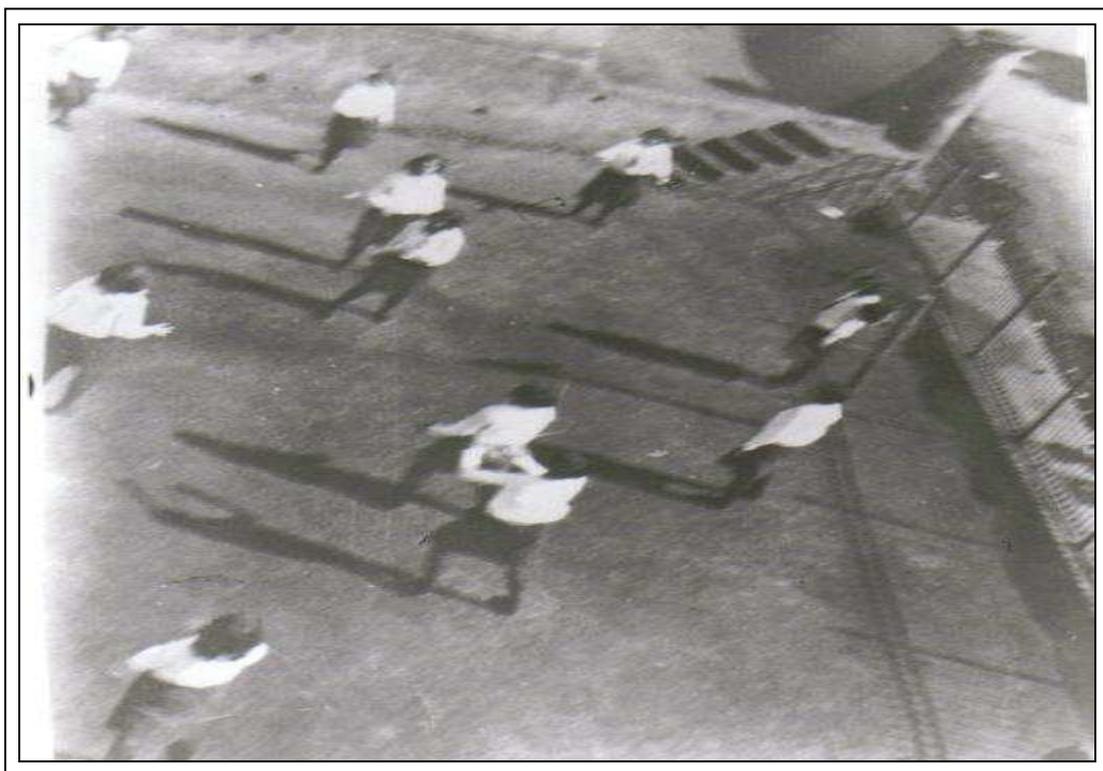


Figura 28 - Aula de Vôlei- Acervo arquivo Escola Normal – 1934.



Figura 29- Apresentação de ginástica com bastões s/d.

Narraram as ex-alunas, com bom humor, que, quando havia alunos, as aulas de ginástica eram separadas para os homens.

Delmira ainda acrescenta:

Recordo-me muito bem do aluno Geraldo Palma, nas aulas de ginástica de dona Carmen de Mello, carregando bastões, rede, bolas, mas não participava dos exercícios, observando de longe as alunas, pois para os homens eram exercícios militares.

A importância da Educação Física estava associada à higiene escolar e desenvolvia uma pedagogia moralizadora e patriótica de preceitos higiênicos prescritos e vigiados. A Educação Física mencionada pelas alunas como aula de ginástica, era considerada de frequência obrigatória, assim como o calção azul marinho, logo abaixo dos joelhos, largo com elástico nas pernas, usado debaixo da saia de uniforme, para que seus movimentos fossem livres e não as deixassem desprevenidas. O programa de ginástica constava de exercícios alternados, estéticos, de extensão e flexão de músculos, prescrição de exercícios respiratórios, combinados com arcos e alteres, executados no salão e no pátio à sombra. Através dos jogos ensinavam-se a cooperação, espírito de equipe e a disciplina, como exigia o regulamento. As entrevistadas mencionaram ainda que D. Maria do Céu, diretora da Escola, sempre passava em revista para que as normas determinadas fossem cumpridas na aula de ginástica.

As fotos 27, 28 e 29 exemplificam como o corpo ocupava a centralidade no discurso higienista, pretendendo traduzir saúde, vigor, limpeza, modelado constantemente na prática dos exercícios físicos.

Festas e comemorações são momentos de representação que ficaram marcados e contados pelas normalistas. Interessante é como a memória vai se constituindo no grupo, quando descrevem as festas, os auditórios, a Semana da Normalista e o momento da formatura.

Nos eventos realizados, era visível o esforço da Escola para conquistar o reconhecimento do público externo, mostrando que a sua clientela estava preparada para as funções que a sociedade esperava dela.

A Escola também deveria se enquadrar nos novos modelos sociais, procurando consolidar certos hábitos cívicos sadios, valorizados nos auditórios, nos desfiles cívicos, nos momentos da formatura, buscando estratégias para homogeneizar comportamentos a fim de implementar o projeto nacional.

Todos estes modelos sociais tinham como objetivo cultivar o nacionalismo, disseminar a civilização e o progresso através das instituições escolares.



Figura 30- Acervo Leyde Moraes Guimarães - Orfeão Escola Normal sob a Regência da Professora Ursulina Pitaguary - s/d.

O uniforme foi também motivo de orgulho das normalistas, prevalecendo as cores azul marinho e branco, desde a época da fundação da Escola Normal.

Um elemento simbólico que deu sentido e perpetuou a identidade da escola foi o uniforme de gala, incluindo a boina azul-marinho e as luvas brancas.

Mesmo com o passar dos anos, o uniforme da normalista continuou sendo a marca da Escola. Gustavo Celso descreve-o com originalidade no texto “Plissê do Passado”, confirmando como este símbolo despertava não só a curiosidade, mas o desejo da descoberta dos segredos de quem o usava, principalmente quando se violavam as normas do seu uso.

PLISSÊ DO PASSADO

Às vezes eu me distraía olhando minha irmã Dodoia, com o ferro de passar roupas, alisando os plissado da sua saia de uniforme. Minha nossa, quantos! Um a um, pacientemente, a pontinha do ferro ia buscando a excelência da passadura. Plissê prensado com método de normalista, tendo em vista as vaidades da adolescência. Mas, vá me escutando... Aquela saia azul-marinho,

identidade tão solene da nossa querida Escola Normal, tinha seu cós. Uma tira de pano que a cingia à cintura das meninas. Dois colchetes de gancho, reforçados na cosedura, porque a moda era ter cintura fina. Mas as saias, naqueles tempos, também tinham suas normas de conduta: quatro dedos abaixo dos joelhos. Era o imperativo que a boa conduta rezava. E amém! Porém quando o juízo da mamãe perdia seu foro de justiça pela falta da proximidade, a falta de juízo da menina subvertia o estar do cós, dobrava ele para baixo, reajustava a indumentária nos seus lugares, e aqueles dedos de saia que sobravam para baixo dos joelhos ficavam agora faltando para cima deles. Ah! mas que festa! Que aresta mais sensual o olhar da rapaziada traçava com aquela linha subjacente a quatro dedos acima dos joelhos da normalista. Se querem acabar com o Curso Normal, não há remédio que o vá salvar. Contudo, o mundo continuará girando preso aos seus gonzos. Minhas Musas continuarão cortejando com afabilidade o meu coração. Mas um pedaço da minha poesia estará irremediavelmente de luto enquanto eu reste neste mundo tão pródigo de ingratidões. PS. A propósito, quem será que fazia o plissado daquelas saias? (Gustavo Celso de Melo, psicólogo, Membro da Academia Ouro-finense de Letras. Revista da Academia Ouro-finense de Letras, n. 1, março de 2001, p. 70-71.)

Importante registrar a criação, na década de 50, da fanfarra da Escola Normal, empenho do professor José Guimarães, na época diretor, juntamente com o Professor César Staut Pinho, tendo como instrutor Joaquinzinho, que por muitos anos se dedicou aos ensaios da fanfarra. Deram continuidade a este trabalho, o professor de Física, Mervyn, de Oliveira e seu filhos, os engenheiros, professor de Física, Marcelo de Oliveira (cuja lembrança está gravada na memória de todos), e Max de Oliveira, professor de Química. Os momentos das apresentações, os troféus conquistados pela beleza, disciplina e perfeita percussão, envaideciam os que delam participavam assim como os que a apreciavam. A fanfarra da Escola Normal, ainda assim chamada, continua abrilhantando os momentos de maior importância em Ouro Fino, pelos desfiles cívicos, e marcando presença na “Festa do Ouro-finense Ausente” e cidades vizinhas.





Figura 31 - Acervo Leyde Moraes Guimarães - Fanfarra da Escola Normal s/d. Ao lado direito da foto, identificam-se o diretor profº Dr. José Guimarães e o profº César Staut Pinho.

Atualmente, a fanfarra leva o nome do Prof. César Staut Pinho, que fala emocionado sobre estes momentos:

A fanfarra da Escola Normal foi criada na direção de Dr. José Guimarães, ocasião em que Juscelino Kubitschek, na época Governador de Minas esteve em Ouro Fino. A nossa Escola sempre desfilava atrás do “Tiro de Guerra” ou da “Escola Agrícola de Inconfidentes”. Isso machucava por ser a escola tradicional em Minas Gerais e esperar a vontade de duas agremiações para poder desfilarmos. Criamos então a nossa fanfarra, com muitas dificuldades porque foram escassas as contribuições. Conseguimos através de listas... doações e trouxemos uma fanfarra à altura da Escola Normal. Por felicidade tivemos como colaborador, um colega de Seminário que veio para Ouro Fino, Joaquim Vicente, que soube comandar muito bem a fanfarra. Eu tomei conta da fanfarra sem saber “bater” contava somente com os alunos que eram sabidos. Em um dos desfiles, em Pouso Alegre, em comemoração ao “Centenário do Colégio das Dorotéias” a fanfarra foi aclamada e comparada à “Banda dos Fuzileiros Navais”. Hoje tenho muito orgulho da fanfarra levar meu nome, “Professor César Staut Pinho”, em reconhecimento desta pelo meu trabalho e por saber elevar o nome da Escola Normal. (Professor de Latim da Escola Normal, César Staut Pinho).





Figura 32- Acervo Leyde Moraes Guimarães- Desfile de 7 Setembro-s/d.



Figura 33- Acervo: Leyde Moraes Guimarães- Desfile de 7 Setembro-s/d
Formação da Bandeira do Brasil pelas alunas do Curso de Magistério.

As fotos (31, 32 e 33) revelam, na apresentação dos alunos à comunidade, o lugar que a Escola Normal ocupava na cidade de Ouro Fino, pela presença maciça do povo na rua “13 de Maio”, cenário

destas apresentações, com o palanque das autoridades civis, militares, religiosas, representantes da política local e do Estado de Minas, através da figura do deputado estadual, majoritário no Município.

Dando um “tom de excelência” nessas comemorações, a Escola exibia com orgulho seus símbolos, sua fanfarra, as apresentações das futuras professoras e dos alunos, distinguindo-se das outras escolas locais, mostrando que podia representar de fato “o templo do saber”, pois o imaginário que a cidade fazia desta era de que ali se concentrava o ideário da excelência do ensino.



Figura 34 Alunos no antigo prédio da Escola Normal, s/d. Prédio do 11BC, cedido pelo Ministério da Guerra. Acervo Leyde M. Guimarães.

Fazem jus as palavras de Oliveira e Gatti Júnior (2002, p. 128):

Historiar uma instituição educativa tomada na sua pluridimensionalidade, não significa laudatoriamente descrevê-la, mas explicá-la e integrá-la em uma realidade mais ampla, que é o seu próprio sistema educativo.

CAPÍTULO II

A ESCOLA NORMAL E SEUS MATERIAIS ESCOLARES

2.1. Cadernos Escolares e sua Significação

Ao construir a investigação sobre a cultura escolar, é importante situar neste contexto o caderno escolar usando a música de “Toquinho”, revelando a estreita ligação deste material e as lembranças da escola:

Sou eu que vou seguir
Do primeiro rabisco até o bê-a-bá
Em todos os seus desenhos vou estar
A casa
A montanha
Duas nuvens no céu
E um sol a sorrir no papel
Sou eu que vou lhe dar abrigo
Se você quiser a vida se abrirá
Num feroz carrossel
E você vai rasgar meu papel...
Só peço a você se puder
Não me esqueça num canto qualquer...

A música de Toquinho levou-me a refletir sobre o privilégio deste reencontro, pois hoje poucos são os que podem ainda curtir a lembrança do seu primeiro caderno.

Isa Cristina Rocha Lopes (2006, p. 1) aborda o caderno como um documento integrante da narrativa da história da escola e suporte da escrita, portador de um sistema lingüístico e cultural.

Maria Cecília Cortez (2000, p. 52) esclarece-nos que é preciso incorporar à análise histórica a idéia de que para compreender o que a escola realizou em seu passado, não é suficiente estudar idéias e discursos, programas, papéis sociais nela desempenhados, suas práticas e métodos de trabalho; torna-se necessário também tentar compreender a maneira que o professor e alunos

reconstruíram sua experiência, constituíram relações, estratégias, significações que os levaram a construir-se como sujeitos históricos.

Com a intenção de analisar e historicizar as informações contidas nos cadernos escolares, nos diários, revistas de ensino e jornais da Escola Normal, como e onde se postulam, nas suas marcas identitárias, a estreita veiculação com os personagens que se interagem com eles, professores e alunos, é que se construiu o corpus do segundo capítulo.

Veiga, Gouveia e Faria Filho (2001, p. 212), ao analisarem estes sujeitos escolares e seu fazer cotidiano, agindo em terrenos delimitados por outros e minados de incertezas, esclarecem:

Compreendê-los como componentes de uma cultura escolar quer enfatizar a idéia de que os sujeitos escolares, alunos, professores sobretudo, não apenas põem em funcionamento uma instituição ou uma cultura definidas sem sua presença, mas que, pelo contrário, professores e alunos participam ativamente na construção da escola e da cultura escolar e de si mesmos como sujeitos sociais.

Buscar-se-á, ao analisar estes materiais de ensino, considerá-los como um quadro de referência do passado e que constituem, através de sua materialidade, o testemunho de uma época, como representação da educação escolarizada e suas práticas educativas, vivenciadas no cotidiano escolar daquela Instituição de Ensino, produzidas nos diferentes momentos históricos em que se constituíram os saberes escolares.

Cada época histórica e cada sociedade expressam usos e funções da escrita, como um instrumento de comunicação de idéia e pensamento, constituindo-se como um espaço de criação da memória docente e da identidade profissional.

Far-se-á uma análise comparativa para descobertas de padrões comuns entre várias gerações, como também para inserir esta problemática na História da Educação.

Para Hébrard (1998, pp. 7-58), não se permitiu estabelecer uma verdadeira história do caderno escolar; que alicerça o trabalho de alfabetização, tendo se expandido no primeiro terço do século XIX.

Afirma ainda que este foi um instrumento comum desde o século XV nos colégios, o “livro branco” como era designado na Ratio Studiorum, nas escolas da reforma protestante e da contra-reforma. O termo “livro branco” vem do material escolar que, além do texto impresso, tinha espaços em branco para que o aluno pudesse anotar as explicações.

Na Escola Normal também o caderno tornou-se um instrumento comum a todos os alunos, pois através dele registravam-se conceitos, copiavam as lições, efetuavam-se exercícios, registrava-se o conteúdo a ser transmitido, fazendo o aluno interagir com estes, produzindo também seus próprios significados.

Apesar do caderno escolar se destacar como valor incontestável de perpetuação e transformação de determinada cultura escolar, pois está voltado para a vida interna de cada instituição de ensino, não houve zelo quanto à sua preservação, pois poucas pessoas os mantiveram como forma de lembrança para revelar as práticas educativas da época.

O caderno é de relevante importância, tanto pela inserção no sistema escolar, dos sujeitos envolvidos no processo educativo, como pela investigação do que se passa no interior das escolas, trazendo um conhecimento mais profundo deste espaço e do processo ensino-aprendizagem.

Ainda constituindo como mediador da aprendizagem, e vestígio integrante do contexto histórico, o caderno escolar, por registrar o trabalho escrito, tornou-se testemunho valioso do tempo escolar e portador de memórias coletivas e individuais produzidas no cotidiano da escola.

Através dos cadernos escolares os professores comunicavam suas expectativas com os pais, expressavam elogios aos alunos como Parabéns! Ótimo! Visto! fazendo entender que as atividades foram vistas, como também alertavam sobre a necessidade de atenção, para a caligrafia com as expressões : MELHORAR A LETRA!, ou para reforçar o hábito do estudo como: ESTUDE MAIS! O caderno não só ofereceu um suporte cultural como também conferiu sua significação pedagógico-educativa como preocupação com a limpeza, capas de cores variadas, determinando as funções reservadas a cada disciplina como: Caderno de Deveres de Casa, Caderno de Redação, de Matemática, de Língua Portuguesa, de Caligrafia.

Hébrard (1998, p. 121) considera o caderno tanto pela sua inserção na história da escola quanto pela preservação e conservação de qual é objeto, e certamente testemunho precioso do que pode ter sido o trabalho escolar da escrita.

Privilegiando-se do pensamento de Hébrard, a ex-aluna e professora Leyde Moraes conserva os cadernos pessoais, de aluna do antigo curso primário, do ano de 1932, 1933, do curso normal, como também os cadernos de sua irmã Déa e os primeiros cadernos de seus filhos. Através deles, pôde apresentar não só a trajetória escolar, como os contextos pedagógicos em que estavam inseridos, como o que pode ter sido o trabalho escolar da escrita. Os cadernos podem representar a escrita

como um instrumento de comunicação de idéia e de pensamento constituindo-se como um espaço de criação da memória docente e da identidade profissional.

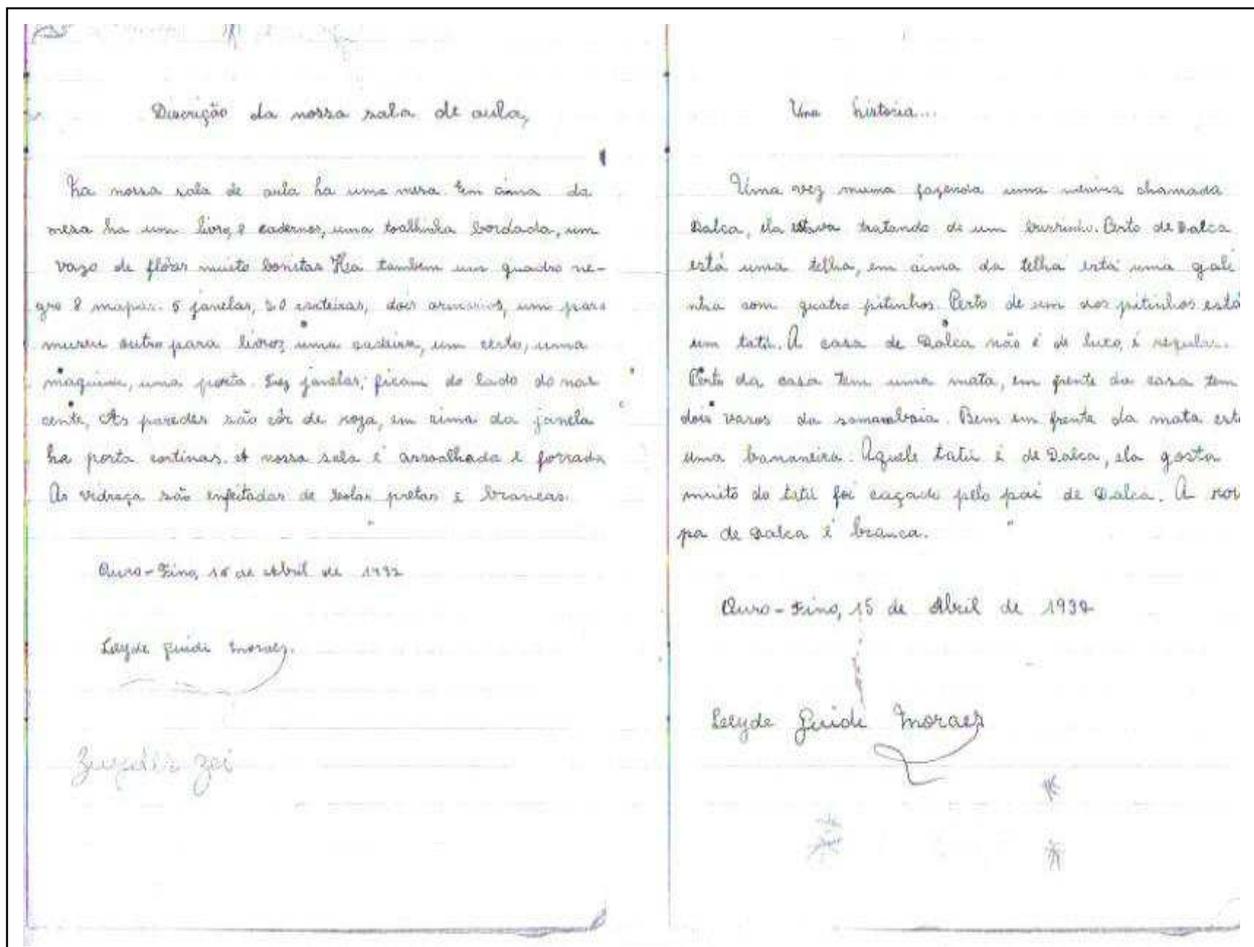


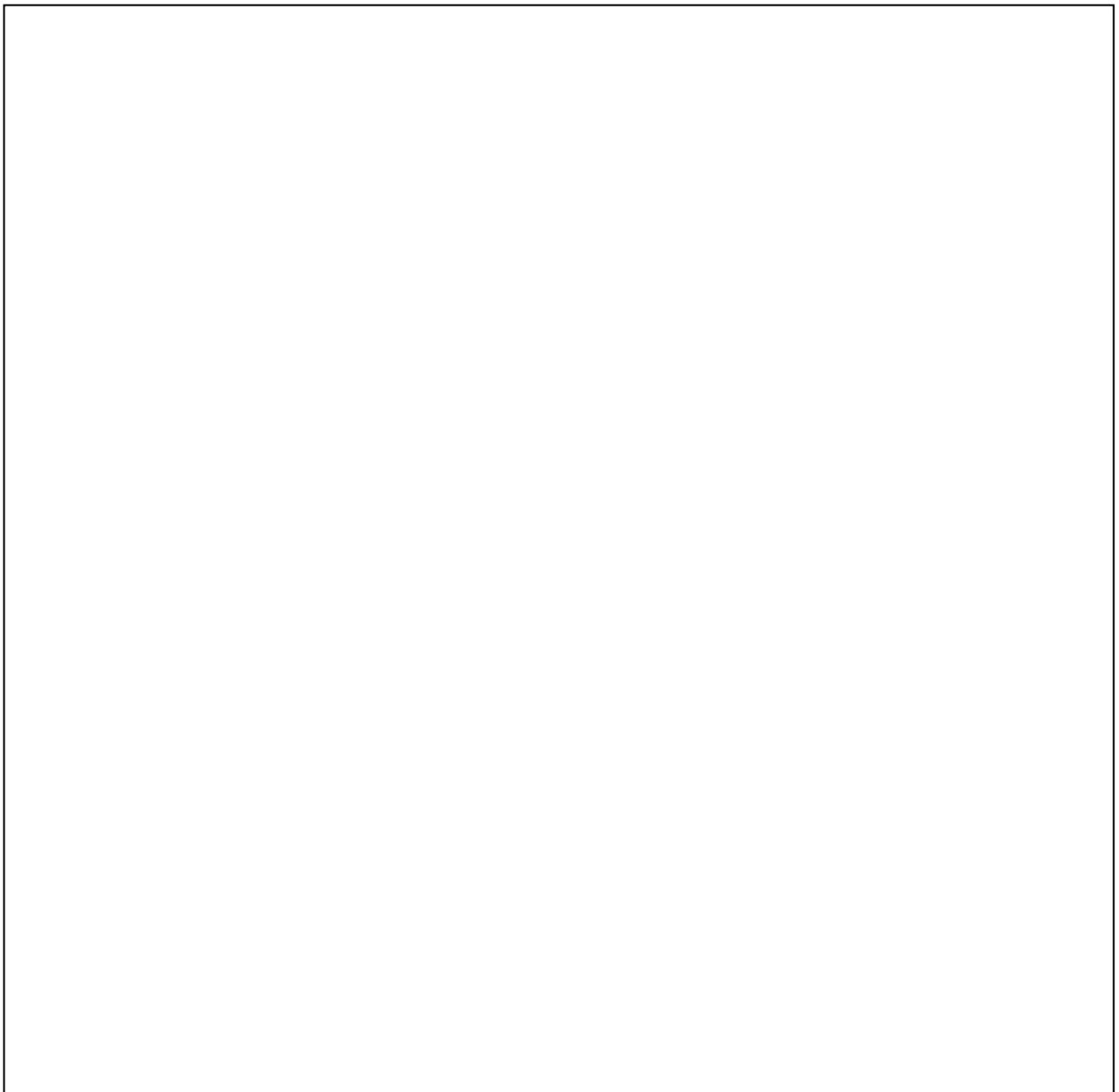
Figura 35- Caderno de Língua Pátria do 3º ano primário da aluna Leyde Guidi Moraes-1932.

O caderno de Língua Pátria (figura 35), pertence a Leyde Moraes, elaborado quando aluna do terceiro ano primário em 1933, no Curso Anexo à Escola Normal de Ouro Fino, guardado junto a outras lembranças do tempo da escola, apresenta pela disposição do índice e do prefácio, como se fosse um livro, a valorização dos textos redigidos

nas aulas, despertando o gosto e a criatividade na composição dos mesmos.

Isa Cristina (2006, p. 13) assim explicita sobre os discursos nos cadernos:

Entender o aparato discursivo e formal dos discursos no caderno é entendê-lo como representação social que permite tanto conhecer sua apresentação naquilo que ele representa para os sujeitos que o elaboram e/ou lêem, quanto buscar a presença mais ou menos homogênea de determinadas informações. É necessário também considerar a relação de forças que permitiu a sua hegemonia, compreender como ele se tornou 'objeto' para o pensamento e mapear os gestos de resistência, sinalizando os resíduos existentes.



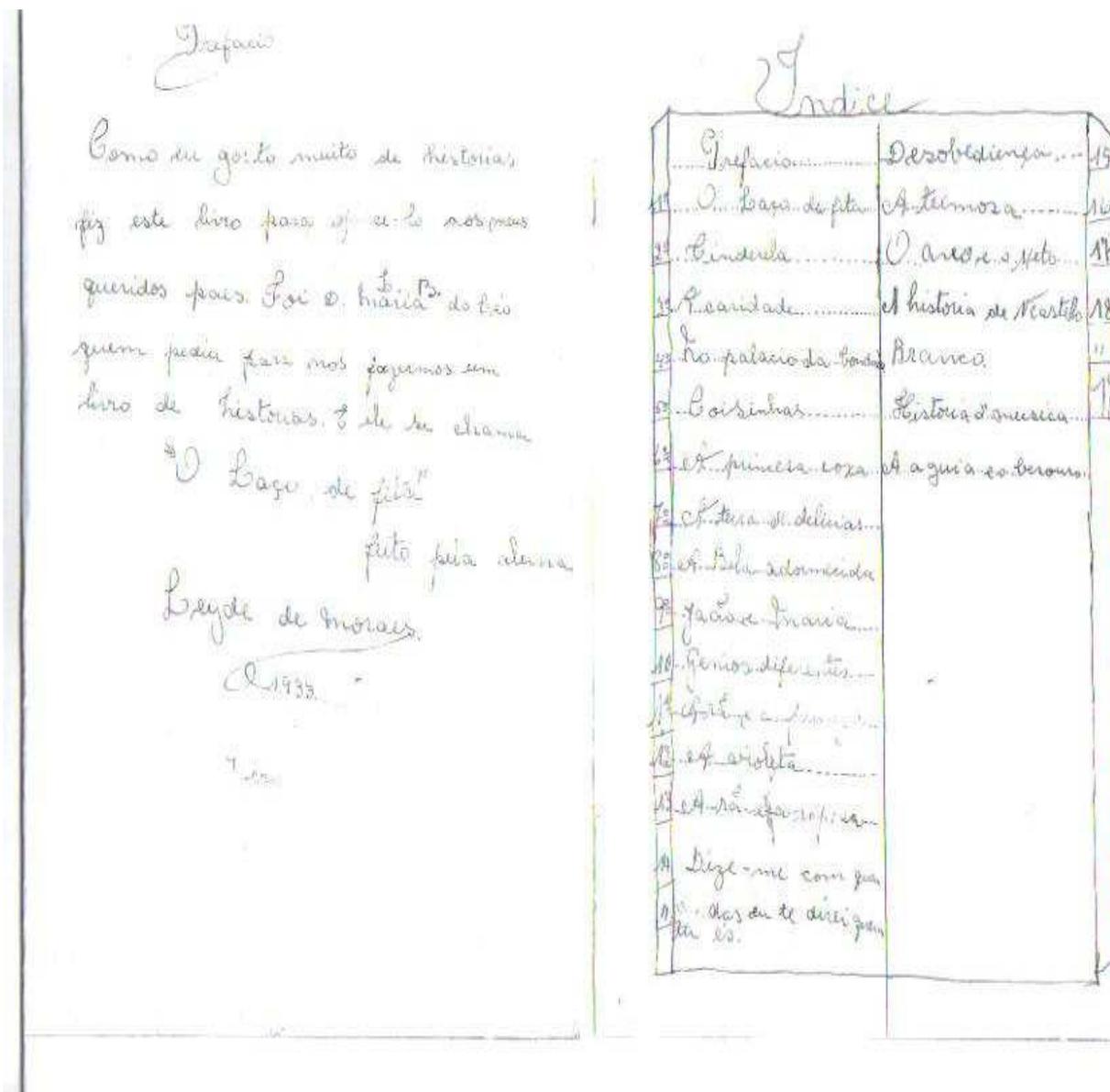


Figura 36- Caderno de Língua Pátria do 3º ano primário da aluna do Curso Anexo Leyde Guidi Moraes- 1933.

Hébrard (1998, p. 127) assinala ainda que, no, final do século XIX, a redação ilustrada era um exercício que permitia aos mais hábeis mostrarem sua competência, conduzindo naturalmente a reproduzir ou copiar no seu caderno as gravuras que lhes eram mostradas. Esta prática ainda perdurou nos anos 33, como se apresenta no caderno da figura 37, da aluna do Curso Anexo Leyde Guidi Moraes.

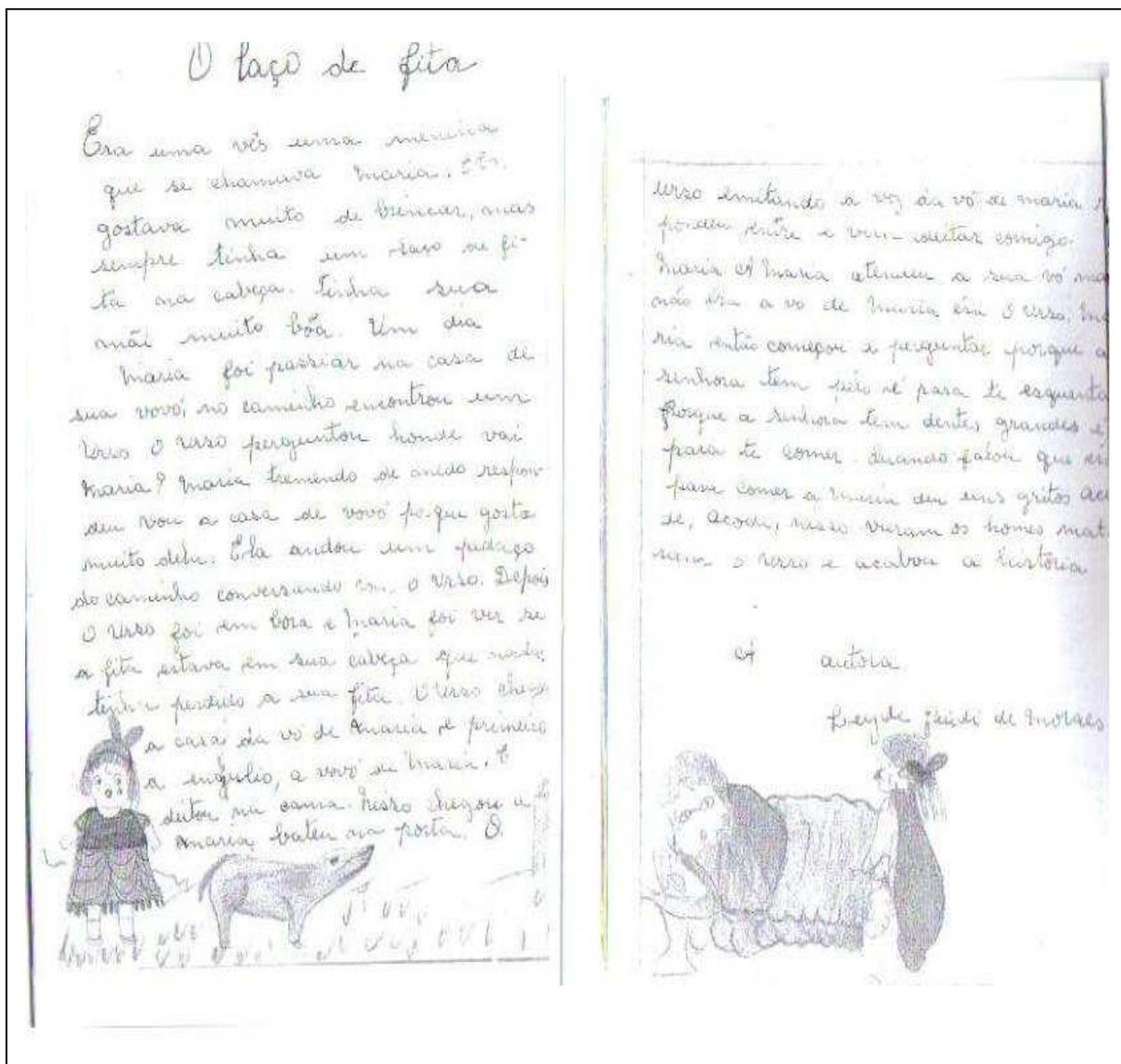


Figura 37- Caderno de Língua Pátria da aluna do Curso Anexo Leyde Guidi de Moraes-1933.

Viñao Frago (2000, p. 100) entende a cultura escolar como uma das caixas pretas da historiografia educacional e, no conceito cultural assim os vê:

Esses modos de fazer e de pensar mentalidades, atitudes, rituais, mitos, discursos, ações amplamente compartilhados, não postos em questão e interiorizados, servem a uns e a outros para desempenhar suas tarefas diárias, entender o mundo acadêmico-educativo e fazer frente tanto às mudanças ou reformas como às exigências de outros membros da instituição de outros grupos e, em especial dos reformadores, gestores e inspetores.

Chartier (2002, p. 15)) conceitua o caderno como um dispositivo escritural, isto é, um material utilizado exclusivamente para a escrita, assim como funcionando como controle e estratégia de dominação, manifestada através da técnica ou do saber institucionalizado, devendo ser aceito como práticas habituais, acrescentando:

(...) é preciso, portanto, que ele tenha sido 'assimilado' pela instituição, ou seja, por indivíduos, e que ele seja permanentemente 'praticado' (...) é, portanto, uma realidade interior tanto quanto exterior, subjetiva tanto quanto objetiva, representada tanto quanto instituída. Fala-se dele sem que se pense nele.

O caderno é um documento portador tanto de memórias individuais como coletivas, produzidas no cotidiano escolar, dialogando neste contexto institucional, construindo, portanto, significados de como se aprendia e como se ensinava.

Tal como Chartier revela no seu texto, havia também, principalmente no ensino primário, no Curso Anexo à Escola Normal, um caderno denominado “Diário”, como foi informado pela aluna do Curso Anexo à época, Leyde Moraes. Mais tarde passou a se chamar “Caderno Ambulante”. Este caderno era entregue no início da aula para que, a cada dia, um aluno escolhido registrasse as atividades em todas as disciplinas, constando, inicialmente, o dia da semana, do mês e o ano. No final da aula, o professor recolhia-o para ser visado semanalmente pela autoridade escolar competente.

No caderno de Português, do ano de 1936, (fig. 38), do Ensino Normal da aluna Déa Moraes, copiavam-se regras e definições de gramática. A preocupação era pela ocupação do espaço vertical, utilizando colunas como medida de economia, chamando a atenção para os itens essenciais através do grifo. Pela análise do

material, observou-se uma unidade organizacional nos cadernos, demonstrando que havia uma homogeneização no uso do caderno de exercícios gramaticais.

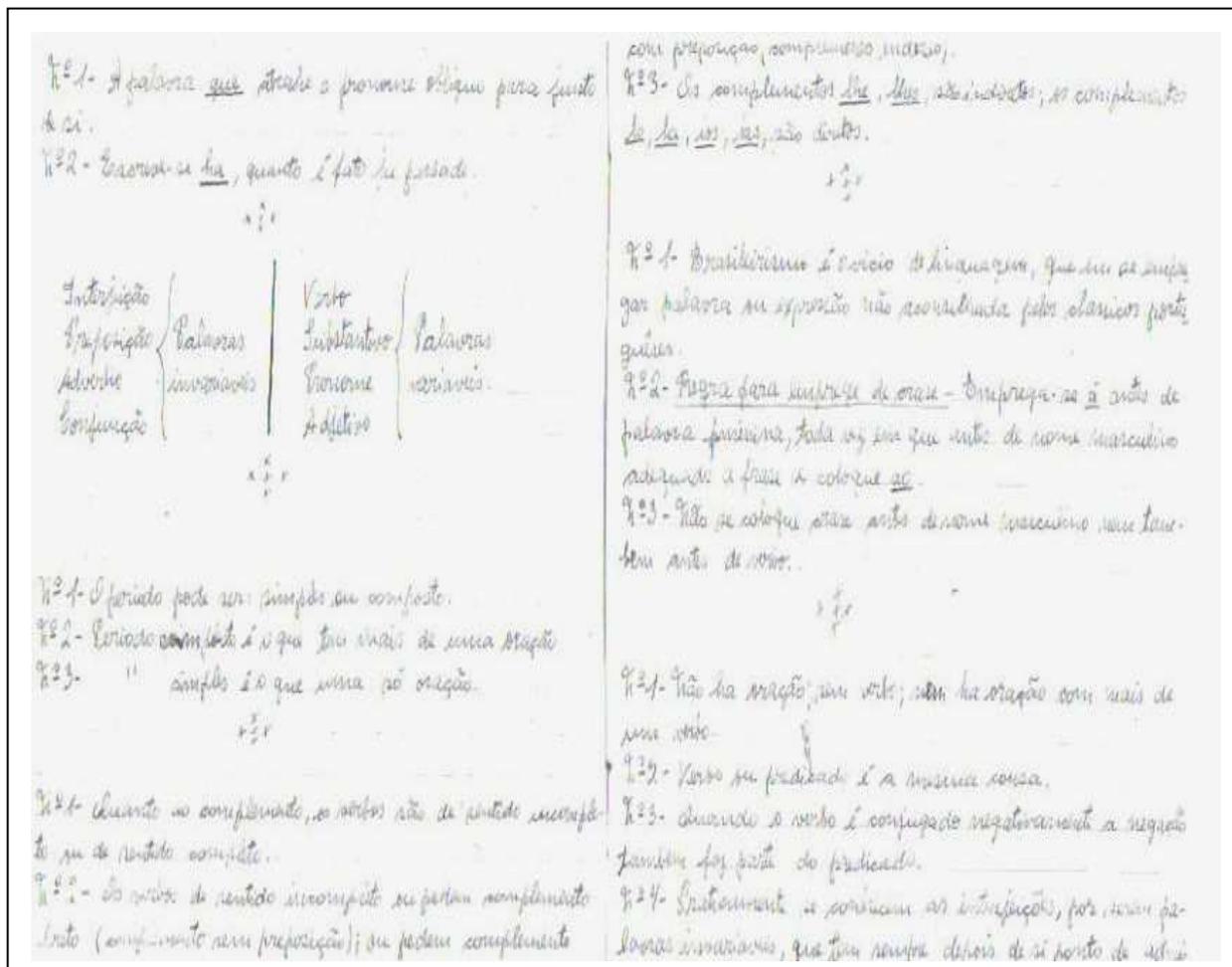


Figura -38 Caderno de exercício de gramática- da aluna Déa Moraes- 1936 Acervo de Leyde Moraes Guimarães.

Nota-se que os pequenos erros não eram corrigidos, assim como se observou nos cadernos de exercícios exemplificados.

Hébrard (1998, p. 137) comenta acerca da “organização gráfica” dos cadernos escolares, dando a ela seu sentido e sua especificidade, considerando-a uma tarefa totalizante:

Fazer exercícios é aprender a apresentar. É preciso tomar esta expressão em todos os seus sentidos. Apresentar, isto é, guiado por uma preocupação constante de limpeza, de boa manutenção,

de elegância ingênua ou afetada, fazer do caderno o pequeno teatro do saber escolar.

Segundo Orlandi (2001, p. 62), as diversas funções do caderno denotam a presença de uma pluralidade de agentes discursivos, os quais se manifestam através de diversos pontos de vista.

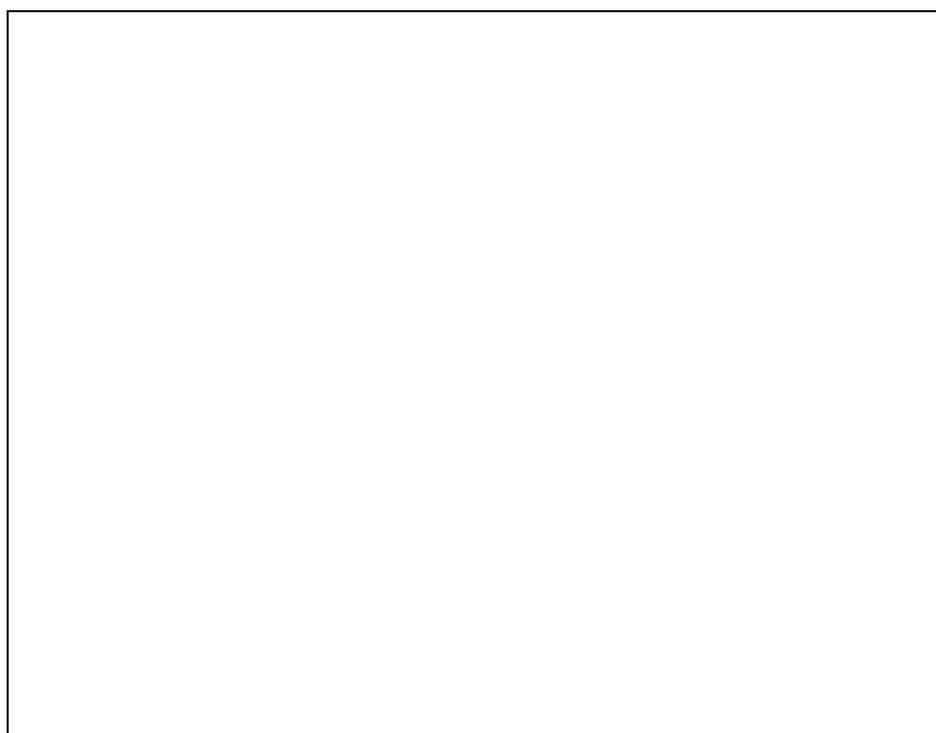
Assim caracterizando:

(...) Uma voz genérica, do senso comum, por exemplo representado, por mais de um locutor no mesmo enunciado; outra voz apresenta o discurso como uma verdade inquestionável, um locutor responsável pela enunciação, oculto na impessoalidade (...)

Através dos registros e anotações pessoais, demonstrava-se o esforço do aluno a fim de transpor os conhecimentos pessoais para os universais e definidos pela instituição.

O discurso produzido através das práticas escolares na e pela escola, permitiam não só a transmissão do conhecimento, como também impunham condutas circunscritas no espaço escolar.

Pelas capas dos cadernos analisados, percebe-se que estas materializavam a ideologia e apresentavam uma forma simbólica para criar/ou manter relações assertivas dos alunos com a atividade central da instituição pelos lemas: "COLEGIAL", "BRASIL" (1947), "AVANTE" (1948).



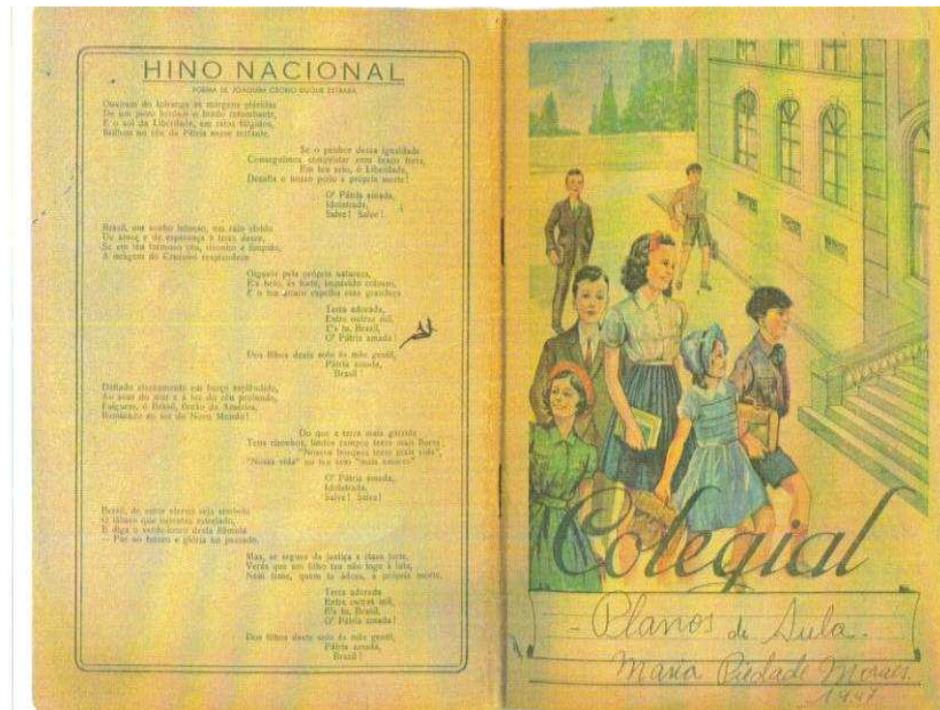


Figura 39- Acervo Leyde Moraes Guimarães-1947.

Quanto à ilustração da capa do caderno (fig. 40) pretendia demonstrar e incutir o contexto histórico de um projeto de nação próspera, tanto pela cultura agrícola quanto pela indústria, o aparecimento dos prédios e o incentivo patriótico através de frases tais como: *Acharás mais lindo o tremular duma bandeira quando tiveres feito algo que a engrandeça.*

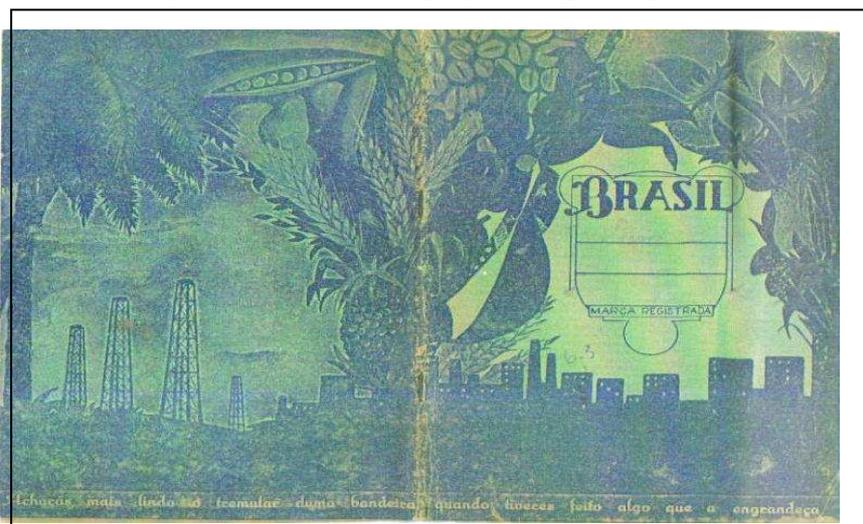


Figura 40- Capa com ilustrações- 1947-Acervo Leyde Moraes Guimarães.

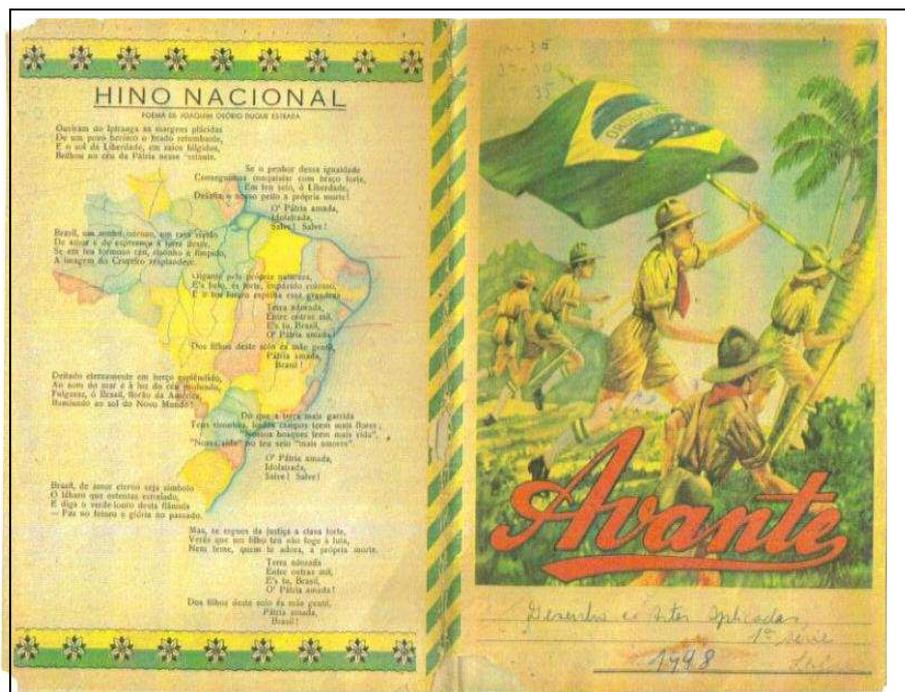


Figura 41 - Acervo Leyda Moraes Guimarães- 1948.

A ilustração do caderno AVANTEI (fig. 41) é emblemática na representação de um soldado simbolizando o arranco para o progresso, prevalecendo as cores verde e amarelo, na contra capa impresso o Hino Nacional.

Assim, o discurso presente no caderno escolar revelava um diálogo advindo da interação entre os registros do professor e os do aluno, cujos sentidos são cotidianamente produzidos, estabelecendo um diálogo constitutivo da linguagem.

Os conhecimentos escolares deviam ser estudados não somente numa dimensão histórica e como componentes de uma cultura escolar ou para examinar sua historicidade, mas sim para determinar as forças sociais que presidiam a sua elaboração enquanto conhecimento escolarizado, visto como representação do poder e da dominação.

Mariani (1998, p. 19) assim explicita sobre os cadernos escolares:

Entender o aparato discursivo e formal dos discursos no caderno é entendê-lo como representação social que permite tanto conhecer sua apresentação naquilo que ele representa para os sujeitos que o elaboram e/ou lêem, quanto buscar a presença mais ou menos homogênea de determinadas informações. Mas

significa, também compreender o “jogo de forças” que tornam ausentes outras informações.

Lopes (2005, p. 14) alerta sobre a análise dos cadernos escolares:

Analisar o conteúdo de cadernos escolares a partir de uma perspectiva de testemunho de memória é fazer presente uma ausência porque a memória é um campo de disputas onde personagens e acontecimentos não só se confundem, mas também podem ser omitidos. Historicizar suas informações é afirmar a sua neutralidade buscando um quadro de referências no passado que permita entender, na perspectiva do presente, a presença de determinadas práticas e tentar desconstruir paradigmas, pois nossa presença neste mundo real não é determinada, mas influenciada pelos condicionamentos institucionais que nos inserem num contexto histórico, social e cultural.

Hérbrard (1998, p. 137) conclui:

Foi graças ao caderno que da escola primária originou uma forma de trabalho da escrita homogênea à sua concepção do saber: um saber elementar sem lacunas, que se situa essencialmente sob as espécies da completude e do acabamento.

2.2. A Revista de Ensino e suas Propostas Pedagógicas

A REVISTA DE ENSINO, órgão oficial da Inspeção Geral da Instrução Pública de Belo Horizonte, Minas Gerais, criada pelo Governo de Melo Vianna, através do Decreto n. 6.758, de 01.01.de 1925, serviu para divulgar os novos ideais educativos propostos em Minas de 1925 a 1970, tendo como objetivo principal combater o analfabetismo, a miséria, divulgar novas propostas pedagógicas e modelar o professor para que os objetivos da política educacional fossem atingidos, através da rede escolar de ensino mineira. No primeiro número deste periódico, há um esclarecimento sobre a Reforma do Ensino de 1925 e o objetivo da criação da Revista:

(...) como elemento orientador do professorado, como também de edificação do espírito popular que não pode divorciar-se das questões inerentes à instrução primária e da cruzada de desanalfabetização das grandes populações disseminadas pelo nosso vastíssimo território, nesta obra feliz e de longo tempo

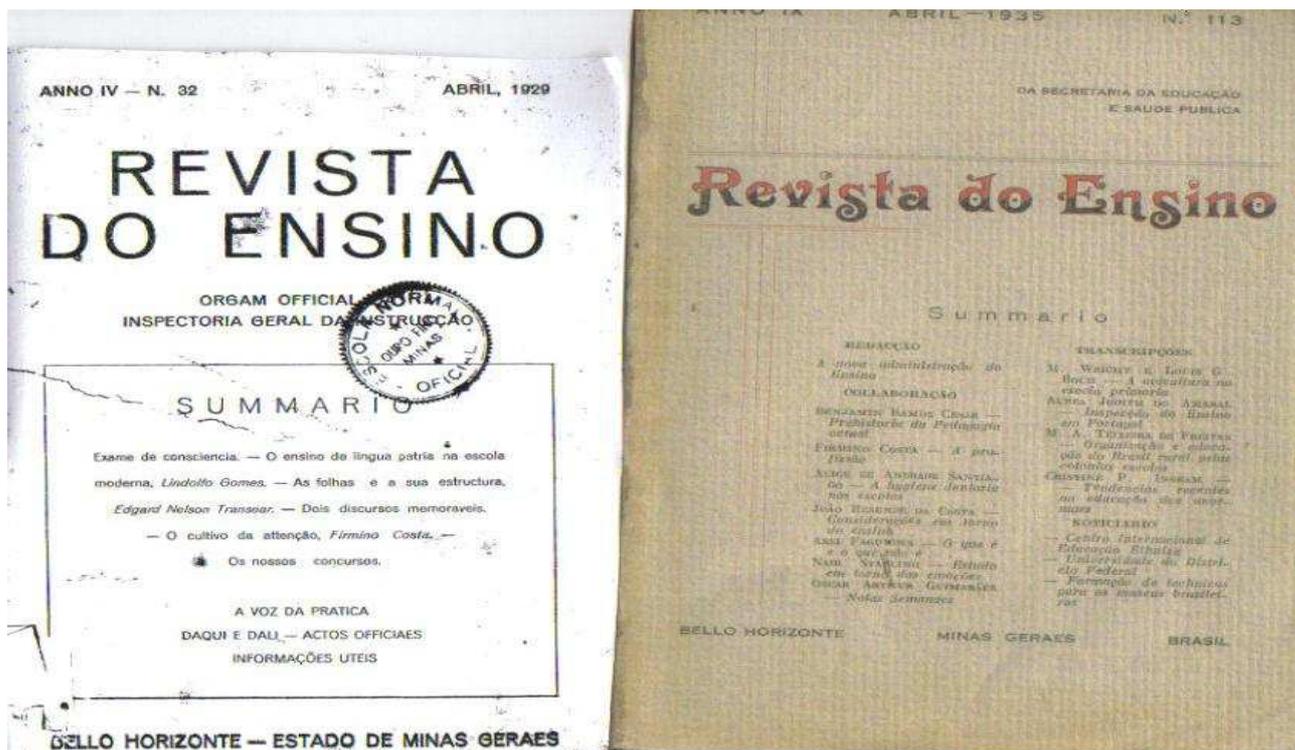


Figura 44- Revistas de Ensino com seus sumários- Acervo da Escola Normal de Ouro Fino
1º Sumário de 1929 – 2º Sumário de 1935.

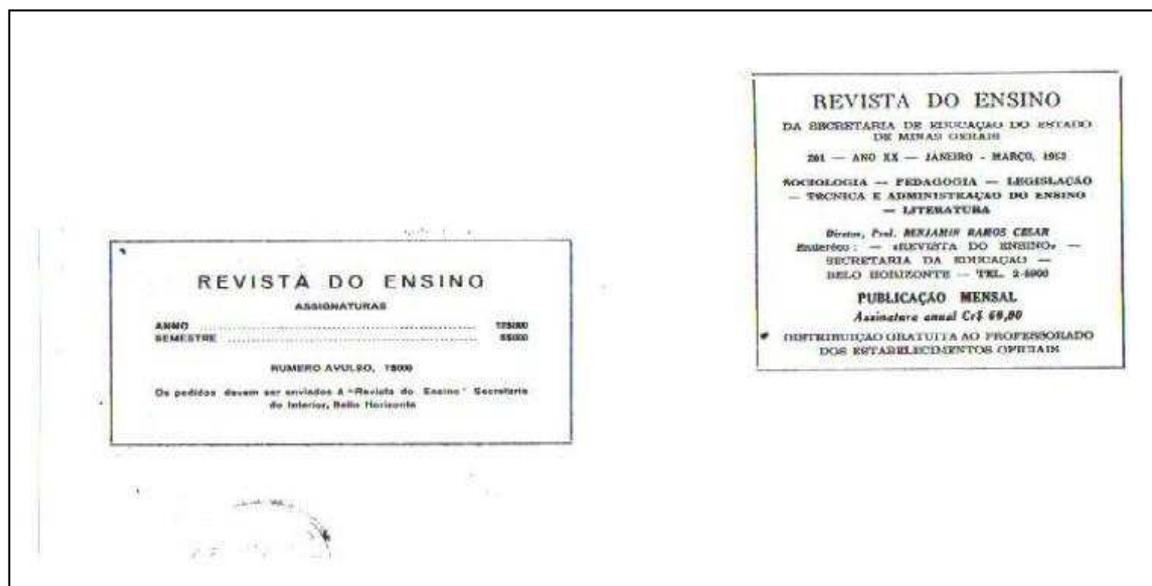


Figura 45- Acervo da Escola Normal de Ouro Fino- Referências para assinatura da Revista do Ensino.

Através da Revista destacavam-se os avisos da Secretaria do Interior, leis, decretos, reformas, orientações sobre o ensino-aprendizagem, modelos de práticas inovadoras advindas do estrangeiro

sobre as tendências da Escola Nova. Esse periódico era distribuído gratuitamente ao professorado das escolas oficiais, como também às autoridades escolares e inspetoras de ensino.

Enfatizava também aos professores sobre a importância da colaboração destes com artigos para serem divulgados através da Revista.

Havia também uma preocupação em divulgar as atividades da escola, tais como os auditórios, Clubes de Leitura, favorecendo a socialização, o sentimento patriótico. Incentivava as criações dos Clubes de Saúde e conceitos de Higiene e Puericultura. Os problemas de saúde foram questões políticas relevantes no Estado, após a proclamação da República, elevando o prestígio dos médicos participantes de congressos, de projetos governamentais que visavam a erradicação de doenças, campanhas educativas, vacinas e todas as formas que preservassem a saúde pública.

Discutia-se sobre disciplina, prêmios, castigos, estimulando os hábitos de cooperação, de bom relacionamento, a ser cortês e ordeiro.

Para Assunção (2004, p. 7) o objetivo era de provocar mudanças substantivas em seus professores e fabricar um modelo idealizado para o Estado.

Ao discorrer sobre os Cadernos de Lições dos professores, a REVISTA DE ENSINO (1933, n. 93) direcionou aos mesmos algumas propostas sobre o preparo das lições, pretendendo levá-los a acatar os preceitos e prescrições impostas para adequá-los pelo discurso admoestador a um certo modo de ser, modelando comportamentos, orientados pela nova política na fabricação de um profissional do qual se exigiam rapidez, eficiência, economia e trabalho.

1º – O preparo do caderno de lições constitui defesa contra as elipses de memória e de demonstração de cultura do professor _cultura que é atributo exponencial de sua personalidade;

2º – Evita desperdício de energia e de tempo, afastando o inconveniente de digressões inúteis e estranhas do assunto da aula;

3º _ Age como anteparo às emoções perturbadoras que sofremos, vindas de fora ou ocorridas dos trabalhos escolares;

4º _ Dão-nos segurança às observações próprias, colhidas no desenvolvimento da ação e da firmeza da nossa conduta e definição da nossa personalidade;

5º _ Contribui para educar a pessoa pelo hábito do trabalho, da observação do estudo e da meditação.

Nota-se uma observação interessante na Revista de Ensino (1946) sobre a importância da assinatura do “Livro de Ponto”:

(...) As funções de direção __ninguém o ignora __desdobram-se em técnicas e administrativas. Estas últimas, longe de constituírem mera formalidade burocrática, encarecem seriedade dos encargos da direção. Assim, estabelecendo o Regulamento do Ensino Primário que o diretor deve abrir e encerrar o livro de ponto, à entrada e saída dos professores, uma conclusão se impõe: o diretor será o primeiro a chegar no Grupo e o último a deixá-lo, como a principal figura da casa, atento e vigilante em seu posto, tal como o capitão do navio. Livro de ponto não é formalidade. É necessidade. (MÁRIO CASASANTA, REVISTA DO ENSINO, n. 179, maio de 1946, p. 287).

Assunção (2004, p. 110), assim discorre sobre o conteúdo deste periódico:

Constata-se a recorrência de um discurso admoestador, mesclado por tonalidades morais, religiosas, higienistas, biológicas políticas etc., enfim, discursos que compuseram um cenário para a fabricação de um modelo de professora. Estas eram definidas, caricaturadas, louvadas, enaltecidas, execradas, contribuindo para o surgimento de determinadas representações sobre a professora e esta, em equivalência, passa a se adequar ao discurso para ela produzido.

Em outubro de 1930, a vinda de Claparède a Belo Horizonte foi determinante para que a Psicologia começasse a fazer parte do discurso pedagógico, em 1931, considerando-a como indicadora de um outro saber, pregando que sem *psicologia não pode haver pedagogia* (ASSUNÇÃO, 2004, p. 108).

A partir de 1932, tornou-se conhecido o movimento dos “pioneiros da educação” denominados “progressistas”, propondo bases pedagógicas renovadoras, reagindo contra a estrutura tradicional, artificial, verbalística e retrógrada, preconizando a idéia de uma “Escola Ativa” empenhando-se na 'laicidade' e 'gratuidade' do ensino. O manifesto opõe-se às influências da Igreja e ao grupo dos “conservadores”

reconhecidos como católicos, colocando-o como objeto de debates e disputas, pois os defensores da “Pedagogia Tradicional” reagiram ao “Manifesto” e às teses escolanovistas, pleiteando o ensino religioso e privado. Há situações de conflitos entre as velhas políticas oligárquicas, entre o capitalismo industrial e o predomínio da economia agrícola.

Este movimento, próprio do século XX, prolongou-se por duas décadas, alicerçado nos pressupostos da “Nova Pedagogia” tendo como referenciais os pedagogos como Rousseau (1792-1778), Pestalozzi (1746- 1827), Fröebel (1782-1852) e Claparède (1873-1440), privilegiando a criança como indivíduo, propondo programas de ensino renovados, assim como suas metodologias, tendo como alicerce os fundamentos da Psicologia Educacional de Dewey, e como lema - “a escola é vida”_ orientando para que a escola deixasse de ser mero local de transmissão de conhecimentos e se tornasse pequena comunidade.

Muitas críticas foram feitas à Escola Nova no combate aos conteúdos tradicionais com também em acreditar ingenuamente na espontaneidade do aluno.

Borges (2003, p. 112) assim se expressa ao se referir sobre a educação nova, veiculada através da REVISTA DE ENSINO:

A “nova” educação veiculada nestes periódicos foi representada e difundida como ideologia de caráter nacional da educação. A pesquisa desvenda o autoritarismo implícito na moldagem do caráter nacional, em que se privilegiou a educação. (VERA LÚCIA ABRAÃO BORGES, Professora de História da Educação da Universidade Federal de Uberlândia Minas Gerais).

Para Borges, o Estado de Minas tentou viabilizar sua reforma de educação pública primária, divulgando os novos ideais educacionais de formação do novo cidadão republicano, “útil”, “cooperador”, “civilizado” e

“disciplinado”, em contraposição ao “tradicional”, ao “velho”, “à bárbarie”, ao “atrasado”.

A professora Leyde Moraes Guimarães refere-se à metodologia e à prática de ensino alicerçada nos pressupostos da Escola Nova:

Eu me formei muito jovem. E logo que me formei, assumi uma importante disciplina que era Metodologia e Prática do Ensino. E eu não quis assumir o primário de imediato. Fui para Belo Horizonte fazer um curso de especialização sobre o ensino de leitura e gostei muito do Método Global, na época aplicado nas escolas novas. Fui orientada pela Escola de Aperfeiçoamento e apliquei no Curso Anexo à Escola Normal. Minha tia Márcia era técnica no Instituto de Educação, aliás, na época ainda era Escola de Aperfeiçoamento. Tia Márcia me indicou todos os passos deste método. O Livro podia ser variado como: “*Os Três Porquinhos*”, “*O Livro de Lili*”. Eu apliquei o método do Livro de Lili. O Método Global é um método de leitura que se inicia das partes para o todo, isto é, do conhecido para o desconhecido e a criança aprende mais depressa. São apresentados cartazes e a criança memoriza; a historiazinha vai sendo dividida em frases, que as crianças vão reconhecendo. Depois as porções de sentido, seguidas das palavras, das sílabas para se chegar ao alfabeto. Então as crianças vão identificando e lendo sem querer. Muitas professoras que assistiam às minhas aulas gostavam e muitas me seguiram. (Leyde Moraes Guimarães, formada em 1940, professora de Desenho e Artes Plásticas, exerceu o cargo de diretora de 1972 a 1983. Criou a Bandeira do Município de Ouro Fino).

Esse método aplicado desde a década de 40, no Curso Anexo à Escola Normal, inicialmente pela professora Leyde Moraes Guimarães, integra-se nas considerações do Relatório apresentado por Thompson, em 1910, logo após ter participado da Exposição Internacional em 1904, e assumido o cargo de Diretor Geral da Instrução Pública, divulgando as vantagens de organizar a formação do magistério segundo os moldes americanos e a aplicação do Método Analítico, apresentado e difundido em todos os Estados do país. O método parte do concreto para o abstrato, e das partes para o todo.

Ana Andery, professora há mais de 25 anos no Curso Anexo à Escola Normal, sempre usando o Método de Contos (Método Global), no seu depoimento reafirma a eficiência deste método aplicado no Curso Anexo à Escola Normal. Para aplicação deste método, havia necessidade de se criar o material utilizado, principalmente os cartazes com as historietas.

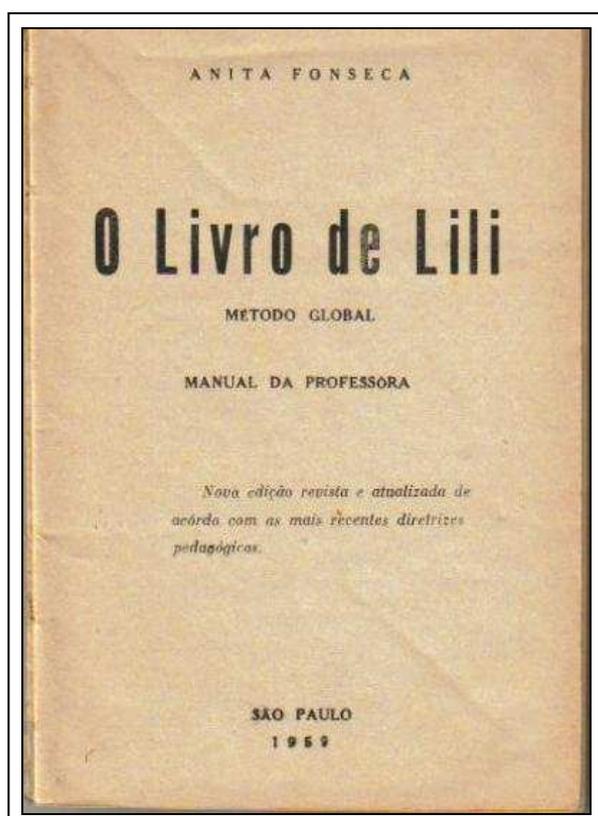


Figura 46- "O Livro de Lili" - Acervo Odízia do R. do Nascimento-1959

A Escola Normal sempre usou o Método Global, é tão eficiente...Quando chegava abril, maio, havia alunos que já estavam lendo correntemente. Na fase das porções de sentidos, os alunos iam fazendo composições, por exemplo: *O barquinho amarelo. A água azul e o céu azul. Que beleza!* Então saíam composições maravilhosas por causa do livrinho. Do Livrinho os alunos pegavam somente a capa e de acordo com as lições eles iam montando o livrinho. Ah! Quando a gente apresentava um cartaz... Eu apresentava o cartaz coberto e ia descendo devagarinho. Era uma festa! Era uma surpresa! Eles batiam o pé como no cinema, era só alegria e entusiasmo. No "CIRCO SAPECA" (outro livro), quando apresentei o palhaço Carequinha, uma aluna do normal (Tereza Beghini Junqueira) fantasiou-se de palhaço e entrou na sala fazendo piruetas e apresentando o cartaz: *Aqui é o meu retrato* (mostrando o cartaz com o palhaço

Carequinha). Então eu falei para as crianças que ele veio de fora e de avião. Vocês não ouviram o barulho do avião? Até hoje, Tereza me contou, que há moças e rapazes que perguntam: D. Terezinha, era a senhora mesmo o palhaço Carequinha? E Jerusa, aluna da época, hoje médica, lhe disse: Eu conheci a senhora pelo sapato...

Junto da professora Ana Andery, no dia de sua entrevista, estava uma ex-aluna, alfabetizada por ela, hoje também professora, de História, na Escola Normal, Marisa de Fátima Ferreira, confirmou o fato narrado:

Eu fui alfabetizada por D. Ana, pelo Método Global e meu livro era o CIRCO SAPECA. Eu fui uma das que acreditou fielmente que a professora Tereza Beghini era o Carequinha. Eu fui descobrir isto só mais tarde fazendo o Curso de Magistério, onde ela era professora de Língua Portuguesa. Eu também apliquei o “Método Global” no Curso Anexo, e só tenho que elogiar.

Em Minas Gerais, o Método Global, pelo processo de “contos” ou “historietas”, foi divulgado pela professora Lúcia Casasanta, que a partir de 1929, através do Curso de Metodologia da Língua Pátria, ditado na antiga Escola de Aperfeiçoamento de Belo Horizonte e no Curso de Administração do Instituto de Educação, orientou este ensino tendo como base sólidos princípios científicos. Estendeu-se a aplicação deste método por várias escolas de Minas, intermediada pelas professoras diplomadas pela Escola de Aperfeiçoamento.

2.3. Os Jornais Escolares

Uma das atividades que se destacaram foram os jornais escolares, os quais sempre estiveram presentes na Escola Normal de Ouro Fino e contribuíram para a sua memória social, pois os professores e alunos registraram nesses, grande parte de suas trajetórias nesta Escola.

O empenho para a utilização dos jornais escolares, teve como referencial a grande utilização, principalmente como fonte de recuperação dos projetos coletivos que circulavam dentro da escola.

Estes revelavam não só o cotidiano escolar, a relação alunos, professores, administração e as grandes preocupações com o futuro, a educação e o progresso, assim como valorizavam o trabalho do aluno como divulgador de informações de sua sala, da escola e da cidade.

Os Jornais que circularam na Escola Normal ocuparam lugar privilegiado, a partir de 1929, pois foram formadores de opinião, cultura e disseminadores da memória social da Escola.

Nicolau Sevcenko (2004, p. 29) justifica a presença dos jornais:

Nem espelho do real, nem falsificação grosseira. Há muito que aprender sobre o processo pelo qual o jornal não só fala do mundo mas participa efetivamente da produção da imagem que todos nós compomos da realidade do cotidiano.

Devido à grande circulação de seus exemplares, fez-se necessário ressaltar alguns periódicos.

O primeiro, "ORGAM DO CORPO DISCENTE DA ESCOLA NORMAL", denominado "A ESCOLA", foi criado em outubro de 1929, sendo seus primeiros colaboradores os professores da Escola, tendo como *offícios gráficos*, a GAZETA DE OURO FINO. Neste número, foram registrados os seguintes textos: "A Pedagogia de Bárbara Heliodora", pelo professor Guerino Casasanta; "Por que a criança não aprende", professor Dr. Francisco Bueno Brandão; "A Metodologia do Ditado", Dr. Raul Apocalypse; "Os Ophydios e a Mussurana", Professor José de Almeida.

Em 1933, a Escola Normal criou outro jornal intitulado "VIDA DA ESCOLA", um Órgão Social - Lítero Científico Pedagógico, tendo à frente da diretoria as próprias alunas do 2º Ano de Aplicação. Faziam parte da diretoria Olga Tassoti, Redatora Chefe, Maria de Lourdes Morais, Redatora Social, Elza B. Carvalho, Redatora Pedagógica, Lúcia Lisboa, Redatora Esportiva, Itália Ferrari, Redatora Literária, Benedita Almeida.

Seus colaboradores eram bem determinados: *PROFESSORES, ALUNOS E AMIGOS DA ESCOLA NOVA*.

Em sua primeira página, o texto "*Razão de Ser*" fazia uma advertência às alunas para que gravassem sempre na memória este teto amigo e tão cheio de vida da Escola Normal, e que este deixasse em cada uma traços bem profundos, citando os ensinamentos de Platão:

A memória é um viveiro, onde os pássaros voam. Vão embora sem deixar vestígios, essa, a mal organizada; a bem organizada é como uma tabôa da cêra em que os fatos ficam. (JORNAL "VIDA DA ESCOLA", 27 de agosto de 1933, p. 1).

O Jornal “Vida da Escola” (1933) também enfatizava a importância do hábito do estudo como essencial para a Pedagogia moderna, destacando que a escola deve ser o prolongamento do lar, assim como a importância da assistência da família, a função dos pais como auxiliares dos mestres no acompanhamento do progresso dos filhos. Este jornal tornou-se, assim, o divulgador do ideal que a Escola Normal de Ouro Fino pretendia buscar no seu cotidiano: o amor e o interesse pelo estudo.

Em 1937, as alunas do curso normal criaram o jornal “ALVORADA”, saindo somente sua primeira edição. Porém, em 1949, por ocasião da instituição do Ginásio Estadual, os alunos da 1ª série “A” retomaram o periódico com o mesmo nome, no dia 05 de novembro, em comemoração ao centenário de nascimento de Rui Barbosa. Neste número, o jornal fez menção à grande inteligência e patriotismo de Rui Barbosa, o qual elevou o Brasil no cenário político e social do mundo.

Assim, também a Escola Normal de Ouro Fino poderia ser uma formadora de sabedoria e patriotismo, como Rui Barbosa o foi, apresentando poemas de alunos como “Poetas da Escola”.

No dia 03 de março de 1941, criou-se outro jornal da Escola Normal com o título: “LEGIONARIAS DO BEM DA ESCOLA NORMAL”, expressão esta sugerida pelo Fiscal, Professor Mário Francis Pinto. Através do voto foram eleitas as seguintes alunas para dirigirem o referido jornal: presidente, Marina Pinto Ribeiro, secretária, Isolina Paulo e tesoureira, Lydia Junqueira. No dia 27 de março do mesmo ano, foi sugerido às alunas, pelo professor Dr. Krisanto de Avelar Muniz, que complementassem o título com “A VÓZ DOS ESTUDANTES”, passando a denominar-se “A VÓZ DOS ESTUDANTES” - ORGÃO DA ASSOCIAÇÃO DAS LEGIONARIAS DO BEM, DA ESCOLA NORMAL”.

Com seu nome já modificado, sua diretoria ficou assim constituída: Diretora, Célia Minolli, 1ª. Tesoureira, Ivone Favilla, 2ª. Tesoureira, Wilma Ferrari, redatoras, Elody Guidi e Maria Mercedes Miranda e revisora, Vitalina Marinho.

Em algumas ocasiões, os jornais da escola demonstravam a posição política da instituição através do grupo que o redigia ou os modos pelos quais a escola se fazia divulgar. A exemplo disto, tem-se

uma manifestação que demonstrava, na época, o apreço da Escola Normal de Ouro Fino ao presidente Vargas, por ocasião do seu aniversário. No jornal do dia 10 de maio de 1941, o texto mencionou o presidente como “Dr Getúlio Vargas”, com expressões “nobre caráter”, “prestigiosa figura” ou com o título “Chefe da Nação”, por ocasião de seu natalício.

Em 1941, começou a ser impresso o “ALVORADA”, jornal de grande destaque, pois as matérias apresentadas eram mais abertas, havia um espaço para curiosidade, diversões e outras novidades.

Ao dialogar com diferentes campos de produções educativas da Escola Normal, suas singularidades, especificações, o lugar de cultura, retoma-se o pensamento de Carvalho e Nunes (2004, p. 127) sobre as práticas escolares, sugerindo:

Desnaturalizar “a escola enquanto objeto de investigação, concebida como produto de práticas (...) diferentes que se entrecruzam sob formas distintas (desde relações de complementariedade até relações de contradição)”. CADERNO DE EDUCAÇÃO, N°3, jan/dez/2004)

Para se analisar toda estrutura pedagógica que se deixa transparecer através dos materiais escolares, alguns pontos devem ser considerados, entre os quais a própria utilização destes dispositivos pedagógicos.

Necessário se faz analisar os modos de aquisição de conhecimentos e habilidades dos quais os professores dispunham, para que se possa prosseguir e aprofundar nas discussões teórico-metodológicas dos mesmos.

Complementam este pensamento as considerações de Forquin (1992, pp. 33-34):

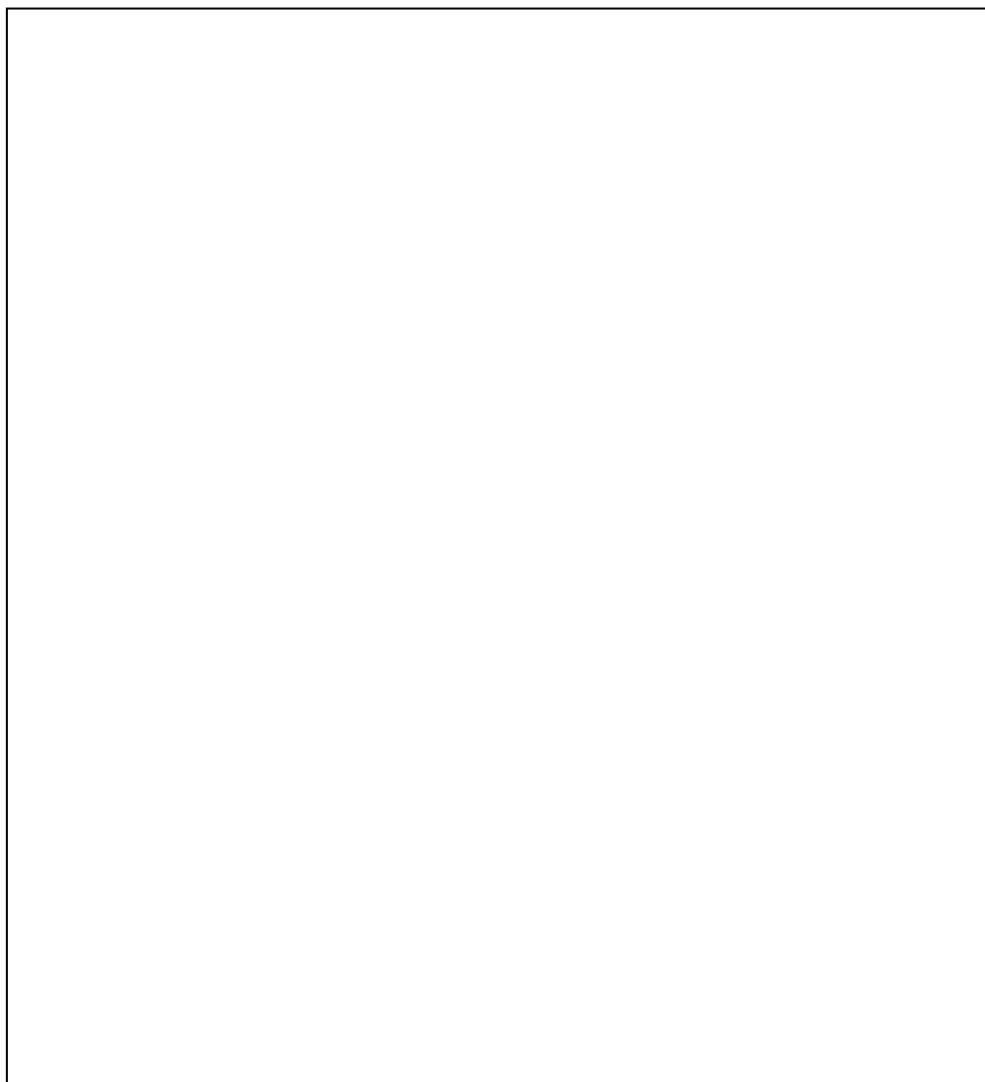
A cultura escolar apresenta-se como uma segunda cultura com relação à cultura de criação ou de invenção, uma cultura derivada e transposta, subordinada inteiramente a uma função de mediação didática e determinada pelos imperativos que decorrem desta função, como se vê através destes produtos e destes instrumentos característicos constituídos pelos programas e

instruções oficiais, manuais e materiais didáticos, temas de deveres e de exercícios, controles, notas, classificações e outras formas propriamente escolares de recompensa e de sanções.

Trabalhar com este material significa resgatar experiências pedagógicas desenvolvidas nos tramas do fazer educacional do passado, dimensionando seus principais problemas, resgatando suas experiências e suas concepções teóricas para interpretá-las à luz do presente.

Antônio Nóvoa (1997, p. 31) destaca a importância da imprensa como fonte para a história da educação:

A imprensa é, provavelmente, o local que facilita um melhor conhecimento das realidades educativas, uma vez que aqui se manifestam, de um ou de outro modo, o conjunto dos problemas desta área. É difícil imaginar um meio mais útil para compreender as relações entre a teoria e a prática, entre os projectos e as realidades, entre a tradição e a inovação,...São as características próprias da imprensa (a proximidade em relação ao acontecimento, o carácter fugaz e polêmico, a vontade de intervir na realidade) que lhe conferem este estatuto único e insubstituível como fonte para o estudo histórico e sociológico da educação e da pedagogia.



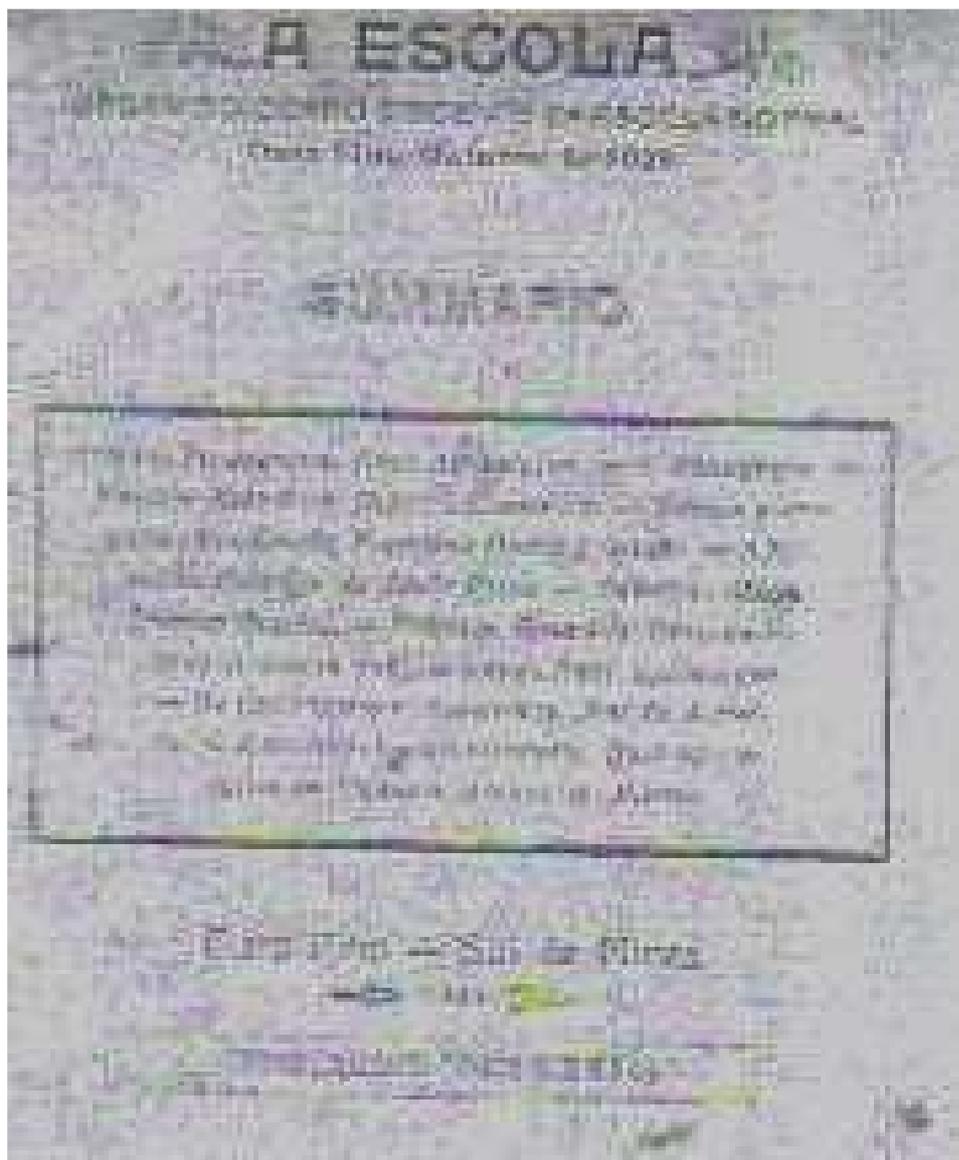


Figura 47- Primeiro Jornal da Escola Normal-1929
Acervo-Escola Normal.



Figura 48- Jornal "Vida da Escola- 1933- Acervo: Leyde M .Guimarães.



Figura 49- Jornal Estudantil – maio de 1941- Acervo Leyde M.Guimarães.



Figura 50 – Jornal Estudantil- 1939- Acervo Leyde M.Guimarães.

CAPÍTULO III

FRAGMENTOS DE MEMÓRIA: RECORDAÇÕES DAS NORMALISTAS

O passado sou eu mesmo, minha própria história, a semente de meu pensamento presente, o molde de minha vida atual.
R. L. Stevenson

3.1. Os meandros da memória das normalistas da Escola Normal

A partir de 1970, a pesquisa histórica privilegiou a dimensão do vivido, as lembranças, as vozes caladas, criando um campo interdisciplinar fecundo, que busca compreender o homem na sua dimensão histórico-social.

Tomamos a memória como Bosi (1987, p. 55), não como sonho, mas como trabalho que se articula entre as imagens do passado e do presente. O passado, numa perspectiva não só individual como coletiva. Cultivar a memória é preservar os sentimentos, as lembranças, as emoções, privilegiando saberes, crenças e valores.

O sentido atribuído por Thompson (1997, p. 52) às histórias que relembramos é que nunca são representações exatas do passado, mas trazem as suas marcas que se ajustam às nossas identidades e aspirações atuais. Assim, pode-se dizer que as lembranças são moldadas no presente pelas nossas identidades, sem afetar o que julgamos ter sido.

Kensi (1995, p. 109) acentua:

O sujeito busca construir uma identidade pessoal que em alguns casos, não é a mesma que ele possuía no passado e nem ele mesmo sabe disso (...) o que ocorre é que (...) as pessoas aproveitam para passar a limpo o passado e construir um todo coerente onde se mesclam situações reais e imaginárias.

O processo de recordar varia de pessoa à pessoa conforme a importância que se deu ao acontecimento no momento em que ocorreu. Nele se revelam emoções do narrador, sua participação no contexto histórico e como esta história o afetou.

Nora (1993, p. 18) esclarece sobre o ato de recordar:

A coerção da memória pesa definitivamente sobre o indivíduo e somente sobre o indivíduo, como sua revitalização possível repousa sobre sua relação pessoal com seu próprio passado. A atomização de uma memória geral em memória privada dá à lei da lembrança um intenso poder de coerção interior. Ela obriga

cada um a se lembrar e a reencontrar o pertencimento, princípio e segredo da identidade.

Compõe-se desta forma a história que se sedimentou na memória das normalistas da Escola Normal de Ouro Fino, envolvendo histórias de vida cujas buscas, conquistas, renúncias, conflitos individuais e como integrantes do coletivo, fazem parte do espaço sócio-cultural que compõe o material desta pesquisa.

O que significa escutar e documentar as narrativas destas ex-alunas?

Significa captar o imaginário social destas, o registro da trajetória de vida escolar individual ou em grupo, em épocas políticas e histórias diferenciadas, para as quais não se deu voz. Por outro lado, na abordagem da história cultural, reconheceram-se as normalistas como construtoras de sentidos e significados sobre fatos e experiências do mundo vivido. É na interação com estas personagens que se concretiza, dinamiza e se recria um trabalho cultural.

Ao relatar sobre a construção social da carreira do magistério, o significado de ser professora, a compreensão deste fazer feminino, a imagem da juventude de então, o cotidiano escolar, buscou-se também fazer destas histórias de vida elementos importantes para esclarecer lacunas, revelar o que permaneceu interiorizado.

A oralidade traz o trabalho da memória e, ainda o trabalho da palavra, do que é dito e do que é silenciado, pois o silêncio, na perspectiva que se compartilha com Orlandi (1997, pp. 33- 34), não fala. O silêncio é. O silêncio não está disponível à visibilidade (...) Ele passa pelas palavras. Não dura. Só é possível vislumbrá-lo, de modo fugaz. Ele escorre por entre a trama das falas.

A intenção foi de acolher lembranças, de ordenar vestígios, de lembrar, refletir e fazer balanço obrigatório do passado e avaliar o presente em constante transformação. Bosi assim nos explicita sobre a memória quando estimulada:

A memória é um cabedal infinito do qual registramos um fragmento. Frequentemente, as mais vivas recordações afluíam depois da entrevista, na hora do cafezinho, na escada, no jardim, ou na despedida no portão. Muitas passagens não foram registradas, foram contadas em confiança, como confidências. Continuando a escutar, ouviríamos outro tanto e ainda mais.

Lembrança puxa lembrança e seria preciso escutar o infinito.
(BOSI, 1994, p. 39.)

Sendo assim a memória pode ser considerada conservação do passado, no qual o mesmo sobrevive sob a forma de lembrança. A lembrança acontece quando provocada, quando alguém ou algum fato nos conduz de volta ao passado. É assim que a memória desafia o pesquisador para explicar as relações entre coisas e pessoas, dentro de instituições que reúnem lembranças individuais e grupais.

Assim também nos explicita Ecléa Bosi:

As lembranças grupais se apóiam umas nas outras formando um sistema que subsiste enquanto puder sobreviver a memória grupal: se por acaso esquecemos, não basta que os outros testemunhem o que vivemos. É preciso mais: é preciso estar sempre confrontando, comunicando e recebendo impressões para que nossas lembranças ganhem consistência. (BOSI, 2003, p. 414).

Neste contexto, foi importante aliar ao conjunto documental, as narrativas das ex-alunas que pertenceram à Escola Normal de Ouro Fino no período estudado.

Perrot (1989, p.13) acrescenta a modalidade oral como instrumento fundamental para o registro da memória acentuado nas características femininas: a enorme habilidade das mulheres para guardar objetos pessoais, fotografias, transmitir histórias vividas, individuais e coletivas da família e dos grupos com os quais manteve ligações, destacando-as, portanto, como “guardiãs da memória”.

Os depoimentos das normalistas foram feitos em suas próprias casas para que se deixassem fruir através de seus relatos, cheios de interfaces emocionais, viéses variados e capciosos-silêncios, fantasias, distorções, omissões, fazendo emergir suas histórias de vida, mais do que identificando - as, mas também explicando suas razões.

A Escola Normal tornou-se uma “história viva”, um espaço de muitas narrativas porque nela se criaram vínculos, construíram-se amizades, pontos de referência, trajetórias diferentes, sentimentos agradáveis e flirts que se consolidaram em matrimônio.

Muitas lembranças são evocadas quando se fala no tempo escolar: a lembrança dos professores, a competência técnica destes, a severidade, a elegância no trato social, e a preferência de alguns por determinados alunos, seja pela classe social ou política partidária.

Estas lembranças permitiram alguns questionamentos:

Como as normalistas se relacionavam no cotidiano escolar? Que sonhos alimentavam?

Ao desvendar os seus segredos, encontrei histórias comuns e outras fascinantes ao mesmo tempo, entremeadas por momentos de alegria e de tristeza que ficaram muitos anos silenciados, principalmente naquelas que sofreram discriminações dentro da escola.

A professora Oswalda Guilhermina Jardim, mais conhecida por D. Guili, formada em 1934, professora de Educação Física na Escola, recorda:

Além das professoras que Delmira falou, eu quero citar o nome da D. Leonorzinha, (pausa) Casasanta. Ela deixou muitas saudades pelo jeito de ensinar e conduzir a classe. Eu tinha muita admiração por ela. O que eu sei de Português eu devo a ela. Cheguei a ser professora de Português em Brasópolis, nove anos. Estou lembrando o nome de outra professora... Dona Maria do Céu, dava aula de Psicologia, mas não aplicava o que sabia, ela só gostava de alunas que tinham posses, como a Elza, filha de fazendeiro. Esta aluna foi escolhida por ela para fazer parte da comissão de formatura. Elza que estipulou a taxa de formatura: 100 reais". (Não era esse dinheiro, interfere a irmã D.Marta, você está contando no tempo antigo). Nós não podíamos pagar este dinheiro para participar da formatura, pois a família era grande, onze pessoas. As minhas irmãs ajudavam em casa, mas eram professoras

A professora Marta Jardim, irmã de Guili, estudando ambas na mesma sala, não só recorda as coisas boas que a Escola ofereceu, como também não se esqueceu do episódio da formatura, nem de D.Maria do Céu.

D. Maria do Céu veio de fora para trabalhar em Ouro Fino. Era muito altiva. Ela que organizou nossa festa de formatura. Geralda Marinho foi escolhida para ser a oradora e eu e Guili para prestarmos uma homenagem ao Noraldino Lima, Secretário da Instrução de Minas Gerais. Recitei uma poesia. Ao terminar a sessão, Dona Maria do Céu disse a nós alunas que não havíamos colaborado com o dinheiro para as solenidades. Vocês já receberam o diploma, então rua! (Foi como ela disse). Nas outras solenidades vocês não farão parte! Éramos cinco: Esther Trindade, Mariana Silvério Dias, Edite, Guili e eu. Mas graças a Deus fomos bem sucedidas na carreira profissional. (Marta Lemos

Jardim, formanda de 1934, foi Diretora por muitos anos do Grupo Escolar Cel. Paiva)

O fato relatado pelas ex-alunas justifica-se, através da dimensão da oralidade, como estas gerações se sujeitaram a demandas e às políticas diferenciadas. Também dá-se visibilidade a grupos que sofreram discriminação e subordinação exercidas pelas classes dominantes.

Apesar das narrativas rememorarem alguns aspectos individuais de cada entrevistada, a memória coletiva também é ativada, pois cada normalista, ao contar a sua história, considera o contexto sócio-histórico presente àquela época.

A ex-normalista, Delmira Mattos recorda-se de um fato ocorrido numa apresentação literária da turma, a qual provocou muito risos:

Nesta apresentação, eu declamei o poema “Pássaro Cativo” do poeta Olavo Bilac. Havia no cenário uma gaiola com um pássaro. No final do poema, eu deveria abrir a gaiola e soltar o pássaro, para encenar o poema, dando uma lição prática da liberdade que os pássaros merecem. Foi o que eu fiz. Mas como era noite, não houve meios do pássaro sair da gaiola, mesmo assim todos aplaudiram, nós demos muitas risadas depois. (Delmira Mattos, formanda de 1937, professora de Português da Escola Normal de Ouro Fino).

Nestes espaços de sociabilidade onde ocorriam os auditórios, fomentou-se um novo modelo nacional, visando a consolidação de certos hábitos cívicos, sadios, buscando estratégias para homogeneizar comportamentos a fim de implementar o projeto nacional.

Nestes casos, Bourdieu (1989, p. 12) explicita:

A Escola funcionava como um mercado de bens simbólicos, que procurava ajustar a performance de seus alunos aos novos padrões da época, reforçando o que seria aceitável socialmente e o que não era aceitável socialmente.

O depoimento da normalista Terezinha Almeida pode evidenciar como a Escola Normal prescrevia a conduta das normalistas, exigindo o cuidado com a aparência, os gestos, o tom de voz e a forma de portar-se com polidez diante das autoridades, dos mais velhos e até dos cidadãos comuns e, principalmente, o compromisso com a verdade:

Nesta época, a disciplina era muito rígida, mas na minha classe (risos) a maioria era insubordinada. Nesta época era diretor da escola o Dr. Waldomiro, que nos comunicou que teríamos um (pausa) um novo inspetor e seu nome era Dr. Mário, muito rígido e sério. Acho até que foi colocado para nos botar no caminho certo. Um dia minha colega Marina Parreira (mais conhecida por Valila) e eu, conversávamos, ela descascava uma lima, estávamos perto da janela. Ao olhar para o corredor, percebi Dr. França lá embaixo. Então exclamei: Valila cuidado! Mas não deu tempo, a película já havia saído das mãos da Valila. Nervosa, comecei a olhar a direção que a película (da lima) iria tomar. Balançando, balançando, não é que caiu na careca do Dr. França! Aí foi uma desordem. (...) Aí Dr. Mário chegou na classe... queria saber quem havia jogado... E ninguém se acusava, é lógico... Só eu e a Valila estávamos lá fora... Daí a Valila tremia, ficou amarela, parecia que ia ter uma vertigem. Ficou muito tempo, por uns três minutos, todo mundo em silêncio, tremendo. Dr. Mário falou que se ninguém se acusasse, ele iria nos suspender de aula por uma semana e todos os professores iriam dar zero. Valila levantou e disse: Fui eu, Dr. Mário, descuidei, descascando uma lima e caiu... Aí levamos um sermão de mais de uma hora. (Terezinha Almeida Hartung, formanda de 1950)

Mesmo com toda rigidez do sistema, as alunas burlavam a vigilância. Esta burla era uma tática de apropriação do espaço escolar que demarcava a existência de uma produção de uma forma e de uma cultura escolar que escapava do controle dos dispositivos legais. Pelo depoimento de Maria José de Barros Amaral, mais conhecida por Bila, percebe-se como as regras eram burladas:

No meu tempo de moça, tinha que estudar na Escola Normal. Curso para mulheres, quem não era professora não era nada. Entrei na escola em 1944, os professores eram ótimos, Sr. João Rodrigues, D. Delmira, D. Tereza Guarini. De D. Ináh, tenho muitas recordações. Ela dava aula de desenho e morava perto da escola. Se ela virasse a esquina e nos visse na janela podia saber que tínhamos notas baixas. Quando ela apontava na esquina corríamos todas para os "lugares da D. Ináh", não no nosso lugar normal na sala, e sim pela ordem da chamada. Então ela começava, número, 1, 2, 3... aí de quem saísse deste lugar. Ela era ótima professora, mas muito enérgica. Comemoramos, 25, 50 anos de formatura e esperamos comemorar os 60 anos. Pena que algumas já são falecidas, mas são sempre lembradas. (Maria José de Barros formou-se em 1950, não exerceu a profissão de professora).

Mesmo exigindo das normalistas uma postura adequada à missão que pretendiam assumir, as “artes” da turma são lembradas com frequência por elas.

Terezinha lembrou-se das aulas de Dr. Chavasco, com detalhes:

Dr. Chavasco dava aula de Biologia prá nós. Em uma de suas aulas, ele chegou muito calmo, lento mesmo, sentou, tirou o relógio do bolso, o relógio era de ouro. A corrente de barbante implicáva-nos. Sobre sua mesa havia também uma caveira. Um dia Edir muito levada, peralta mesmo, resolveu botar um chapéu e um cigarro na caveira. E dizia: Vamos fazer uma homenagem a Dr. Chavasco. Todas concordaram. A caveira tinha um nome... O nome da caveira não me lembro. Foi colocada embaixo também uma faixa. (não me lembro o escrito) Todas achando que faríamos sucesso. Ele fez a chamada e elogiou: Que linda que ficou a caveira! Que gracinha! Todas riram achando que tinha gostado. Mas ele falou: Vocês não farão prova e zero! Saiu da sala e foi chamar o Dr. Waldomiro que era o diretor na época. (Terezinha Almeida Hartung, formanda de 1950, não exerceu a profissão).

Quase todas as normalistas entrevistadas mencionaram o rigoroso processo de seleção para ingressar no Curso de Magistério, mas ao mesmo tempo falaram com orgulho da Escola Normal como educação modelo da época e a importância que a Escola exerceu sobre sua formação profissional e construção de sua identidade, deixando marcas e lembranças até hoje.

A ex-normalista Itália Burza também fala com muito carinho da Escola Normal:

Eu tenho orgulho de ter estudado na Escola Normal, uma escola de tradição, de cultura. A Escola se destacou no Estado de Minas. Os professores eram excelentes. Tenho só boas recordações deste tempo. (Professora há 30 anos, Itália Burza, formou-se em 1942).

A ex-aluna Zoraide assim se expressa sobre a Escola:

A Escola Normal só me traz boas lembranças: o carinho e a dedicação dos professores. Lembro-me de que eu não podia comprar todos os livros, então Dr. Raul Apocalypse, percebendo que eu não tinha, me doou o livro que era adotado, “NOSSO IDIOMA”, usado em todas as aulas de português. Isto eu nunca mais esqueci... Este livro era muito bom, tanto que foi usado para pesquisa de meus filhos e até dos meus netos. (Professora Zoraide Fleming Bolognani, formanda de 1941, esteve em exercício no magistério 30 anos).

A professora Julieta também recorda os momentos marcantes de sua vida como professora na Escola Normal:

O que marcou minha vida, além de me realizar como professora de Educação Artística e Ensino Religioso da Escola Normal, era o carinho que os alunos me dedicavam. O que me emociona foi ter sido 25 anos paraninfa do Curso do Magistério. Houve um ano que fui paraninfa de todos os cursos, não só do CURSO DE MAGISTÉRIO, como do CURSO DE PATOLOGIA, COLEGIAL E DO GINÁSIO, aliás, fui eleita paraninfa de todos os cursos da cidade desde “Chapeuzinho Vermelho (Pré-Escola) até do Curso de Estudos Sociais da Faculdade de Filosofia (ASMEC) de Ouro Fino. Fiquei muito envaidecida. Meu Deus! Pensei... Como vou falar para todos estes jovens para as crianças, para os adultos? Comparei-os, todos... como um jardim: as crianças os botões a desabrochar, os jovens a primavera e os adultos, a florada.

Léa Bailoni, embora não tenha se formado em 1950, era aluna do terceiro ano e relembra:

Naquele tempo (risos) era muito bom estudar na Escola Normal. Tive ótimos professores, até nossa paraninfa na formatura foi a D. Ináh Maria de Sá, professora de Artes. Dona Tereza Guarini era professora de Metodologia, muito inteligente e competente, mas também severa. Já a D. Clymene nos ensinava tudo sobre higiene e como tratar de uma criança... Foi um tempo muito bom (risos) pelas brincadeiras também.

Nota-se a exigência que se fazia na Escola Normal de Ouro Fino, alicerçada nas visões democráticas do período republicano, que clamavam por mudanças estruturais, de higiene, disciplina e ordem, que traziam esperanças de um novo país mais progressista diante do advento de uma sociedade moderna.

O posicionamento da Igreja Católica neste cenário foi conflituoso na medida em que procurava criar seu próprio espaço.

A Igreja também se beneficiava e se fortalecia através das oligarquias, recebendo doações tanto financeiras, como por meio de terrenos para construção e expansão de seus colégios católicos, principalmente no ensino secundário.

Em Minas, o poder da Igreja Católica era evidente, pois se o Brasil contava com seis bispos, dois deles estavam em Minas, cuja simpatia pela República previa melhores dias para a Igreja. A Escola também deveria se emoldurar segundo as influências cristãs.

Há reflexão sobre uma certa feminização da devoção a “Maria”, cuja figura da mulher virgem e mãe, mediadora entre o céu e os homens, metáfora da Igreja domina as práticas de devoção.

Este forte caráter religioso pode se perceber também na formação das normalistas da Escola Normal de Ouro Fino, pois as entrevistadas todas eram católicas e quase todas pertenciam à Irmandade das “Filhas de Maria”, destinada às moças solteiras.

A ex-aluna, professora Esther Trindade Ramos, manifesta esta influência religiosa e a devoção a “Mãe de Deus, no poema intitulado “Um sonho lindo” homenageando todas as colegas com o nome “Maria”, lembrado por ocasião da missa de sétimo dia de falecimento da ex-normalista e colega, Olga Guidi Almeida, em 17 de agosto de 2005.

UM SONHO LINDO

Esther Trindade Ramos

*Tarde da noite eu orava
A Virgem da Conceição.
Pouco depois, rezava
Sem fazer toda oração*

*Tive um sonho comovente,
Nunca mais pude esquecê-lo
Pra guardá-lo eternamente,
Resolvi escrevê-lo:*

*Nossa Senhora arrastando
Alíximo Imenso vêu;
Dentro dele ia levando
trinta moças para o céu*

*Ao longe, ouvia-se um hino
Eu prestei bem atenção,
Eram moças de Ouro Fino
Em imensa proximidade.*

*Bem junto a Nossa Senhora:
Olga, Belica e Irene,
Inízia, Ana e Aurea,
Geralda, Chylene.*

*Maria José, Níinha,
Conceição, Maximina,
Aurora Mutas, Mariquinha,
América e Ursulina.*

*A Maria Conceição,
A Maria lá de casa,
A Mariinha Brandão
Todas elas tinham asas.*

*A Maria Martinele,
Mais a Maria Gordinha
A Hercília Batisteli
A Sula e a Mariinha.*

*Era um bando que sorria,
Voador no mesmo céu
Mãe de Deus, quanta Maria!
Entrando todas no céu...*

- - - - -

Olga Maria Guidi Almeida

* 19/02/1918

† 17/08/2005

Figura 51- Texto da profª Esther Trindade homenageando as colegas com nome de "Maria". Lembrança da Missa de 7º dia da aluna Olga Maria Guidi de Almeida Acervo: Maria Célia do Nascimento.

Ao receber a fita azul, as jovens tornavam participantes da “Irmandade das Filhas de Maria e prometiam através do juramento ser fiel a “Ela”. De uniforme branco, véu na cabeça, fita azul no pescoço, estas jovens normalistas recitavam o ofício de Nossa Senhora, e rezavam o terço às 18h30m na Igreja Matriz de São Francisco de Paula. Todos os dias do mês de maio, dedicado a “Maria”, levavam as crianças vestidas de anjo, com coroinhas na cabeça, asas brancas para coroar Nossa Senhora. No último dia do mês de maio, as “Filhas de Maria também prestavam sua homenagem a Nossa Senhora, coroando-a e fazendo a oferta do coração à Virgem. Essas devotas de Nossa Senhora também preparavam as crianças para a “Primeira Comunhão” e “Crisma”, participavam da procissão de Corpus Christi e da Semana Santa. Muitas delas permaneceram “Filhas de Maria” por toda vida. Era muito comum se ouvir “hoje faleceu uma professora, Filha de Maria”. Neste mês também Julieta Burza, presidente da Irmandade, relembra todas as “Filhas de Maria” falecidas, homenageando-as.

Outras atividades ocuparam a vida das normalistas, identificando-se com outros trabalhos como a “Obra do Berço”, criada por Maria de Lourdes Silva, ouro-finense, ex-aluna da Escola Normal, que ao tomar o hábito de freira passa a chamar-se Irmã Serafina. Seu trabalho beneficiava às mães casadas, sem condições financeiras, com o enxoval do bebê. Este trabalho continuou através de sua irmã, a professora Maria da Conceição Silva, até seu falecimento. Esta obra continua beneficiando as mães sem condições financeiras até os dias de hoje em Ouro Fino, pela dedicação de Dalva Alves Ribeiro Silva. Oficializada em 10 de outubro de 1963, registrada como nº 53, em 27 de setembro de 1965, declarada de utilidade pública, funciona à rua Sebastião Pires, 266.



Figura 52- Acervo de Dalva Alves Ribeiro Silva - Irmã Serafina - s/d.

As atividades da “Obra do Berço” iam de encontro às propostas das “associações filantrópicas” do Brasil, criadas no final do século XIX, poucas conhecidas, com exceção das Santas Casas e do Instituto de Assistência e Proteção à Infância, criado pelo médico Moncorvo Filho, no Rio de Janeiro.

A filantropia permitiu às mulheres participarem efetivamente da vida nacional nos serviços prestados à população nos institutos de ensino, de saúde e do desenvolvimento do conhecimento científico, embora vistas como coadjuvantes, meras organizadoras de festas para levantamentos de fundo, pois na historiografia brasileira, a imagem da filantropia aparece como obra essencialmente masculina.

As normalistas também se dedicaram aos trabalhos nos núcleos de colonização, dando instrução aos imigrantes, pois o próprio REGULAMENTO DO POVOAMENTO DO SOLO BRASILEIRO, de 16 de maio de 1907, de Instrução Primária, determinava a criação de escolas primárias nos Núcleos. Na Colônia, (município de Ouro Fino), hoje cidade de Inconfidentes, o Núcleo era dividido em: Escolas Federais do Núcleo (1912-1918), sendo professora da Escola Feminina, Júlia Sanches Romagueira, e da Escola Masculina, Francisco José Afonso Guimarães Filho. Nas Escolas Municipais (1915-1918), a professora da Escola Feminina, era Dona Capitulina Almeida, e Prof.

Theóphilo de Almeida Fleming, da Escola Masculina, ambos ouro-finenses. (Extraído do Relatório do Diretor Theóphilo Tavares Paes, em 31/01/de 1917 e do livro *“Inconfidentes, terra que me viu nascer”*, da Professora Leyde Moraes Guimarães, pp. 119-120).

“Colonizar”, do latim “colo”, significa tanto cultivar a terra quanto formar o homem. O processo de colonização deu-se através da posse e exploração da terra, na dominação dos habitantes primitivos, da educação como aculturação e da inculcação dos valores dos colonizadores, através da catequese aos colonizados. Neste processo, a educação constituiu-se em aculturação por serem impostas as tradições e os costumes do colonizador ao colonizado. (Extraído de Educação em Revista, nº 3, Belo Horizonte, jun/2000, p. 52). Assim também ocorreu com os imigrantes no sul de Minas.

As professoras que se dispuseram a trabalhar no núcleo tinham como missão aculturar o estrangeiro, transplantando-o para o país e construindo com ele o tão almejado e luminoso progresso que a República idealizava.

Evidenciando a presença marcante da imigração italiana em Ouro Fino, deve se registrar o *Circolo Ítalo –Brasiliano Di Ouro Fino*, para perpetuar a lembrança de um século de imigração das famílias italianas nesta cidade, alguns destacando-se como artesãos em pequenas indústrias, deram sua contribuição para o desenvolvimento da cidade de Ouro Fino. O Circolo inaugurado em primeiro de maio de 1997, cujo idealizador foi o vereador Vitório Luis Negri, registra os sobrenomes das famílias pioneiras que migraram, promovendo anualmente o encontro destas com músicas, comidas italianas e trajes típicos.

Para Perrot (1998, p. 82), é necessário refletir sobre o lugar que as mulheres ocupavam, tanto no século XIX, quanto no início do século XX.

Segundo esta, inexistente no nível político, forte e contida dentro da família, o lugar das mulheres, era extremo no imaginário público e privado, seja no nível político, religioso ou poético. Na política, as mulheres ouro-finenses foram eleitoras e raramente candidatas, mas pelo exercício do voto ou dando apoio aos maridos, parentes nos comícios, campanhas, visitando eleitores de casa em casa,

preparando alimentos para as eleições, recepcionando políticos, conseguiram resgatar seus próprios interesses, apoio político e muitos benefícios para a educação e obras sociais, suas principais bandeiras. Neste trabalho destacavam-se a ex-normalista, Maria Célia de Miranda, sobrinha de Francisco Bueno Brandão, chefe político local, e a Sra. Laura Paulini, que com muito diplomacia, participava da vida política de seu esposo, Krisanto de Avelar Muniz, tanto em nível municipal quanto como deputado estadual. Sua casa deixa a marca de um acontecimento histórico em Ouro Fino, onde se deu o “Acordo Café-com Leite”, conforme indica a foto nº 49 do Acervo da Prefeitura Municipal.



Figura 53- Casa Café-com Leite- Acervo: prefeitura Municipal de Ouro Fino.

Um dos momentos mais esperados pelas alunas era o da formatura, recordado com riqueza de detalhes: a entrada solene na Igreja, a missa e bênção dos anéis, o momento da colação de grau. Nas formandas, levadas com orgulho pelos pais para receber o tão esperado diploma, havia a ansiedade da chamada do seu nome em ordem alfabética, a emoção ao ouvir o “Hino Nacional, o baile de gala, a seriedade do juramento de fidelidade na profissão.

Prometo, no exercício do magistério, educar e instruir a criança, dando-lhe o senso de liberdade e de dignidade da pessoa humana. Formarei sua consciência cristã e cívica a fim de que, respeitando a hierarquia dos valores eternos e temporais, trabalhe para o engrandecimento de uma pátria melhor.

O juramento simbolizava o compromisso de quem estava pronto para assumir a vida profissional para a qual se preparou durante anos. Esse procurava sintetizar os ideais republicanos e cristãos que permearam o caminho do magistério, tendo como meta a luta para preservar a dignidade da criança. Para isto, preparou-se a normalista através da conscientização dos valores considerados primordiais

(morais, religiosos, cívicos), seguidos dos materiais, para que pudesse trabalhar para o engrandecimento da Pátria, divulgando a instrução e o saber como alicerces do progresso da nação.

Para Pavan (1996, p. 63), o Cerimonial de Formatura é um rito, pois destaca alguns símbolos do mundo social como o anel de formatura das normalistas, marcado de um lado pelo brasão nacional e de outro pela pena, que a transforma num símbolo das relações políticas.

Afirma ainda Pavan (1999, p. 3) que todo este ritual dava-se numa teatralização, com tempo definido, grande assistência, com toda a oficialidade do Estado, marcando a inserção destas mulheres num novo contexto social.

3.2 . Álbuns de Formatura

Ao “falar por imagens” a iconografia ensina e convence.

Maurício Lissovsky

Os quadros e álbuns de formatura podem ser considerados como indícios históricos - institucionais, pois reúnem fotografias de pessoas que marcaram, em conjunto, a vida escolar.

Os álbuns de formatura também são considerados como documentos-monumentos, como se refere Le Goff (1994). Entendida como fonte documental, o papel da fotografia é conservar o traço do passado. Ela conta uma história e auxilia a imaginação. Cabe ao historiador extraí-la do seu tempo e o imenso desafio de saber questioná-la.

O texto mimeografado da Galeria Rodrigues Pires, intitulado A fotografia e seus significados (2006, p. 1) assim expressa sobre a imagem fotográfica:

Toda imagem fotográfica, além do contexto em que foi criada, como a escolha e composição de elementos visíveis a todos e qualquer observador mais atento, vestuário, personagens, possuem “feridas” e “dores” pessoais e intransferíveis, percebidas individualmente e de maneira quase única. São interpretações direcionadas pela vivência e sabedoria dos observadores, que pertencem a uma determinada época e tradição.

Com relação ao afirmado no texto, pode-se perceber que a fotografia não é o reflexo da realidade. Seu mistério é a certeza de que o momento existiu, porém não se sabe, pela moldura histórica dos muitos elementos nela contidos, se o que está gravado realmente aconteceu. Somente o fotógrafo e o fotografado poderão construir indagações, dúvidas, sentimentos em torno do acontecido.

Ao analisá-la como fonte documental, Leite explicita: (1993, p.12):

É ilusório pensar-se que as imagens se comuniquem imediata e diretamente ao observador, levando sempre vantagem à palavra pela imposição clara de um conteúdo explícito. Na maioria das vezes, ao contrário, se calam em segredo, após a manifestação do mais óbvio: por vezes (...) desafiadoras em sua polissemia; por vezes, em seu isolamento, se retraem à comunicação, exigindo a contextualização, única via de acesso seguro ao que possam significar (...) são difíceis de se deixarem traduzir num código diverso como o da linguagem verbal. Quer dizer: a fotografia deve ser submetida a uma abordagem crítica para que de fato se revele, e o historiador se vê a si mesmo envolto numa teia de equívocos se não se atém obstinadamente ao rigor do método crítico de aproximação às imagens que ao mesmo tempo podem muito dizer e calar. Mas de pouco vale o método, se não se é sensível o olhar que se debruça sobre o outro olhar de outrora e que deve portar de algum modo, como diante do poema, a chave para uma interrogação, a resposta para um enigma que o guarda em si.

Mauad (1990, p. 19) assim explicita:

A fotografia como marco cultura de uma época não só pelo passado a qual ela nos remete, mas também pelo passado que ela traz à tona. Um passado que revela através do olhar fotográfico um tempo e um espaço que fazem sentido. Um sentido individual que envolve a escolha efetivamente realizada e um coletivo que remete o sujeito à sua época.

Se no início do século XX, a fotografia em quadros de formatura era considerada a cristalização da história institucional escolar, pelo momento único, cujos fatos foram congelados no tempo e conservados como materialidade institucional, o

progresso técnico aproximou-a da documentação ordinária na preservação de documento único.

Os quadros de formatura perpetuam o grupo que se desfez com a conclusão do curso, mantêm a presença do mesmo na instituição, fazem recordar as festividades de formatura, agregado pela indumentária, pelas autoridades que o legitimaram como também o momento em que foram perpetuados no quadro.

A análise de Pavan (1999, p. 3) leva a refletir, se olhar-se com atenção para as pessoas fotografadas, que a pose não é determinada somente pela exigência técnica, mas sim, como um desejo de mostrar o lugar social desse grupo que compartilha de uma mesma experiência profissional.

Pavan afirma que corpos, gestos, expressões e detalhes do vestuário submetem-se a uma homogeneização. Os homens parecem representar a ordem, destacando-se a seriedade, a discrição, a serenidade, características de um profissional da educação. Nas mulheres destaca-se a alegria e a satisfação, exprimindo o orgulho do trabalho de ensinar a ler e escrever.

Noutro enfoque, sobre a perpetuação da imagem fotográfica, Kossoy (1988, p. 45) complementa:

As fotografias, em geral, sobrevivem após o desaparecimento físico do referente que as originou: são elos documentais e afetivos que perpetuam a memória. A cena gravada na imagem não se repetirá jamais. O momento vivido, congelado para registro fotográfico, é irreversível, os cenários se modificam, se transfiguram e também desaparecem. O mesmo ocorre com os autores fotográficos e seus equipamentos... De todo processo somente a fotografia sobrevive... Os assuntos nelas registrados atravessam os tempos e são hoje vistos por olhos estranhos, em lugares desconhecidos: natureza, objetos, sombras, raio de luz, expressões humanas, por vezes crianças, hoje mais que centenários que se mantiveram crianças. (BORIS KOSSOY, 1988, p. 45).

Ao recordar seus álbuns de formatura pôde-se perceber o impacto das depoentes. Era como se o acontecimento estivesse ocorrendo naquele momento, possibilitando o seu reconhecimento e a sua reconstrução. Algumas fotos trouxeram saudades, outras emoções ao reconhecer nas fotos as pessoas queridas. Parece que ao manusear as fotos permitiu-se estabelecer uma integração maior entre entrevistado e entrevistadora, pois ambos passaram a partilhar do que era narrado diretamente, através das imagens, tornando menor a distância entre o que era reconstruído e o presente.

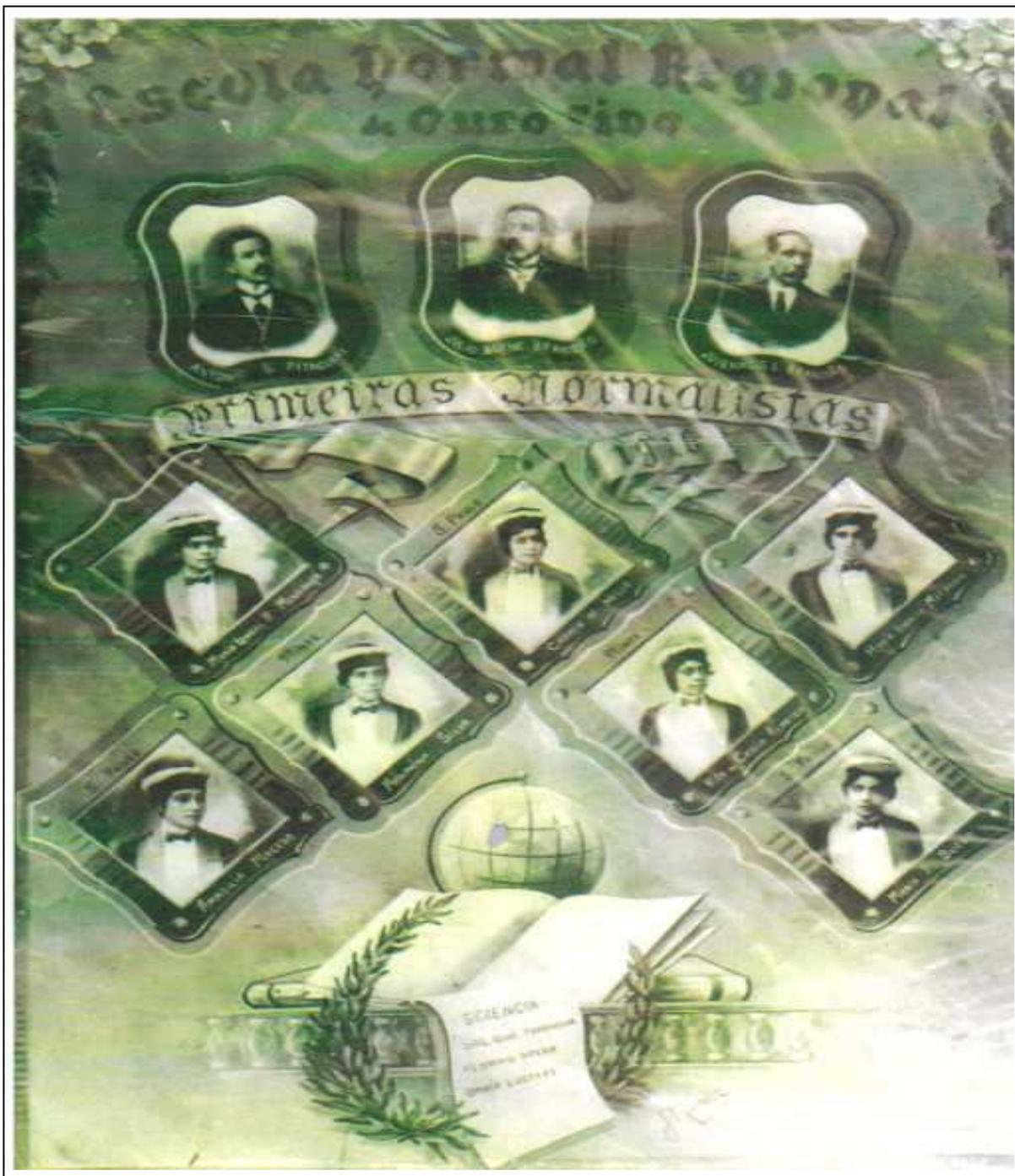


Figura 54-Acervo- Leyde Moraes Guimarães- Primeira Turma de Formandas da Escola Normal Regional de Ouro Fino.



Figura 55- Formandas de 1923 - Acervo de Maria Célia do Nascimento.

As fotos envelhecem e incorporam à vida de seus depoentes porque representam a experiência do vivido.

Mirian M. Leite explicita que cada fotografia é uma singularidade e não pode ser transferida para o plural (CADERNO PAGU, 1998, p. 338).

Percebe-se que alguns elementos marcaram o rito da formatura como as condições econômicas das famílias, o status social e a política partidária. Muitas não participaram das solenidades por questões financeiras. Outras, devido às divergências políticas da época, como conta Edir:

No último ano do curso de magistério (1950), convivi com 20 colegas, na época era a maior turma da Escola. Dentre nós, segundo os professores, a maioria era líder. Era uma sala de moças vivas... inquietas, reclamavam o que não achavam certo, o que não era comum na época. Há muitas coisas engraçadas, brincadeiras... O mais interessante que foi na época da política, e a política aqui em Ouro Fino era acirrada. Lideravam PSD e UDN. A classe era dividida: 6 eram do UDN e as outras todas do PSD. Durante o ano ajuntou dinheiro para a formatura. Chegando na época da formatura houve um desentendimento entre duas colegas, tendo que recorrer à justiça para a divisão do dinheiro. A festa ficou também dividida. No Éden Clube para as do PSD e no Salão da UDN para as que pertenciam a este partido. Somente na missa solene reuniram-se todas as formandas. Mas isto passou e continuamos unidas, pois comemoramos nossos 50 anos de formatura. Festejamos o Jubileu de Ouro, momento admirado por todos na cidade. Apesar das marcas do tempo, continuávamos com a alegria de sempre como se fosse no tempo da escola. (Profª Edir do Espírito Santo, formanda de 1950, Homenageada com a Medalha da Inconfidência pelos 40 anos de serviços prestados à educação de Minas Gerais.)

As alunas do ano de 1950 comemoram o “Jubileu de Ouro”, dia 02 de dezembro de 2000, juntamente com os antigos professores da turma João Rodrigues, Maria José de Souza Gissoni, Leyde Moraes Guimarães e Osvalda Guilhermina Jardim. A Gazeta de Ouro Fino registrou a solenidade:

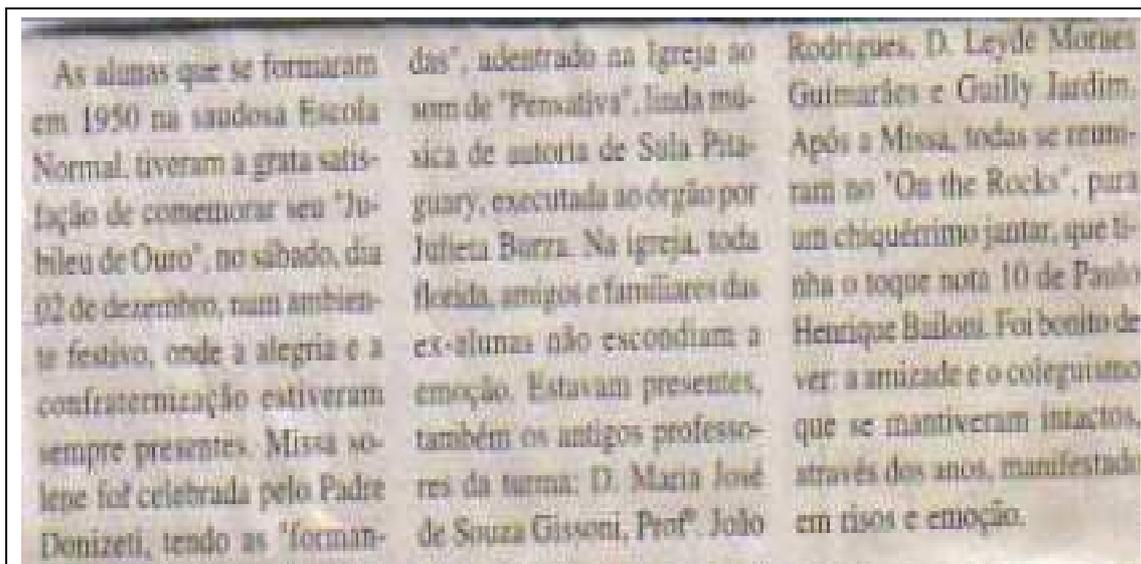


Figura 56 - Acervo-Maria Célia do Nascimento-Notícias do "Jubileu de Ouro" –dez/2000.



Figura 57- Cartão comemorativo-50 anos da classe de 1950- (frente e verso)
Acervo Maria Célia do Nascimento

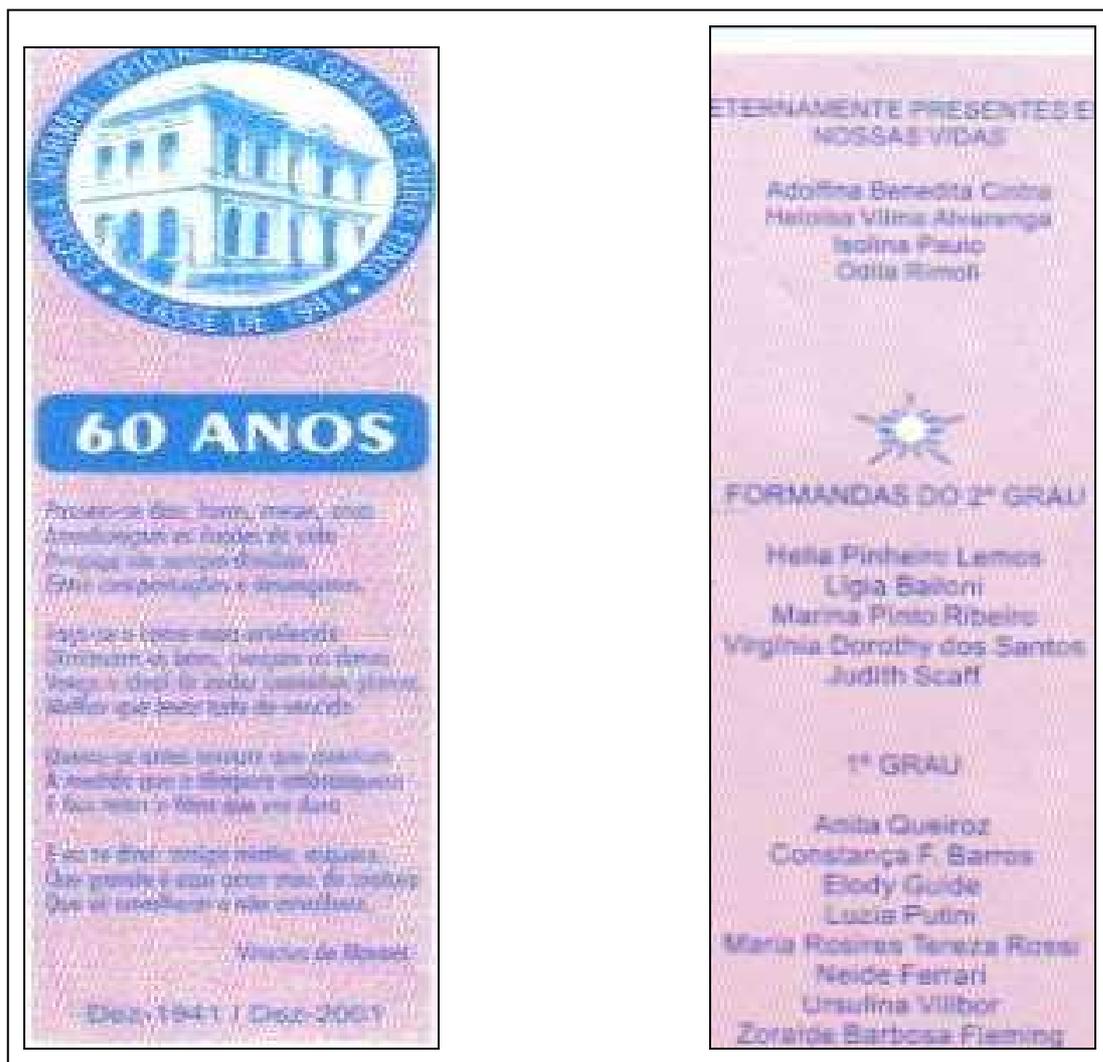


Figura 58-Cartão comemorativo de 60 anos-Classe de 1941-Acervo Maria Célia do Nascimento.



Figura 59- Comemoração dos 50 anos- Alunas da Escola Normal de Ouro Fino:Terezinha Almeida Hartung, fazendo a leitura da missa, Sonia Azevedo, Edir do Espírito Santo Maria Apocalypse e Bia Apocalypse.



Foto 60 -Turma de 50 acompanhada dos professoras Maria José de Souza Gissoni e Osvalda Guilhermina Jardim. Alunas: Terezinha Parreira Marcílio, Terezinha Almeida Hartung, Leny Muniz, Terezinha B.Franco, Bia Apocalypse, M^ª Sônia C.Azevedo, Martha A. Barbosa, Maria José C. Barros Amaral, (Bila) Zoraide M. Marineli, Maria José Carvalho, Rosita da Luz Franco, Edyr Macedo do Espírito Santo Maria José Lacerda e Maria Terezinha Lacerda.

As reminiscências tanto dos 50 anos como dos 60, trazem a foto e nome completo da Escola, a classe, como era denominada, e no verso o nome de cada formanda, e daquelas que ficaram na saudade.



Figura 61- Alunas da turma de formandas de 1950 no pátio da Escola.1949 Acervo Maria José C. Barros Amaral.

Nos álbuns, as alunas identificavam-se individualmente, suas folhas eram intercaladas com papel cartão grosso e folhas de seda. Na primeira página, vêm escrito com letras douradas o nome da instituição e o ano da formatura, destacando-se pelo modelo artesanal.

Os álbuns apresentavam uma disposição hierárquica. Em destaque, numa única página, o paraninfo seguido do diretor. Em alguns, por coincidência, o paraninfo era o próprio diretor. Seguiam-se páginas com o corpo docente e homenageados. A foto individual trazia o nome da normalista e a sua terra natal.

Em cada álbum também havia uma mensagem, geralmente escrita com letras douradas, acompanhada sempre de uma figura religiosa, escolhida como “patrono da turma”. Essas marcas de religiosidade e civismo são testemunhos da missão educativa que se pretendia implantar.

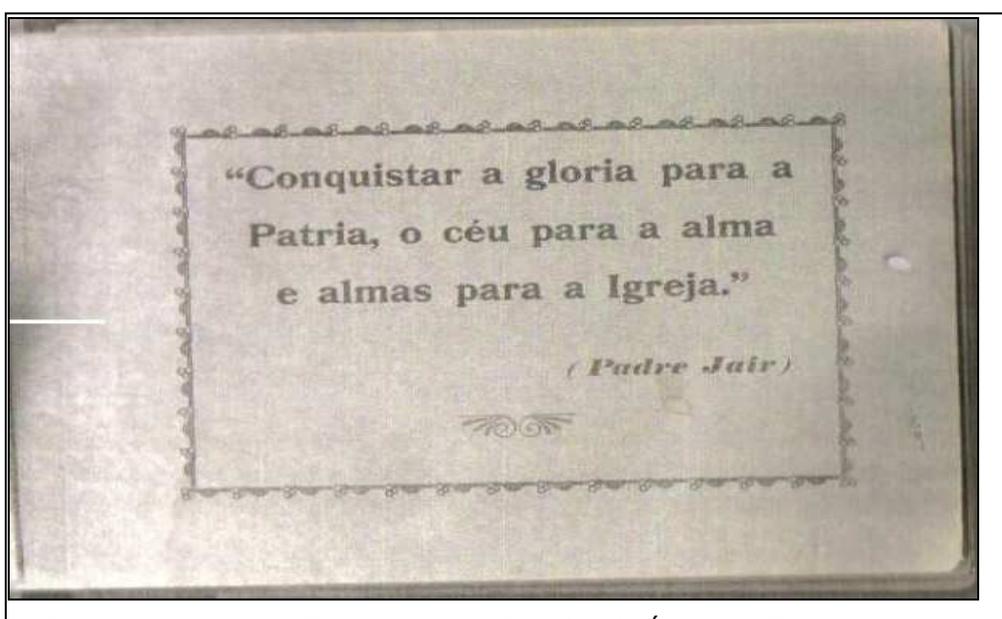


Figura 62- Acervo da Escola Normal - Extraído do Álbum de Formatura – 1944.

Logo em seguida, as normalistas vinham dispostas de duas em duas ou de três em três por página. Nem todas levaram para casa o álbum de formatura, apesar de ser uma lembrança coletiva, muitas não tiveram condições financeiras de adquiri-lo.

Nem todas levaram para casa o álbum de formatura, apesar de ser uma lembrança coletiva, muitas não tiveram condições financeiras de adquiri-lo. No entanto, individualmente, tiveram sua foto como lembrança. Alguns álbuns ainda foram conservados no arquivo iconográfico da Escola Normal, e trasladados para o hall de entrada, transformados em quadros de turma de formandas.

Seguem-se algumas fotos selecionadas dos álbuns de formatura que mostram a disposição hierárquica:





Figura 63- Homenageados de 1936- Professor José de Almeida e Inspetor Monsenhor Euclides Cintra- Acervo- Escola Normal de Ouro Fino.

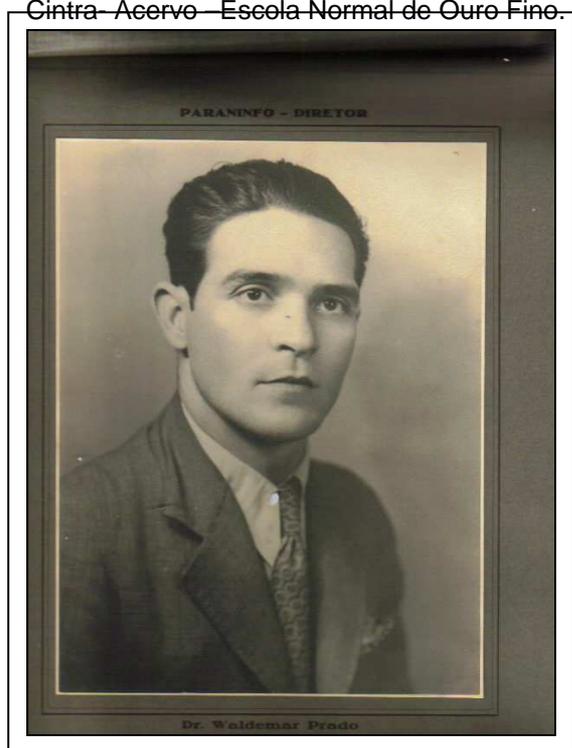


Figura 64
Acervo da Escola - Dr. Waldemar Prado
Diretor e paraninfo-1937

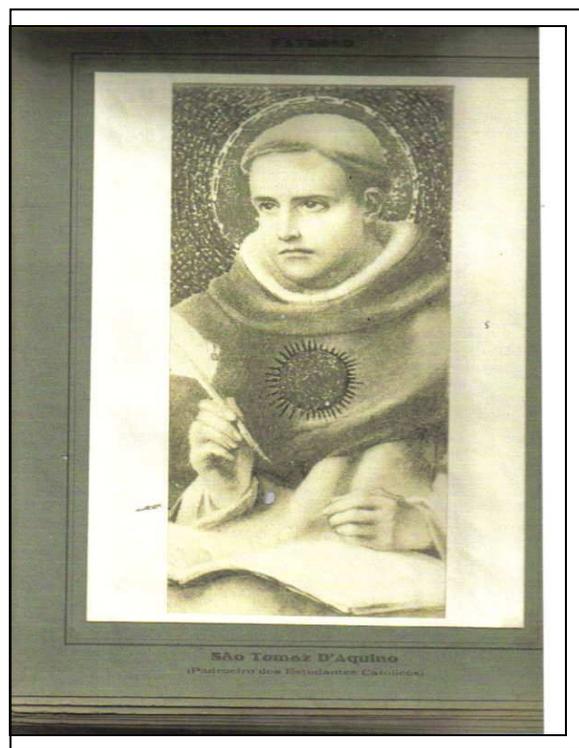


Figura 65
Acervo da Escola-São Tomás de Aquino
Patrono da turma de 1937





Figura 66- Profº Dr. José Guimarães - Homenageado em 1937
Professor Dr. José Guimarães, exerceu a direção da Escola Normal de 1953 a 1961.



Figura 67-Homenageados de 1939

1. Profª Rut Loyola Brandão
2. Prof. Sanches Pitaguary
3. Profª Paulita de Queiroz Miranda

Acervo da Escola Normal

Existia também uma regularidade na apresentação dos álbuns, as vestes, a postura, o olhar, devendo retratar a importância do momento.

Procurava-se visualizar na foto aquilo que não é dito. A pose, o vestuário, o significado social e psicológico são atributos neles embutidos.

Tereza Guarini, professora de metodologia, figura marcante na Escola Normal pela sua postura, elegância no trajar e nos gestos, correção e fluidez no falar. Todas as normalistas que foram suas alunas tentavam copiá-la como exemplo de professora e mulher.

A foto nº 68, com a imagem da professora Tereza Guarini, pode ser percebida como uma representação fiel da realidade e das palavras das ex-alunas.

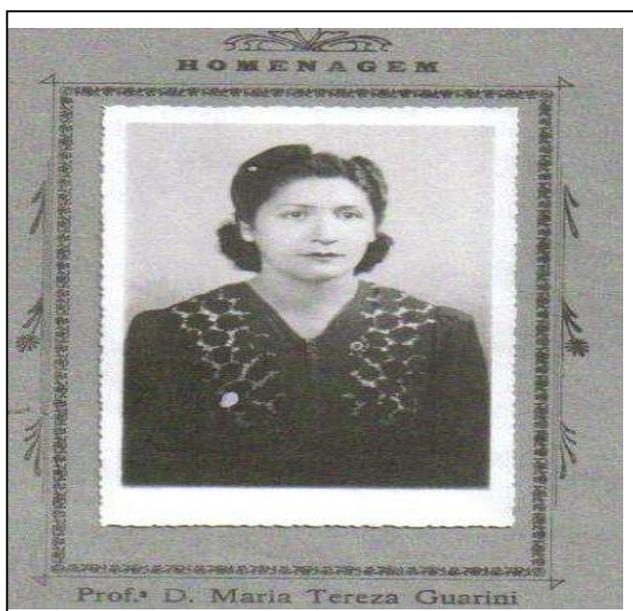


Figura 68- Acervo da Escola-Homenageada
Profª Maria Tereza Guarini- 1944

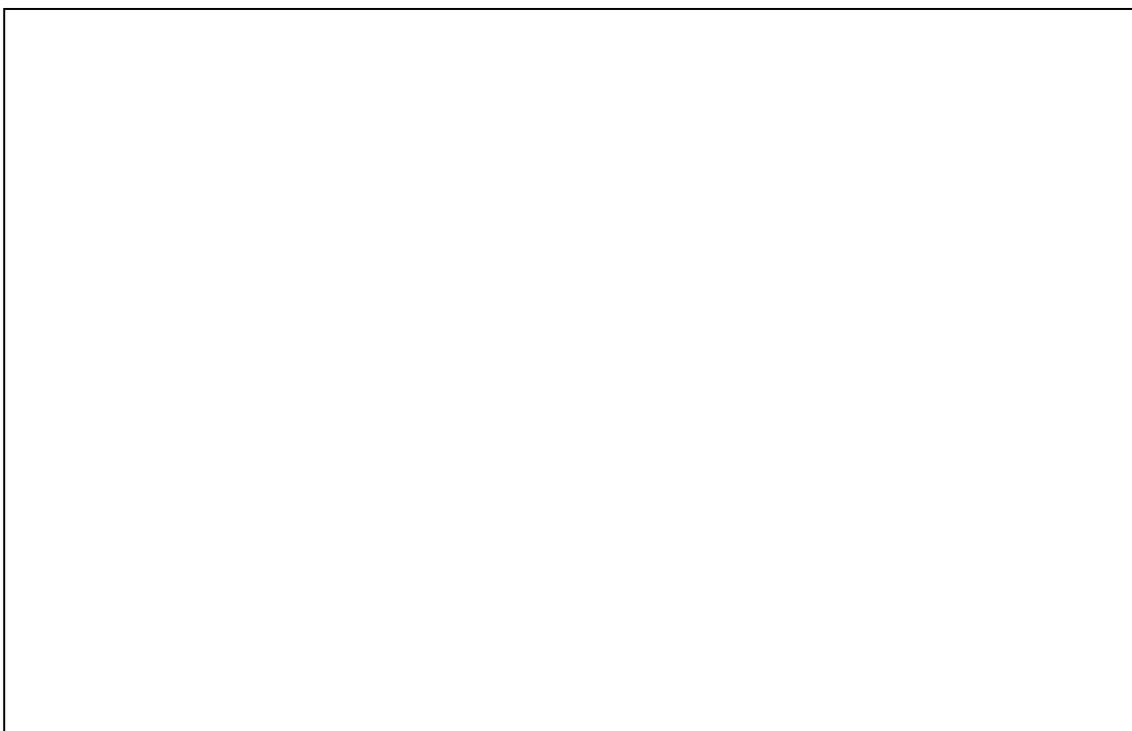




Figura 69- Acervo- Leyde Moraes Guimarães- Formandas de 1954

A foto permite a percepção de postura planejada, da atitude contida, da indumentária específica para a solenidade de formatura, incluindo os mestres, foram marcas preservadas pela Escola Normal através do tempo. Observa-se o alinhamento dos pés e a posição estudada das mãos.

Segundo Pavan (1996, p. 1), o ritual de formatura identificava o nível social e cultural, como também êxitos e fracassos:

Há uma hierarquia e um ritual para a composição da mesa. A abertura fica sempre a cargo do diretor que nominalmente convoca as autoridades presentes (civis, religiosas, militares), dando-lhes sempre lugar de destaque ao paraninfo e homenageados. Incluindo neste cerimonial o fotógrafo profissional, pois apesar de poucos recursos, as fotos integravam os sonhos e representavam a confirmação destes. Por trás do caráter festivo, existia uma trama institucional social, a família e a escola estão inseridos nesta trama.

Os símbolos nacionais, o Hino Nacional, a Bandeira Nacional, acompanhados pelas bandeiras de Minas Gerais, da Escola Normal, compunham o cenário.

O cenário escolhido era, quase sempre, a fachada da escola ou as escadarias da Igreja, cumprindo os rituais escolares oficiais e/ou comemorativos.

As alunas, postadas em fileiras, acompanhadas pelo diretor em exercício e pelo paraninfo da turma ou um professor escolhido por elas.

Mesmo com o decorrer dos anos, a Escola Normal preservava tanto o cenário quanto à composição da turma na foto de formatura.

A fotografia enquanto documento é uma fixação da memória e nos mostra os objetos, ruas, praças, leva-nos ao imaginário, à emoção e à ideologia do fotógrafo, na indução e propagação dos modos de comportamento e controle social, marcando também os “lugares de memória” e lembranças, aflorando o passado num determinado momento específico da formatura das ex-alunas da Escola Normal de Ouro Fino.



Figura 70- Acervo Odízia do R. do Nascimento-Formatura de 1963.

A subjetividade faz-se presente em quem contempla e se encanta com uma mensagem do passado, esforçando-se também para analisar o que se projeta para além da foto, procurando construir sua leitura, indicando a presença de seus significados e os seus sentidos históricos. Assim esclarece Ciavatta (2002, p.70):

Como outras linguagens, a fotografia expressa a compreensão pelo olhar, pelos modos de ver, as relações. Se a imagem acompanha a vida humana como de um povo, de uma época, garantia de uma visão do passado, hoje, com a comunicação informatizada, ela nos desafia a compreendê-la em novas

temporalidades, como mediação complexa dos processos educativos.

Para a História, a fonte iconográfica é ainda um documento em construção e um monumento em desconstrução, pois cabe à História da Educação, enquanto exercício de pesquisa, repensar o papel da fotografia, como imagem ou testemunho de uma realidade a ser construída. São grandes as dificuldades metodológicas que a fotografia enfrenta na pesquisa histórico-educacional.

Assim a fotografia, entendida como fonte documental, ultrapassa a condição de ser um registro objetivo da realidade, tornando-se um instrumento de memorização do passado. Ela revela-se com uma das mais importantes extensões da nossa memória.

Ciavatta ainda acrescenta (2002, p. 10):

(...) A fotografia marca a história contemporânea pela possibilidade de definir a “veracidade” de realidades passadas, perenizando o vivido e criando uma memória futura que passa a distinguir esse período histórico daqueles que o antecederam.

3.3. Normalistas de todos os tempos

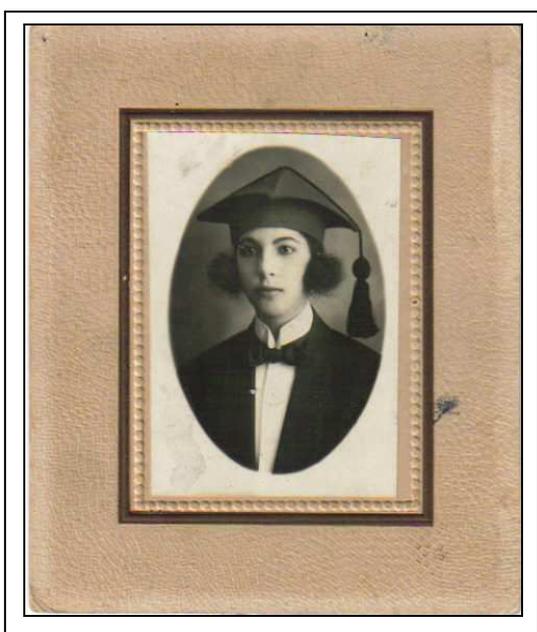


Figura 71-Maria da Glória Rebello – 1923
Acervo Maria Célia do Nascimento

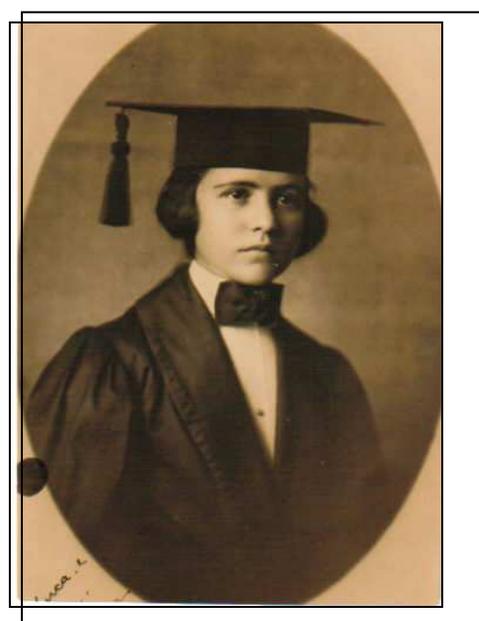


Figura 72- Maria José Megale - 1924
Acervo Dr. José Francisco de Oliveira

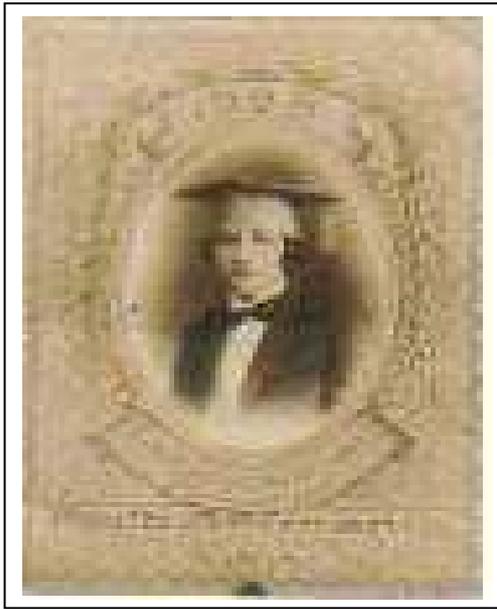


Figura 73- Amélia Luz - 1928
Acervo Maria Célia do Nascimento



Figura 74-Laura Paulini-1932
Acervo Escola Normal de Ouro Fino



Figura 75 -Elza A . Morganti - 1932
Acervo da Escola Normal de Ouro Fino-



Figura 76- M^a de Lourdes
Guimarães-1935
Acervo da Escola Normal de
Ouro Fino.

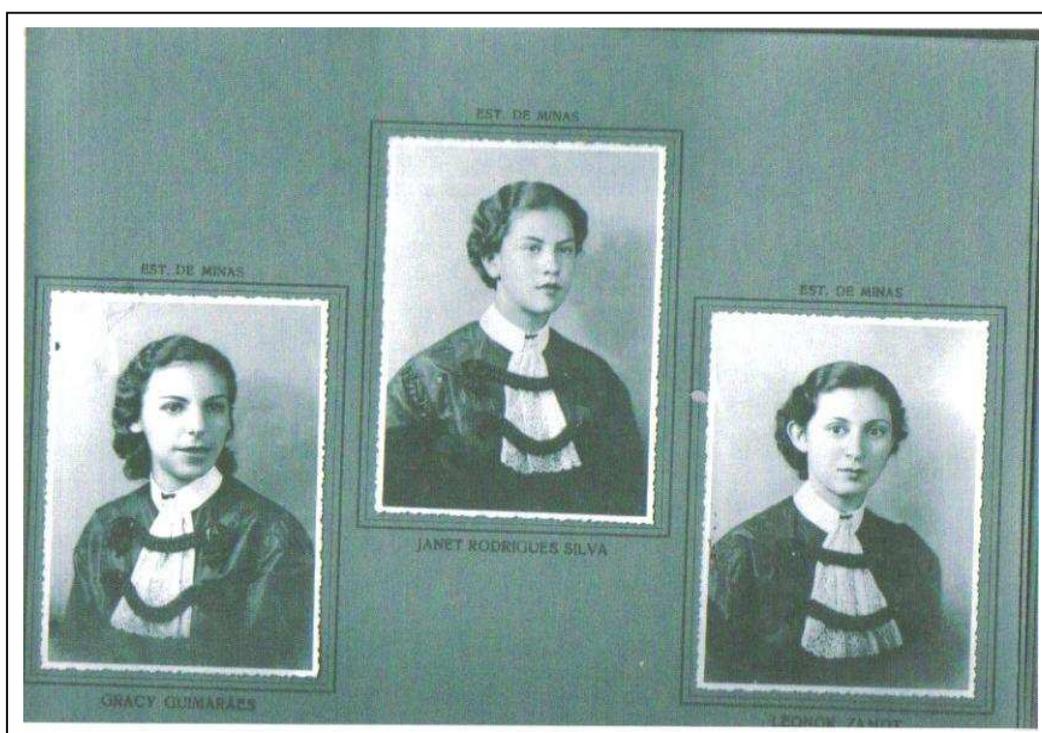


Figura 79- Acervo- Escola Normal- Formandas de 1937

1. Gracy Guimarães 2. Janet Rodrigues Silva 3. Leonor Zamoth



Figura 80-Acervo da Escola Normal de Ouro Fino

Delmira Matos – 1937



Figura 81- Acervo da Escola Normal -Yole Tommazini e Josefina Carpentieri- 1937.



Figura 82 -Acervo da Escola Normal de Ouro Fino- Formandas de 1937.

1. Marfiza Favilla 2. M^a de Loudes Mello 3. Mariana Burza





Figura 83- Norma Gissoni



Figura 84- Yolanda Gissoni-

Formandas de 1939- Acervo Escola Normal de Ouro Fino



Figura 85- Antonieta Gusmão



Figura 86 - Eleusis L. Quaglia

Acervo da Escola Normal-Formandas de 1939



Figura 87- Carmem da C Barbosa e Diva Nogueira
Formandas de 1939
Acervo da Escola Normal



Figura 88 –Maria Célia Miranda
Acervo da Escola Normal – 1939



Figura 89- Najla Fadul



Figura 90- Acervo Particular – Leyde Moraes- Formanda de 1940



Figura 91- Ignez Zenaide Vicentini

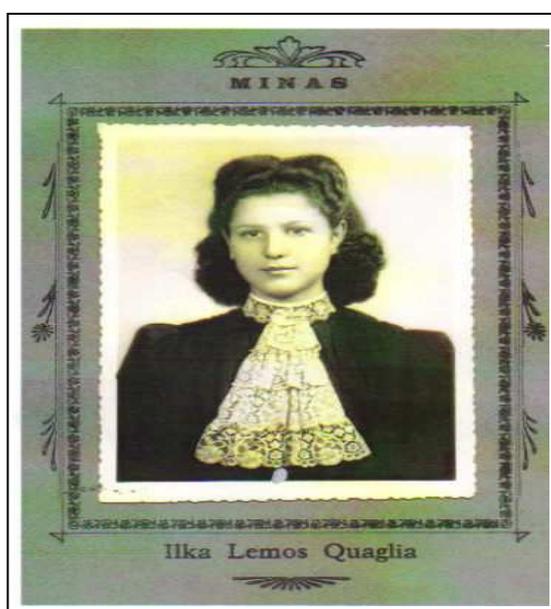


Figura 92- Ilka Lemos Quaglia

Acervo da Escola Normal- Formandas de 1944



Figura 93- Acervo particular
Formanda Maria José de Barros –1950



Figura 94-Acervo particular
Formanda Lúcia Da Col-1950

As imagens fotográficas foram selecionadas como portadoras de mensagens de um tempo e de um espaço e assim, não são linguagens neutras, mas produzidas pela visão do mundo do fotógrafo. Junto ao texto elas são registros de presenças e gestos das normalistas. O registro fotográfico faz aflorar as emoções e reviver ocasiões específicas de um determinado momento do passado.

Para Mauad (1990, p. 108), a fotografia são como verdades fragmentadas, realidades passadas em memória, doces lembranças.

Com o decorrer do tempo, pode-se perceber que as fisionomias das formandas, de 1916 a 1950, foram se transformando, tornando-se mais natural, com o sorriso mais aberto e o olhar menos distante, revelando uma nova postura de mulher e professora. A análise das fotos das normalistas através dos tempos contribuiu para se ter uma visão mais abrangente do passado num determinado espaço histórico-cultural.

Ao encerrar o registro das fotos de formatura das alunas da Escola Normal de Ouro Fino, cabe perguntar: Como chegar ao que não foi revelado e interpretar as imagens produzidas no passado?

As fotografias aqui estudadas foram um desafio para a pesquisadora. Elas comoveram, surpreenderam, afloraram sentimentos. Mas como adverte Drumond (apud BARROS, 1992, p. 83) sobre a fotografia, ela não dialoga, não nos responde, apenas nos fita e se contempla. No entanto, amparada pelas narrativas, tentou-se esclarecer e complementar informações que a análise dos materiais não pôde revelar.

Como nos discorrer Mauad (1990, p. 11)

Ao historiador a fotografia lança vários desafios, escolheu-s um deles: Chegar aquilo que não foi revelado pelo olhar do fotográfico. Tal escolha remete-se ao desvelamento de uma intrincada rede de significados, onde seus elementos homens e signos –se interagem na composição da realidade. A fotografia revela uma pista entre o sujeito que olha e a imagem que elabora “existe muito mais que os olhos podem ver”.



Figura 95 – Colégio Estadual “Francisco Ribeiro da Fonseca-

Ao trilhar os caminhos desta Escola, percebi que o passado deixou traços visíveis em cada um que por ali passou, e que mesmo mudando sua denominação para Escola Estadual “Francisco Ribeiro da Fonseca”, lembrando o nome de seu fundador, ela continua para todos os ouro-finenses como Escola Normal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Contar é muito dificultoso. Não pelos anos que passaram.
Mas pela astúcia que têm certas coisas passadas - de fazer
balancê de se remexerem dos lugares.
Guimarães Rosa

Foi preciso ser assim, remexendo arquivos, descendo porões, procurando velhos álbuns, escolhendo fotos, driblando o tempo, escutando a vida e alinhavando histórias, para que se resgatasse a memória de uma instituição de ensino, buscando nos seus sujeitos, em determinado contexto, o que ficou não só na memória – lembrança, mas no seu conjunto histórico-social e educacional.

Este contar é dificultoso porque pressupõe uma estrutura relacional com o tempo, o de agora, que também pertence à trama do por vir, o de ter sido e o de tornar presente. Isto também denota a

complexidade que caracteriza a organização da memória, marcada pelo interesse de lembrar, não por datas e nomes, mas por acontecimentos vividos, compreendidos entre os esquecimentos, as omissões e as inversões de quem conta.

A forma como narramos nossas próprias histórias, secretas ou fantasiosas, levam-nos a construir nossa identidade, ainda que contemos para os outros ou para nós mesmos.

Após percorrer passo a passo os mesmos caminhos de antes, quando ainda freqüentava os espaços da antiga Escola Normal de Ouro Fino, hoje, Escola Estadual “Francisco Ribeiro da Fonseca”, procurei reconstruir sua história, tendo como suporte a memória das ex-normalistas, dos professores e funcionários, que participaram do cotidiano de uma Escola que marcou época, na cultura e na história de uma cidade.

Ao ouvir suas histórias de vida permitiu-se compreender seus sentimentos, ideais, suas dificuldades, expectativas, alegrias, seus temores, segredos, capciosos silêncios, momento de integrar-se, entrevistados e entrevistadora, dar significado ao que foi dito, a fim de que pudesse ser vertido do oral para o escrito.

A reconstituição da memória permite ao narrador uma reinterpretação de si próprio e a recuperação de suas experiências de vida, sua história pessoal com todos os seus percalços, acertos e desacertos, certezas e incertezas, não deixando, no entanto, de incidir sobre essa o brilho de um significado coletivo.

Sobre a autobiografia, assim explicita Maria Cecília Cortez (2000, p. 130):

A autobiografia é assim um gênero que pertence à cultura ocidental a partir do século XIX, que fez destacar o eu, o indivíduo, do tecido social comunitário, ao erigir o eu como medida de todas as coisas, e ao colocar o sujeito como sujeito da própria existência. (...) Para desencadear ou para desenvolver uma autobiografia (...) É preciso que o eu se tome por objeto, que se olhe à distância, que se forme uma consciência reflexiva que trabalhe sobre a lembrança, para que a memória se transforme em ação de contar.

Bosi (2000, p. 31) concebe como tarefa do cientista social procurar esses vínculos de afinidades entre os fenômenos distanciados no tempo, dos quais se podem arrancar o sim e o não, a tese e a antítese, o que teve surgimento triunfal e o que foi truncado.

Ao revelar como foi os quarenta anos de seu funcionamento no espaço educacional de 1909-1950, pôde-se descortinar as maneiras com que a Escola Normal incorporou, apropriou-se e elaborou o discurso de representação do progresso, da cientificidade e da civilização presente no projeto republicano, assim como compreender a monumentalidade de seu edifício que tentava mostrar-se grandioso e específico à educação.

Seus mestres foram considerados como competentes, disseminadores do saber, devotados ao trabalho, reconhecidos como força expressiva da memória/ história daquela casa de ensino, conduzindo as normalistas através de princípios orientadores de forma exigente e responsável.

Os estudos comprovaram a existência de uma forte economia cafeeicultora no município e a atuação do poder político dos coronéis locais conduzindo e ampliando os destinos de Ouro Fino. Estes utilizavam-se da imprensa local para disseminação de suas idéias e manutenção das oligarquias.

Pelas entrevistas com as ex-normalistas, pude conhecer as razões que levaram estas mulheres a procurarem a carreira do magistério como também as características do Curso Normal da época pesquisada.

O desvelamento das experiências destas mulheres, as trajetórias pela Escola em suas múltiplas dimensões, puderam mostrar que cada uma delas trouxe consigo sua história singular de vida. Como fala Bosi (1995, p. 68): “A narração da própria vida é o testemunho mais eloqüente dos modos que a pessoa ter de lembrar. É a sua memória”.

Não sendo criada somente para formar mulheres para o exercício do magistério primário, a Escola Normal de Ouro Fino, no entanto, tornou-se uma escola para este fim, sendo marcante em sua prática, pois, naquele momento, considerava-se o magistério uma atividade estritamente feminina, pois a partir do final do século XIX, as Escolas Normais vão formando mais mulheres, contando o Estado de Minas Gerais com 50% do corpo docente feminino.

O processo de feminização para o magistério significou para a mulher a possibilidade do exercício de uma função remunerada pública, dotada de maior legitimidade social, pois ser professora significava ter acesso a um novo espaço, visto como um prolongamento de seu papel de mãe da atividade educadora.

A Escola Normal de Ouro Fino identificou-se com o discurso da época, proporcionando as suas alunas a transformação dos saberes domésticos em escolares, exercitando-as nos trabalhos manuais e corte e costura, não liberando, no entanto, a mulher do espaço doméstico.

A feminização do magistério pode ter ocorrido também pela falta de opção, busca de realização pessoal e independência, como consolidação do papel da vocação, conciliando lar e escola.

Ao analisar o currículo do curso do magistério da Escola Normal de Ouro Fino, constatou-se a predominância das disciplinas de formação geral em detrimento das de formação profissional, pois os trabalhos de agulha, corte e costura, higiene, puericultura, a observância das regras de etiqueta possibilitavam que o curso de magistério oferecesse uma formação conveniente não só para uma boa mãe como para uma esposa satisfatoriamente culta.

Era importante também que a aluna mestra exercitasse no estudo da língua, aprendesse articular bem as palavras, desenvolvendo elocução perfeita, gesticulação nobre.

Também inserido nas práticas educacionais da escola da República, o canto orfeônico privilegiava os cantos escolares e cívicos, propiciando a elevação do espírito e os sentimentos patrióticos.

O corpo ocupava lugar no discurso higienista, assim como na proposta curricular da Escola Normal, o qual objetivava moralizar e educar o povo, propiciando a valorização da saúde, do vigor, da limpeza, mente sã e corpo sã, utilizando-se para isto da prática dos exercícios físicos.

As disciplinas Psicologia, Higiene Escolar e Puericultura, valorizadas também no curso de magistério, desenvolveram-se no período estudado através dos professores médicos que compunham o quadro da Escola Normal de Ouro Fino, pois era importante naquele momento, não só para mostrar que a Escola preparava as futuras professoras com os conhecimentos necessários ao bem estar das futuras gerações e se integrava aos ideais da sociedade moderna.

Pelo estudo da monografia, pôde-se reconhecer que a higiene mental, principalmente no desenvolvimento da criança, estava dentro dos preceitos curriculares desta instituição de ensino, pois enfocava o cuidado que se deveria ter na formação da família e na criação dos filhos, para torná-los saudáveis e aptos para desempenharem os futuros papéis sociais.

O incentivo à leitura objetivou um aumento do acervo da biblioteca, e apesar de muitos exemplares doados serem de origem estrangeira, o movimento de consulta regular à biblioteca, como forma de estudo e pesquisa, foi marcante na formação literária e pedagógica das ex-alunas do magistério.

Observou-se através da pesquisa que os “Jornais Escolares”, ocuparam lugar privilegiado e foram armazenadores da memória social. Os Grêmios Estudantis preconizaram a idéia de uma “escola ativa”, operando uma verdadeira revolução e aprimoramento dos métodos pedagógicos, levando os alunos a desempenharem tarefas amplamente compartilhadas e o ensino-aprendizagem integrado na vida cotidiana da escola.

Para que as alunas se ambientassem e se preparassem para a prática docente, havia a obrigatoriedade e o caráter prático da metodologia, nos quais as alunas assistiam aulas-modelo, preparavam suas lições, apresentavam relatórios, ministravam aulas, sob a orientação do professor de Metodologia de Ensino e Prática Profissional, pois a melhoria da educação envolvia o progresso do país.

A Escola Normal de Ouro Fino incorporou-se aos novos modelos sociais, consolidando hábitos cívicos sadios, valorizando auditórios, desfiles cívicos, teatros, formaturas a fim de homogeneizar comportamentos segundo o projeto social nacional.

Festas e comemorações foram marcas da memória coletiva, procurando mostrar ao público externo que a Escola estava preparada para as funções que a sociedade esperava dela.

Na tentativa de elucidar o “modus vivendi” destas ex-normalistas, consideraram a rígida disciplina, o controle dos espaços e tempos escolares, o aperfeiçoamento dos exames, os exercícios físicos, o canto, o quadro de horários, os prêmios, o momento das brincadeiras.

Dentre outros aspectos demonstraram-se que a obediência, o respeito aos mestres, a organização e vigilância, constituíam-se elementos fundamentais no cotidiano escolar.

Na adoção de novos métodos, consideraram-se os dispositivos disciplinares, higiênicos, uniformes, cadernos e hinos enquanto insígnias da república, através dos quais podiam-se perceber os instrumentos de controle na crença generalizada de que se consolidaria a “regeneração do povo”.

Neste aspecto tentou-se compreender a Escola Normal de Ouro Fino, o que ela quis concretizar na formação de seus sujeitos históricos, o que produziu de fato, assim como aquilo que escapou de seu controle tanto administrativo quanto pedagógico.

Nesta pesquisa, tentou-se recuperar o acervo fotográfico da Escola Normal de Ouro Fino, buscando especial referência sobre sua utilização como documento, pois algumas pistas, muito abertas para seu testemunho foram apresentadas, tais como indumentárias nas formaturas, salas de aulas, biblioteca, uniformes, modelos previamente elaborados, revestindo-se do emblema de classe

com o qual a Escola queria ser reconhecida, levando à percepção de rupturas e concepções. Estes também foram sinais indicativos do tempo e do espaço dos quais as entrevistadas mais idosas utilizaram-se quando mostraram seus álbuns.

A fotografia não foi usada somente como material ilustrativo, mas posicionada no campo cultural, levando à compreensão desta como resultado de um momento histórico, procurando eternizar para o futuro o que a sociedade vivenciou no passado, pois suas expectativas variam de acordo com a experiência cultural de seus expectadores.

A memória de alunos e professores da antiga Escola Normal de Ouro Fino permitiram estabelecer conhecimentos de base para poder contextualizá-la.

Assim como nos adverte Maria Cecília Cortez (2000, p. 53).

Tratar estes agentes como sujeitos históricos significa compreender que sua ação pode ter sido limitada às alternativas oferecidas por condições institucionais e históricas, mas envolveu também escolhas e aprendizados, sentidos que podem ter divergido daqueles emanados do centro de poder educacional. Considerá-los como sujeitos históricos significa também muitas vezes ter de sublinhar a inadequação das percepções posteriores que tenderam a generalizá-los, aplainando, simplificando, negando ou distorcendo suas ações e os sentidos a elas emprestados, significa, em última análise, guardar distância de fontes oficiais, percebendo, nas desqualificações de que esses sujeitos foram alvos, possíveis sinais de divergências, caminhos seguidos diferentes daqueles imaginados por reformadores e executores de decisões das administrações centrais e regionais.

Desenvolver este trabalho de pesquisa significou reconstruir a história de uma das mais antigas instituições educacionais do sul de Minas Gerais, demonstrando sua contribuição para o sistema cultural de Ouro Fino, propondo uma inter-relação entre esta Escola e a História da Educação Brasileira.

Finalmente, pude perceber que a Escola Normal de Ouro Fino, formou uma imagem de qualidade num ideário político-pedagógico conservador, dando-lhe o tom e o compasso.

FONTES PRIMÁRIAS

PERIÓDICOS

GAZETA DE OURO FINO

31 de janeiro de 1892, n. 1

31 de janeiro de 1907, n. 675.

03 de março de 1907, 678

21 de agosto de 1909

setembro de 1909, p. 3

21 de abril de 1917, n. 1203

fevereiro de 1928, n. 1900

07 de abril de 1929, p. 2

10 de dezembro de 1939, n.

REVISTA DE ENSINO

Órgão Oficial da Diretoria da Instrução, Belo Horizonte, Secretaria da Educação de Minas Gerais.

1925, ano I (1 -2)

1933, n. 93 (32 -33)

1935, n. 115, p. 11

1946, n. 179, p. 287

DECRETOS, LEIS E REGULAMENTOS

Decreto 4.056, 06 de 12 de 1913

Decreto, n. 8. 162, 20 de janeiro de 1928

Decreto 9. 450, 18 de fevereiro de 1930

Decreto 1873, 28 de outubro de 1945

Lei nº. 13/1834- Orgânica do Ensino na Província de M.Gerais

Lei Orgânica do Ensino Normal, Minas Gerias, 31. 10. 1946

Lei 8. 181, 28 março de 1891

ATAS

Ata de Fundação da Escola Normal de Ouro Fino, 13 de junho de 1909.

Ata de Instalação da Escola Normal, 13.07. 1909

Termos de Posse de Professores, abril de 1914

Ata de Exames, 29 de novembro de 1909

Ata de Exames, novembro de 1914

Ata de Exame de 24 de novembro de 1916- Exame Profissional

ACERVOS

Escola Normal de Ouro Fino

Família Júlio Bueno Brandão

Professora Leyde Moraes Guimarães

Dalva Alves Ribeiro

Maria Célia do Nascimento e Odízia do Rosário do Nascimento

Formandas da Escola Normal de Ouro Fino

BIBLIOGRAFIA:

ANDRADE, Carlos Drummond. In: **O Passado Sempre Presente**. NUNES, VILELA, ALVES, BARROS. (Org.) São Paulo: Cortez, 1992, p. 83.

APPLE, Michael W. **Relações de Classe e de Gênero e Modificações no Processo do Trabalho Docente**. Trad. de Tomaz Tadeu. EUA. Universidade de Wisconsin-Madison. Caderno de Pesquisa, São Paulo, n. 60, pp de 3-14, 1987.

ARROYO, Miguel. **Ofício do Mestre: imagens e auto-imagens**. 6ª. edição. Petrópolis: Vozes, 2002.

ARRUDA, Maria A. do Nascimento. **Mitologia da mineiridade**. São Paulo: Brasiliense, 1990, op. cit. pp. 37-38. In: MACHADO, Igor José Rennó. Trajetórias do poder e transformações na vida pública. Revista de História Regional 9 (2): 33-56. Inverno 2004.

ASSUNÇÃO, M. Madalena Silva. **O discurso veiculado pela Revista do Ensino de Minas Gerais 1925 – 1970**. In: Revista do Mestrado em Educação, UFS, v. 9, p. 110-112, ju/dez. 2004.

BARROS, Armando Martins. In: **O Passado sempre presente**. NUNES, VILELA, ALVES (Org.). São Paulo: Cortez, 1992, pp. 69-83.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. 3ª. edição. Tradução Fernando Tomás. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

_____. **O mercado dos bens simbólicos**. In: A economia das trocas simbólicas (org. Sérgio Micelli). São Paulo: Perspectiva, 1974.

BORGES, Vera Lúcia Abrão. **Modernização e Caráter Nacional da Educação em Minas Gerais pela Revista de Ensino, 1925-1929**. Revista Educação e Filosofia, v. 16, n. 31, jan/jun/ 2002.

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade - Lembrança de Velhos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

_____. **O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2000.

BRUCHINI, Amado. **Estudo sobre a mulher e a educação-algumas questões sobre o magistério**. Caderno de Pesquisa, São Paulo: n. 64, fev/1988.

CARVALHO, Marta Maria Chagas. **A Escola e a República e outros Ensaios**. Bragança Paulista: EDUSF, 2003.

_____ & NUNES, Clarice. **Historiografia da educação e fontes**. Caderno Anped, n. 5. Porto Alegre (Rio Grande do Sul), 1993.

CHARTIER, Anne-Marie. **Um dispositivo sem autor; cadernos e fichários na escola primária**. Revista Brasileira de História da Educação. Ed. Autores e Associações /SBHE, nº 3, pp. 9 a 26.

CIAVATTA, M. **O Mundo do Trabalho em imagens: a fotografia como fonte histórica**. Rio de Janeiro, 1900-1930- In: Revista Diálogo Educacional de Curitiba. v. 5, n. 14, jan. abril de 2005 (apud, LUPORIN, Teresa Jussara, Memória e Fontes Iconográficas: os desafios para a pesquisa em História da Educação)

CURI, M. C. **Memória de leitura de professoras primárias no Estado de São Paulo: uma história de leitura contada por professoras**. (Tese de doutorado), Pontifícia Universidade Católica – PUC, São Paulo: 2001

DE CERTEAU, Michel. **A operação histórica**. In: LE GOFF, Jacques, Nora. Pierre. **História e Novos Problemas**. 3. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988, p. 18-48.

_____ **A invenção do Cotidiano**. v. 2 . morar cozinhar. GIRARD Luce, MAYOL, Pierre, trad. Ephraim e Lucia Endrich Orth. Petrópolis, Rio de Janeiro: 1996.

DERMARTINI, Zélia de Brito Fabri. **Magistério Primário-Profissão Feminina- Carreira Masculina**. Caderno de Pesquisa, São Paulo: Cortez. Fundação Carlos Chagas, n. 86, pp. 5-14, agosto/1993.

_____ **Resgatando imagens, colocando novas dúvidas: reflexões sobre o uso de fotos nas pesquisas em História da Educação**. São Paulo: Caderno CERU, Série 2, n. 8, 1997.

_____ **História de vida na abordagem de problemas educacionais**. In: VON SIMSON, O . R. De M. (org). Experimentos com histórias de vida (Itália –Brasil). São Paulo: Vértice.Educação e Revista dos Tribunais, 1988.

_____ **O coronelismo e a educação na Primeira República**. Educação & Sociedade, Ano X, n. 34, dez/1989.

DOMINIQUE, Júlia. **A Cultura Escolar Como Objeto Histórico**. Revista Brasileira de História de Educação, nº 1, pp. 9-43. 2001.

FARIA FILHO, L. M.; VAGO, T.M. **Entre relógios e tradições: elementos para uma história dos tempos escolares em Minas Gerais**. In: VIDAL, D. G.; HILSDORF, M.L. (Orgs). Tópicos em História da Educação. São Paulo: EDUSP, 2001.

FLEISCHER, David. **A cúpula na República Velha- Origens sócio-econômicas e recrutamento de presidentes e vice-presidentes do Estado e de deputados federais**. V Seminários de estudos mineiros, Belo Horizonte, UFMG/PROED.

FERREIRA, M. E. Amado J. (orgs.) **Uso e Abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Ed. da Fundação Getúlio Vargas, 1996.

FOUCAULT, M. **A Arqueologia do saber**. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. Petrópolis- Rio de Janeiro: Vozes, 1972.

GROSS, Eduardo. **Hermenêutica e Religião-a partir de Paulo Ricoeur**. Revista de Estudos e Pesquisas em Religião. Juiz de Fora : Ed. Numem, 1999.

HÉBRARD, Jean. **Por uma bibliografia material das escritas ordinárias: o espaço gráfico do caderno escolar.** (França-séculos XIX -XX). Revista Brasileira de História da Educação, n. 1, jan/jun. 1998.

KENSI, V. M. **Memória e Prática Docente.** In A.B. Menezes e outros (Orgs) As funções da memória, Campinas, São Paulo: Centro de Memória, UNICAMP, 1987, pp. 101-114.

KOSSOY, B. **Fotografia e memória: reconstituição por meio da fotografia.** São Paulo: Hucitec. 1998.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória.** 3a. Edição Campinas, SP. Editora da UNICAMP, 1994.

LEITE, M. Marieta. **Retratos de Família : leitura da fotografia histórica.** São Paulo. EDUSP, 1993.

LOPES, Isa Cristina da Rocha. **Representações discursivas dos cadernos escolares.** Revista MORFEUS, Universidade Federal do Rio de Janeiro-UERJ, Ano 3- nº 7, Rio de Janeiro, 2005.

LOURENÇO FILHO, M.B. **Prática de Ensino.** Arquivo do Instituto de Educação.Distrito Federal, 2 (1); 35, 1945.

LOURO, G. Lopes. **Gênero, Sexualidade e Educação- Uma perspectiva pós estruturalistas.** Petrópolis: Vozes, 1997.

MACHADO, Igor de Rennó. **Trajetórias do poder e transformações na vida pública.** In: Revista de História Regional 9 (2): 37-40.

MACHADO, Maria Cristina Gomes. **Rui Barbosa: Pensamento e Ação.** Cap. III: A educação modernizadora de Rui Barbosa. Realidade ou Utopia? (Tese de doutorado) Campinas: UNICAMP, 1999

MARIANI, Bethânia Sampaio, Corrêa. **O PCC e a imprensa: os comunistas no imaginário dos jornais.** Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1998.

MATTOS. I. R. op. cit. pp. 251-259. NUNES Clarice (Orgs.) **O Passado Sempre Presente.** São Paulo: Cortez, 1992, p. 28.

MAUAD, Ana Maria. **Através da Imagem: Fotografia e História Interfaces.** Tempo, Rio de Janeiro, V. 1.n. 2, 1998.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de História Oral.** 5a Edição, Revista e Ampliada. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

MENDES, T. **O ideal republicano de Benjamim Constant.** Tipografia do Jornal do Commercio 1936, p. 14. In. Revista HISTEDBR. Campinas, n. 16, dez/ 2004.

MIGNOT, Ana Christina Venâncio. **Relíquias de Professora: A singularidade de uma trajetória na trama de histórias.** In: FRANCO, Creso, KRAMER, Sonia (org) Pesquisa e educação: história, escola e formação de professores. Rio de Janeiro: Ravil. 1997.

MOURÃO, Correia Krügger Paulo. **O ensino em Minas Gerais no Tempo da República (1889-1930).** Belo Horizonte: Edição do Centro Regional de Pesquisas Eduacionais,1962.

NORA, Pierre. **Entre a memória e a História- problemática dos lugares.** Projeto História, São Paulo: vol. 10, p. 9 , dez. 1993.

NÓVOA , A . **Para o estudo sócio-histórico da gênese e desenvolvimento da profissão docente.** Teoria & Educação. 1991, n. 4, p. 109-139.

_____. **Uma educação que se diz “nova”.**In: GONDRA, José. Dos Arquivos à Escrita da História: A Educação Brasileira entre o Império e a República, Bragança Paulista: EDUSF, 2002.

NOSELLA, Paolo, BUFFA, Ester. Schola Mater- **A Antiga Escola Normal de São Carlos**. São Carlos: EdUSFCar, 2002.

NUNES, José Luiz Martins. **Os Tempos Diferenciados**. Revista do Departamento de História, PUCR- Estudos Ibero-Americanos, XXI (1) julho de 1995.

OLIVEIRA, Lúcia M.M. GATTI JR, Décio. **História das Instituições Educativas: um novo olhar historiográfico**. Cadernos de História da Educação, Uberlândia, v. 1, n. 1, jan/dez/, p. 74, 2002.

ORLANDI, Eni P. **As formas do silêncio no movimento dos sentidos**. Campinas, SP, Ed. UNICAMP, (Coleção Repertórios) 4a. Edição, p. 52, 1997.

_____ **Discurso e Leitura**. 6a. Edição, Campinas, São Paulo, 2001.

PAIXÃO, Léa Pinheiro. **Mulheres mineiras da República Velha. Profissão: professora primária**. Educação e Revista, n. 14, 1991.

PAVAN, Diva Otero. **Cerimonial de formatura: representação simbólica do sucesso escolar**. Biblioteca Digital da UNICAMP, Campinas, São Paulo: agosto, 2006.

_____ **Duas histórias relacionadas: as professoras primárias paulistas e o Sistema Nacional de Ensino (1930-1980)**. Tese de doutorado, UNICAMP, julho de 2003.

PERROT, M. **Os Excluídos da História**. Trad. Denise Bottmann, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.

_____ **Práticas de Memória Feminina**. Revista Brasileira de História Nº 18, v.9. Associação Nacional dos Professores Universitários de História. ANPUH/ Marco Zero, ago/1998.

PIRES, Anderson. **Capital Agrário, Investimento e Crise na Cafeicultura de Juiz de Fora**. UFF- Universidade Federal Fluminense, (Tese de Mestrado), RJ. 1993.

RESENDE, Maria L. de. **Formação e estrutura de dominação em Minas Gerais: O Novo PRM (1889-1906)**. Belo Horizonte, UFMG/ Proed, 1982.

RICOUER. Paul. **Tempo e Narrativa**. Tradução Constança Marcondes César. Campinas: Papirus, 1994.

SEVCENKO, Nicolau. **A república das imagens**. São Paulo: Revista Carta Capital, p. 29, 2004.

SOUZA, Maria Cecília Cortez Christiano de. **A Escola e a Memória**. Bragança Paulista, CDAPH- IFAN, Editora da Universidade São Francisco, EDUSF, 2000.

THOMPSON, Paul. **A Voz do Passado**. História Oral. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

THOMPSON, O. **Relatório apresentado ao Exmº Sr. Dr. Secretário do Interior "Anuário do Ensino do Estado de São Paulo. 1909-1910"**. SP. Typographia do Diário Oficial, 1910.

VEIGA, Cyntia Greive; GOUVEIA, Maria Cristina Soares; FARIA FILHO, Luciano Mendes de. **Educação em Revista**. Dossiê: História da Educação. N. 34. CEPHE. Belo Horizonte, dez/2001.

VIANNA, C. **Contribuições do conceito de gênero para análise da feminização do Magistério no Brasil.** In: CAMPOS, M.C. de S. SILVA, V.L.G. de. (Orgs.) *Feminização do Magistério, vestígios do passado que marcam o presente.* Bragança Paulista: EDUSF, 2002, p. 32-67.

VIDAL, Diana Gonçalves. **O Exercício disciplinado do olhar: livros, leituras e práticas de formação docente do Instituto de Educação do Distrito Federal (1932 - 1937).** Bragança Paulista: Editora da Universidade São Francisco, 2001. (Coleção Estudos CDAPH. Série Historiografia)

VIÑAO-FRAGO, Antonio. El espacio y el tiempo escolares como objeto histórico. **Contemporaneidade e educação.** Temas de História da Educação, Rio de Janeiro, Instituto de Cultura da Educação, 2000 a.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. **Teatro do Absurdo: A Nova Ordem do Federalismo Oligárquico.** Rio de Janeiro, 1999. Tese de Doutorado em História Social do Brasil, IFSC, UFRJ.

WERLE, Flávia O C. **História das Instituições Escolares: de que se fala?** In: LOMBARDI, José Claudinei, NASCIMENTO, Maria Isabel (org. Fontes, **história** da educação. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2004, p. 13- 35.

WIRH, John. **O fiel da balança- Minas Gerais na Federação Brasileira.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

ANEXOS

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)